

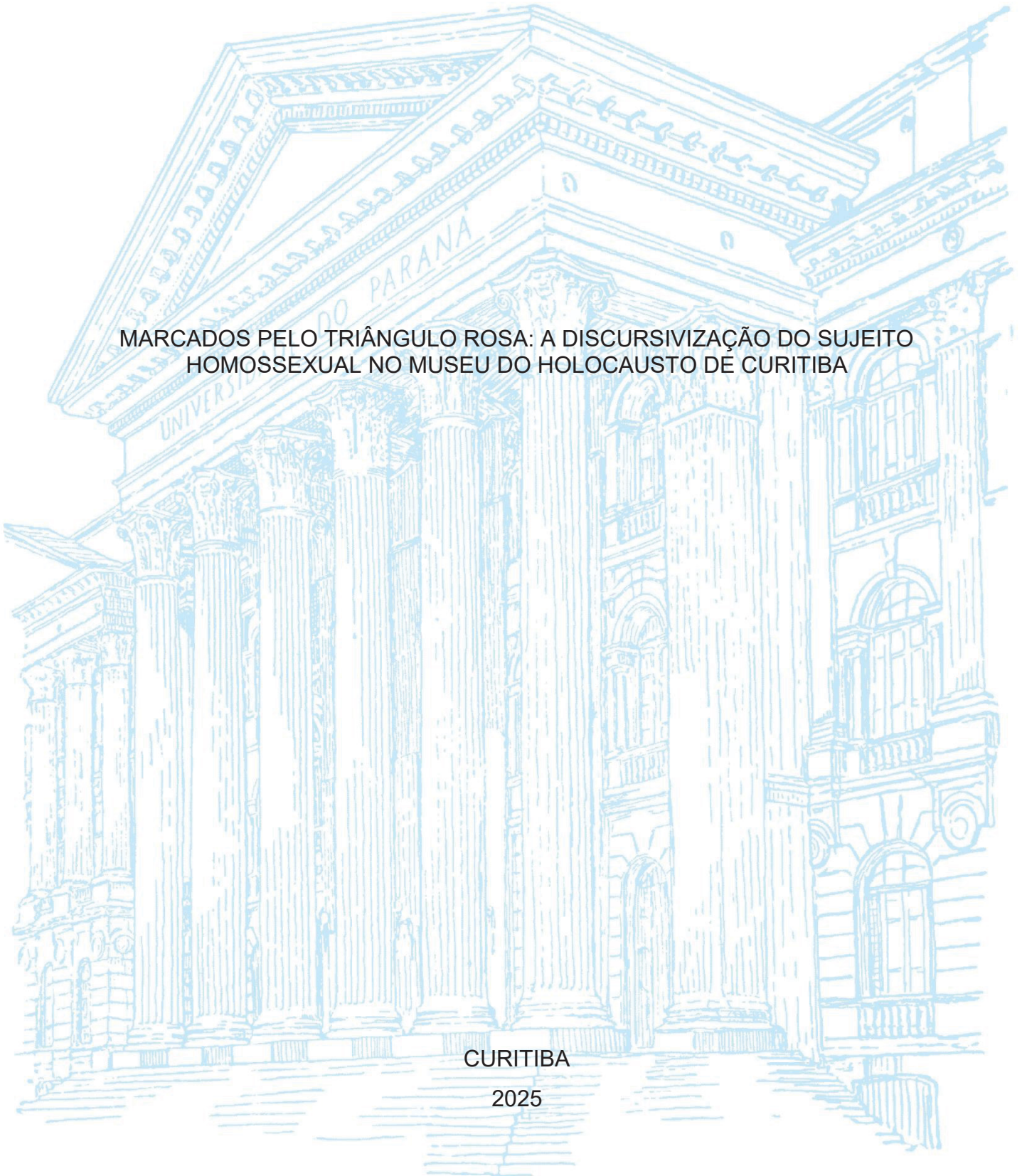
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEANDRO TAFURI

MARCADOS PELO TRIÂNGULO ROSA: A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO
HOMOSSEXUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA

CURITIBA

2025



LEANDRO TAFURI

MARCADOS PELO TRIÂNGULO ROSA: A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO
HOMOSSEXUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras, Setor de Ciências, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de Pesquisa: Linguagens e Práticas Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cleci Venturini.

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Tafuri, Leandro

Marcados pelo triângulo rosa : a discursivização do sujeito
homossexual no Museu do Holocausto de Curitiba. / Leandro Tafuri. –
Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Cleci Venturini.

1. Análise do discurso. 2. Homossexuais – Perseguição nazista.
3. Memória. 4. Museus – Museu do Holocausto. I. Venturini, Maria Cleci.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Letras. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LEANDRO TAFURI**, intitulada: **MARCADOS PELO TRIÂNGULO ROSA: A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CLECI VENTURINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica
10/04/2025 18:54:42.0
MARIA CLECI VENTURINI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/05/2025 08:42:51.0
ALEXANDRE SEBASTIÃO FERRARI SOARES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/04/2025 17:25:29.0
DÉBORA MASSMANN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS)

Assinatura Eletrônica
18/04/2025 11:33:16.0
VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica
10/04/2025 18:37:18.0
LIGIA NEGRI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho a Rudolf Brazda, a Pierre Seel, a Magnus Hirschfeld, a Dandara dos Santos, a todos aqueles e aquelas que sofreram e ainda sofrem perseguições por causa de nossa orientação sexual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Acácio e Maria de Fátima (a dona Lia), por, lá atrás, me incentivarem a seguir o caminho do estudo (“mesmo não fazendo mais nada que minha obrigação”). Não imaginei nunca que a estrada, apesar de longa e cheia de desafios, fosse tão prazerosa, enriquecedora e recompensadora.

Aos meus irmãos, Estevan e Flávia, que, mesmo de longe, incentivam minhas lutas e minhas conquistas.

À minha orientadora, professora Dra. Maria Cleci Venturini, por confiar em mim, por auxiliar-me durante a caminhada apontando caminhos, sugerindo leituras e desatando nós.

Aos professores Verli Petri, Ligia Negri, Debora Massmann e Alexandre Sebastião Ferrari Soares pela leitura atenta e dicas valiosas para a construção deste trabalho.

À equipe magistral do Museu do Holocausto de Curitiba que, em todos os momentos necessários, abriu as portas para que esta pesquisa se realizasse, e sempre foram atentos e gentis, desde os e-mails prontamente respondidos até as solicitações de visitas.

À Adriana Bernardim, porque ela é especial e se faz especial, de seu jeito singular. Companheira desta jornada e parceira de vida!

Ao Fabio Kaliberda, por ser um ser de luz e especial ao longo de todo o caminho.

Aos meus amigos Stefane Koop e Tibério Bernardim pelas risadas, conversas, discussões e leituras. Sem vocês a caminhada não se completaria!

Aos amigos de todas as horas Carla Lavorati, Maria Claudia Teixeira, Gilberto Couto, Lucymar Cristianne, Morgana Keiber, Matheus Viante e Tatiane Milão, Andressa Sasaki, e tantos outros que, entre cafés e conversas, incentivaram a não desistir.

Aos membros do LABELL – Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários – pelos encontros, pelas leituras teóricas, discussões e partilha.

Aos meus alunos que, mesmo sem saberem, incentivam a busca por aprender sempre mais.

*Eu sobrevivi para testemunhar. Para que ninguém possa dizer: 'Não sabíamos'. A
indiferença é cúmplice do horror.
(Pierre Seel)*

*O triângulo rosa era para ser nossa humilhação, mas nós o transformamos em
símbolo de resistência. Sobrevivi para que o mundo nunca esqueça.
(Rudolf Brazda)*

RESUMO

A tese tem como referencial teórico a Análise de Discurso de orientação francesa, a qual, de acordo com as considerações realizadas por Michel Pêcheux ([1975] 2009), se sustenta numa perspectiva discursiva materialista e, portanto, centra seus estudos nas condições de produção do discurso para, a partir delas, compreender a prática de sujeitos que pensam o que pode ser e o que não pode ser pensado, por estarem inseridos num conjunto de possibilidades sócio-históricas. O objetivo geral da tese é analisar discursivamente como se dá a construção da representação imaginária e identitária do sujeito homossexual nas condições sócio-históricas e discursivas da Segunda Guerra Mundial que ressoam na contemporaneidade, em especial no Museu do Holocausto de Curitiba (MHC). Para isso consideramos a língua na história, instaurando efeitos de sentidos, e o arquivo, que contempla objetos em exposição dispostos no espaço físico e na página da *internet* do museu. Compreendemos que as materialidades discursivas funcionam, no trabalho de mediação simbólica entre sujeito e formação social, a história do cotidiano, da contemporaneidade. Para dar visibilidade aos objetos expográficos, o MHC utiliza-se de estratégias discursivas que conferem aos seus textos valores de unidade e de coerência. A ancoragem da nossa pesquisa advém de pesquisadores-teóricos como Pêcheux ([1975] 2009; [1969], 2019), Orlandi (2007, 2011, 2012), Venturini (2024), Mariani (2021), dentre outros. Os resultados dão visibilidade ao triângulo rosa – símbolo da perseguição nazista – sendo ressignificado a partir dos discursos que ressoam no/do Museu como sinal de resistência, deslocando-se de uma marca de opressão para um objeto de luta pela visibilidade. Contudo, persistem tensões discursivas: enquanto o MHC busca romper com o apagamento histórico, a homossexualidade ainda é discursivizada em quadros de vulnerabilidade (como vítima do ódio), o que pode reforçar pré-construídos em torno do sujeito homossexual. Os resultados da pesquisa demonstram que o museu opera um discurso de duplo movimento: denuncia o extermínio passado e interpela o presente, questionando a naturalização da violência contra corpos LGBTQIA+. Essa abordagem contribui para os estudos da AD ao mostrar como museus, enquanto lugares de memória, podem reativar sentidos subjugados, mas também desafia a curadoria museal a ampliar representações que transcendam o lugar da vítima, destacando resistência.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Sujeito Homossexual. Memória. Resistência. Museu do Holocausto de Curitiba. Triângulo Rosa.

ABSTRACT

The thesis is based on the theoretical reference of French Discourse Analysis, which, according to the considerations of Michel Pêcheux ([1975] 2009), is based on a materialist discursive perspective and therefore centers its studies on the conditions of production of discourse in order to understand the practice of subjects who think about what can and cannot be thought, as they are inserted in a set of socio-historical possibilities. The general objective of the thesis is to discursively analyze how the imaginary and identity representation of the homosexual subject is constructed in the socio-historical and discursive conditions of the Second World War that resonate in contemporary times, especially in the Curitiba Holocaust Museum (CHM). To do this, we considered language in history, establishing effects of meaning and the archive that includes objects on display in the museum's physical space and on its website. We understand that the discursive materialities function in the symbolic mediation between subject and social formation, the history of everyday life, of contemporaneity. In order to give visibility to its exhibits, the MHC uses discursive strategies that give its texts values of unity and coherence. Our research is anchored in theoretical researchers such as Pêcheux ([1975] 2009; [1969], 2019), Orlandi (2007, 2011, 2012), Venturini (2024), Mariani (2021), among others. The results give visibility to the pink triangle - a symbol of Nazi persecution - being re-signified from the discourses that resonate from the museum as a sign of resistance, shifting from a mark of oppression to an object of struggle for visibility. However, discursive tensions persist: while the MHC seeks to break with historical erasure, homosexuality is still discursively framed in terms of vulnerability (as a victim of hatred), which can reinforce preconstructions surrounding this subject. The research concludes that the museum operates in a double discourse: it denounces past extermination and challenges the present, questioning the naturalization of violence against LGBTQIA+ bodies. This approach contributes to DA studies by showing how museums, as a place of memory, can reactivate subjugated meanings, but also challenges museum curators to expand representations that transcend the place of the victim, highlighting agency and resistance.

Keywords: Discourse analysis. Homosexual Subject. Memory. Resistance. Curitiba Holocaust Museum. Pink Triangle.

LISTA DE TEXTOS-IMAGEM

Texto-Imagem 1: Painel “A que ponto chegamos no Século XX”	27
Texto-Imagem 2 – Recorte do Painel “A que ponto chegamos...”	29
Texto-Imagem 3 – Ataques homofóbicos na Avenida Paulista (2010)	30
Texto-Imagem 4 – Material Educativo Além do silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida”	31
Texto-Imagem 5 – Contar para viver – sobreviventes do Holocausto	35
Texto-Imagem 6 – Sobreviventes do Holocausto	36
Texto-Imagem 7 – Sobreviventes do ódio que persiste no presente	37
Texto-Imagem 8 – Visita ao MHC	39
Texto-Imagem 9 – Niankhkhnum e Khnumhotep	53
Texto-Imagem 10 – Charge de Magnus Hirschfeld	75
Texto-Imagem 11 – Contra o Espírito não-germânico	79
Texto-Imagem 12 – Dicas de livros – cartilha “Além do silêncio...”	86
Texto-Imagem 13 – Apresentação do site	103
Texto-Imagem 14 – Logo do Museu do Holocausto de Curitiba	106
Texto-Imagem 15 – Gráfico de marcações de prisioneiros	139
Texto-Imagem 16 – As cores do triângulo rosa e sua marcação	140
Texto-Imagem 17 – Testemunho “Contar para viver”	152

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO: ENCAMINHAMENTOS E TOMADAS DE POSIÇÃO	12
1. Primeiras palavras: sobre o objeto de análise	14
1.1 Percurso teórico-analítico: a constituição do arquivo	25

Capítulo 2

ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: O SUJEITO HOMOSSEXUAL NO DISCURSO E NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE	44
2. Discurso, Sujeito e História: a produção dos sentidos na AD	46
2.1 O sujeito homossexual: dos silêncios do arquivo às narrativas de resistência	52
2.2 O sujeito homossexual durante a Segunda Guerra Mundial	60
2.3 As designações sobre os homossexuais	83

Capítulo 3

MUSEUS, MEMÓRIA E DISCURSOS: O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA COMO ESPAÇO DE DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL	97
3. Museus: primeiras incursões	98
3.1 O discurso e o espaço museal: lugares de memória	104
3.2 A Segunda Guerra Mundial: condições de produção	109

Capítulo 4

O SUJEITO HOMOSSEXUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA	121
4. Do silêncio à visibilidade: vozes e testemunhos do sujeito homossexual no MHC	122
4.1 O triângulo rosa: de cor da perseguição à marca da resistência	135
4.2 E o silêncio se fez voz e resistência: do Parágrafo 175 ao discurso do <i>testemunho duplo</i>	144

EFEITOS DE CONCLUSÃO

DO ARQUIVO AO GESTO POLÍTICO: O TRIÂNGULO ROSA ENTRE A VIOLÊNCIA E A RESISTÊNCIA	156
--	-----

REFERÊNCIAS	161
-------------	-----

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO: ENCAMINHAMENTOS E TOMADAS DE POSIÇÃO

[o homossexual] era afogado num pântano [...] Não era uma punição, mas simplesmente o cancelamento de uma vida anormal. Tinha que ser eliminado, da mesma maneira que arrancamos urtigas, fazemos uma pilha com elas e tacamos fogo. Não era vingança, era só que a pessoa em questão tinha que desaparecer. (Rees, 2018, p. 157).

“Ela [a amiga] tinha parado o carro no estacionamento do lado. Fomos embora para casa e paramos no posto para comprar cigarro. Na fila do posto, esses dois caras vieram atrás e começaram a falar que a gente era viado, que a gente tinha que morrer, que não merecia viver”. Villa se dirigiu a um dos agressores e afirmou: “Vocês não sabem o que estão falando. Você é um cara novo ainda, pode ter um filho gay.”

O casal atravessou a rua e os agressores foram atrás, segundo o coordenador financeiro “No que a gente atravessou a rua, esses dois caras vieram. Eu comecei a gritar. Um foi para cima dele e outro veio para cima de mim. Levei um soco na boca e caí. Ele começou a me chutar, falando que eu tinha que morrer. Chutou minha cabeça. Eu desmaiei e não lembro de mais nada.” (G1, 2011)¹

O que vão dizer de nós?
Seus pais, Deus e coisas tais
Quando ouvirem rumores do nosso amor?
Baby, eu já cansei de me esconder
Entre olhares, sussurros com você
Somos dois homens e nada mais
Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo a nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar
(Flutua – Johnny Hooker)

¹ AZEVEDO, Bruno; DOMINGOS, Roney. Casal gay é agredido na região da Avenida Paulista. **G1**. São Paulo, 02 out. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/10/casal-gay-e-agredido-na-regiao-da-avenida-paulista.html>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Iniciamos esta tese mobilizando três excertos que funcionam como nossas epígrafes, encaminhando para efeitos de sentido os quais pretendemos dar visibilidade no seu trajeto. Cabe, no entanto, explicarmos, mesmo que de maneira breve, as condições de produção em que os discursos em tela foram produzidos. A primeira citação é um enunciado atribuído a Heinrich Himmler, líder que chefiava a SS (Schutzstaffel), mostrando seu posicionamento em relação aos homossexuais² num discurso para os líderes da SS em 1937. Por sua vez, a segunda citação é um enunciado recortado de uma notícia do site G1, de 2011, em que temos a fala de uma vítima de agressão por ser homossexual. O terceiro é o trecho de uma letra de música designada “Flutua” (2017), do artista brasileiro Johnny Hooker, na qual o eu-lírico conclama um grito de liberdade e de não assujeitamento às práticas repressoras da sociedade que, ainda na contemporaneidade, tentam silenciar e levar o sujeito homossexual aos guetos³, à marginalidade social, como aquele que não pode amar, não deve demonstrar afeto.

Deslocados no tempo por aproximadamente 80 anos, os dois primeiros enunciados sinalizam para efeitos de sentido de violência contra o sujeito homossexual, sendo que no primeiro se discursiviza o sujeito agressor e no segundo, o sujeito homossexual é vítima do preconceito e da intolerância. Ressoam, portanto, memórias que condenam o sujeito homossexual ao extermínio; a partir de enunciados que dão visibilidade ao desejo de extermínio do “anormal” e à vulnerabilidade vivida por tais sujeitos.

Resistir. Resistência. Sobreviver sendo quem se é, quem somos. A letra da canção enuncia um sujeito homossexual combativo, de resistência, como todos somos desde o momento em que nos descobrem homossexuais, porque, o sujeito homossexual é, primeiramente, compreendido como tal pelo olhar do outro e, nesse momento, ele é ‘denunciado’ por ter essa característica. É motivo, não raro, de

² Utilizamos, ao longo desta tese, a designação “homossexual” para discutir os discursos analisados e como esses sujeitos foram/são significados. Compreendemos que, na contemporaneidade, o uso da designação “homoafetividade” desestabiliza discursos que reduzem esses sujeitos ao mero desejo sexual, frequentemente associado a discursos homofóbicos. Além disso, outras designações ao longo dos tempos são mobilizadas para referir-se ao sujeito homossexual, mas tomamos a posição por esta designação por, também, ser aquela utilizada no período da Segunda Guerra Mundial.

³ Estendemos a significação de gueto para o espaço urbano, entendendo-o como um espaço de segregação e de violência, em que os sujeitos se situam fora dos padrões heteronormativos, em nosso objeto discursivo.

chacota, risos, perseguições e punições, pois, muitos entendem a homossexualidade como um defeito, que precisa ser corrigido; uma doença, que precisa ser curada; um pecado, que precisa ser castigado para, depois, ser perdoado (desde que haja arrependimento).

Dividimos nossa introdução em duas partes: na primeira, destacamos os objetivos, a pergunta que norteia nosso estudo, a justificativa, o referencial teórico; na segunda, por sua vez, sabendo não ser o habitual, mesmo assim fizemos essa opção por acharmos necessário esclarecermos, logo no início do trabalho, o percurso do dispositivo teórico-analítico⁴ percorrido.

1. Primeiras palavras: sobre o objeto de análise

Durante a Segunda Guerra Mundial, o regime nazista na Alemanha perseguia, além dos judeus e de outras minorias, os homossexuais masculinos, os quais eram detidos em campos de concentração pelo fato de serem quem eram. Em suas vestes, era estampado um triângulo rosa invertido, que, num primeiro momento, se tornou uma marca de opressão e de discriminação. Vale destacar que a perseguição aos homossexuais durante esse período foi parte de uma ampla campanha de intolerância e de ódio promovida pelo regime nazista. Milhares de homens foram presos, torturados e executados nos campos de concentração.

Acima da matrícula deve-se pôr o pequeno triângulo feito de tecido colorido. Um triângulo de poucos centímetros de lado, usado com uma ponta para baixo e costurados na camisa, na altura do coração. A cor depende do motivo da detenção. A matrícula 7952 antes se referia a triângulos de cores diferentes: primeiro, o vermelho dos prisioneiros políticos (os dois poloneses), depois, o preto dos 'antissociais, resistentes ao trabalho' e o verde dos 'criminosos profissionais' (os dois últimos portadores da matrícula). Para Rudolf, a cor é rosa, escolhida para estigmatizar a homossexualidade. Um sistema de classificação bem simples, com uma particularidade para os presos judeus: para eles é uma estrela amarela, às vezes uma estrela de duas cores (um triângulo amarelo e um triângulo com a cor correspondente a um segundo motivo de deportação). (Schwab; Brazda, 2011, p. 111).

⁴ [...] pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo teórico que leve o sujeito à compreensão do discurso, ou seja, à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando-os na relação com a língua, consigo mesmo e com a história (Orlandi, 2012b, p. 14).

Retirada da biografia de Brazda (Schwab; Brazda, 2011), a citação mostra a utilização do triângulo rosa invertido como uma forma de identificação do sujeito homossexual durante a Segunda Guerra Mundial. Mas por que o rosa fora escolhido para sinalizar os homossexuais? Setterington (2017, p. 59) afirma que isso “continua sendo um mistério. Poderia ser porque o rosa era considerado uma cor feminina, mais ainda do que é hoje, e seria humilhante para um homem usá-la”. No entanto, como ele ressalta, não há documentos que confirmem a motivação do uso do triângulo rosa na identificação dos sujeitos homossexuais durante a Segunda Guerra Mundial.

Essa parte da história é negligenciada ou pouco conhecida em comparação a outras vítimas do Holocausto, mas é crucial reconhecer e estudar a perseguição enfrentada pelos homossexuais durante esse período da história. Hitler e os nazistas, ao perseguirem essa parcela da população, entendiam-na como “indigna” e, por isso, precisava ser perseguida-excluída-banida-exterminada do convívio em sociedade. Além disso, por não gerarem filhos, os homossexuais não comungariam com a ideologia de expansão da raça pura idealizada pelo chefe nazista.

A ideia de negligência no tratamento histórico do sujeito homossexual durante a Segunda Guerra Mundial é um ponto fundamental a ser discutido nesta pesquisa. Vale ressaltar, no entanto, que essa negligência não implica a ausência total de discussão sobre o tema, mas sim que a perseguição aos homossexuais é frequentemente tratada de forma marginal em comparação a outros grupos vítimas do Holocausto, como os judeus. A marginalização se manifesta em vários domínios, incluindo a produção acadêmica, os materiais didáticos, os memoriais e os museus que, não raro, omitem ou dão pouca visibilidade a esse grupo. Os livros didáticos de História do Ensino Fundamental, como afirma Silva (2020), quando trabalham o conteúdo Segunda Guerra Mundial/Nazismo, mencionam o sujeito homossexual como um dos grupos perseguidos por Hitler, no entanto, apenas um livro dá visibilidade à perseguição relacionada à orientação sexual, como revelou a pesquisa da historiadora. Acreditamos que esse silenciamento em materiais didáticos corrobora para o entendimento da negligência em relação a estes sujeitos.

Estudos sobre a perseguição aos homossexuais durante o regime nazista são menos numerosos e têm despertado a atenção significativa apenas nas últimas

décadas, muito em decorrência de poucos sujeitos que, após tamanha atrocidade, vieram a público contar suas histórias. Esse silenciamento acadêmico retardou o reconhecimento da experiência singular desse grupo. Além disso, muitos espaços de memória demoraram a reconhecer a perseguição dos homossexuais. Conforme Schmidt (2022), o triângulo rosa começou a ser amplamente associado à memória do Holocausto apenas nos anos 1980, muito tempo após a Segunda Guerra Mundial. Para nos referirmos a essa negligência, consideramos que o Museu Yad Vashem deu visibilidade aos triângulos rosa somente a partir de 2005 (Schmidt, 2022).

Enquanto as vítimas judias receberam reparos e reconhecimento imediato no pós-guerra, os homossexuais continuaram estigmatizados devido à manutenção de leis antigays em vários países⁵, incluindo a Alemanha Ocidental. Essa continuidade da homofobia institucional contribuiu para a invisibilidade de suas histórias. Fato comprovado pela publicação tardia das biografias dos sujeitos homossexuais que foram condenados pelo Parágrafo 175: Rudolf Brazda (2011), Pierre Seel (1994), Josef Kohout⁶ (anos 1970). O triângulo rosa foi considerado uma forma eficaz de identificação dos prisioneiros homossexuais nos campos de concentração por várias razões. Dentre as quais, cabe destacar: 1) Simplicidade de identificação: o triângulo rosa é uma forma simples e fácil de identificar à distância. Isso permitia que os guardas e outros prisioneiros reconhecessem rapidamente a orientação sexual do sujeito marcado e, diante disso, as consequências sofridas por eles estavam traçadas. No que se refere à sexualidade, somente os sujeitos masculinos homossexuais receberam um distintivo, pois, as mulheres homossexuais, conforme Setterington (2017), em número bastante reduzido, foram enquadradas como associadas e marcadas com o triângulo preto, mas, de acordo com o *site* do *United States Holocaust Memorial Museum*, tais registros históricos são muito difíceis de serem encontrados, pois, conforme relatos, as mulheres homossexuais não eram presas em decorrência da sexualidade e, nos

⁵ O parágrafo 175, que previa a perseguição, o julgamento e a condenação do sujeito homossexual na Alemanha Nazista, durante a Segunda Guerra Mundial, só foi extinto definitivamente em 1994, após extinção desse Parágrafo na Alemanha Oriental e na Alemanha Ocidental.

⁶ Vale destacar quando Kohout opta por narrar sua história de vida, o faz sobre o pseudônimo de Heinz Herger, para, dessa forma, evitar novas perseguições ou preconceitos. Sua verdadeira identidade veio a público somente em 1994.

campos de concentração, quando se relacionavam com outras mulheres, nem sempre era por atração sexual, podendo ser por busca de afeto, de proteção, ou até mesmo de sobrevivência; 2) Associação com a Teoria da Degeneração⁷: os nazistas difundiam a premissa de que os homossexuais eram uma ameaça à “pureza” da sociedade ariana, e os rotulavam como “degenerados”. O uso de uma marca distintiva servia para estigmatizar e isolar os homossexuais, reforçando essa visão de que eram “diferentes” e “inferiores”; 3) Diferenciação de outros Grupos Marcados: os nazistas usavam uma variedade de insígnias coloridas para identificar diferentes grupos de prisioneiros nos campos de concentração. O uso de cores e de formas diferentes ajudava a distinguir os grupos de prisioneiros e suas supostas “ofensas” aos olhos do regime nazista.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, diversos grupos sociais, como já salientado, foram marcados, perseguidos, executados e segregados pelos nazistas. Rees (2018) afirma que, dentre esses estavam os homossexuais, os quais foram e, infelizmente, continuam sendo, alvo de grupos que negam/repudiam sua existência. Não raro, na contemporaneidade, ainda temos os homossexuais sofrendo práticas de violências verbal, física e moral. Os discursos de ódio em relação a estes sujeitos se materializam, também, por designações pejorativas à sua existência.

Gomes de Oliveira (2018) traz algumas designações⁸ utilizadas para significar o sujeito homossexual. Constantemente, essas designações são mobilizadas com sentidos pejorativos que reforçam o preconceito, a discriminação,

⁷ Esposito (2010) entende o conceito de degeneração, num primeiro momento, como afastar de sua origem (*ghenos*), mas sentidos negativos, como decadência, degradação e deterioração foram incorporados. É nesta valência negativa, que se formou uma teoria de transmissão hereditária da degeneração, da qual o povo judeu seria o principal degenerado e vetor, pois, além de hereditária, a degeneração seria contagiosa. Nesse sentido, não só os judeus, mas também, os outros inimigos do Reich foram levados à morte. Vale destacar que tal teoria ancora-se em práticas higienistas de extermínio. Lovatto (2023, p. 66) defende que estas práticas higienistas, alicerçadas em condutas médicas, “tratavam os ‘degenerados’ como já-mortos (por sua própria degeneração), sob o pretexto de limpar os agentes patogênicos que pudessem contaminar a ‘raça superior’ e o ‘corpo nacional’”. Isto se figurou sobretudo na prática da eugenia, que intervinha amplamente nos processos vitais da reprodução (esterilização, aborto imposto e controle dos casamentos) e da própria existência (imigração, segregação, eutanásia e extermínio).”

⁸ A noção de designação será abordada na sequência deste trabalho, mais precisamente no capítulo 2. Entendemos que as designações são parte fundamental para compreendermos de que forma o sujeito homossexual é discursivizado durante a Segunda Guerra Mundial e também nos dias de hoje.

a segregação. Dentre estes “apelidos”, recortamos alguns: anormal, asqueroso, afetado, aidético, afeminado, bichinha, boiola, encubado, demoníaco, devasso, desviado, gay, doente da alma, desmunhecado, indecente, invertido, monstro, mariquinha, morde-fronha, mulherzinha, mona, praticante da sujidade, pederasta, perturbador da ordem moral, viado, viadinho, sodomitas, sem vergonha, pecador. Essas designações ancoram-se em formações ideológicas, históricas, sociais e discursivas⁹, que corroboram para a estigmatização do sujeito homossexual como aquele que é doente, que fere a moral religiosa, atenta contra a ordem “natural” da heterossexualidade. Ao considerarmos, para efeitos de exemplificação, a designação ‘aidético’ em relação ao sujeito homossexual, podemos considerar o estigma que dessa designação ressoa: o adjetivo ‘aidético’ surgiu na década de 1980, durante a epidemia de HIV/AIDS, e foi utilizado para designar pessoas que viviam com o vírus. No entanto, essa designação não era neutra: ela carregava uma carga de estigma e associação com grupos específicos, especialmente homens homossexuais. Ferrari Soares (2019, p. 147), em seu estudo acerca da homossexualidade e da AIDS discursivizada em Revistas Semanais, afirma que a doença,

além da associação direta que era feita com a questão homossexual – peste gay, câncer gay, peste cor-de-rosa, coisa de gay, entre tantas outras –, era encarada como ‘Mal do Século XX’, porque ela mexia, de alguma maneira, com a vida de todos: mortal, incurável, infecto-contagiosa, perversa por apresentar um período de incubação, arrasadora, e sexualmente transmissível, eram as denominações mais comuns [...].

Ressoa dessa designação o preconceito ancorado no julgamento que se faz para criar uma identidade social marcada pela doença, associando-a a comportamentos e estilos de vida considerados desviantes/imorais/pecaminosos pela norma heterossexual.

Diante do exposto, consideramos que ressoam, portanto, na contemporaneidade, efeitos de sentidos que conferem repetibilidade, permanência, bem como resistência, pois, durante a Segunda Guerra Mundial, o sujeito homossexual também era significado como uma afronta, em especial, à sociedade

⁹ Explicitaremos o conceito de Formação Ideológica será abordado mais adiante, no capítulo 2.

ariana, consideradas as condições de produção em que emergiu o discurso hitlerista de perseguição, de segregação, de condenação, de expurgo do sujeito homossexual, daquele que não seguia o padrão da heteronormatividade.

Tendo em conta tais considerações, a pesquisa mobiliza como referencial teórico a Análise de Discurso de orientação francesa, a qual, de acordo com as contribuições realizadas por Michel Pêcheux ([1975] 2009), se sustenta numa perspectiva discursiva materialista e, portanto, centra seus estudos nas condições de produção do discurso para, a partir delas, compreender que os sentidos não são literais e dependem de sujeitos e de suas filiações ideológicas, das posições-sujeito, já que o sujeito se inscreve num conjunto de possibilidades sócio-históricas.

Por sua vez, Orlandi (2010, p. 9) afirma que “problematizar as maneiras de ler, leva o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e sobre o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem”. Trata-se de atribuições da Análise de Discurso junto ao sujeito, à formação social e ao trabalho com a língua que funciona pela história. Nessa perspectiva, a estudiosa nos permite compreender como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, documentário, fotografias, museus, por exemplo) produz sentidos, o que consiste em mostrar os processos de significação instaurados no texto, permitindo o funcionamento de sentidos outros.

Diante dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso pecheuxtiana, analisamos a discursivização do sujeito homossexual no Museu do Holocausto de Curitiba. Para tanto, mobilizamos o espaço físico e o virtual da referida instituição, bem como as memórias que, a partir dele, ressoam, uma vez que, para cumprir essa tarefa, devemos considerar as condições de produção em que esses discursos emergem e alguns entrelaçamentos estabelecidos pelo fio da memória. Entendemos, no entanto, que este recorte temporal é extenso, mas, mesmo assim ousamos fazê-lo por considerarmos pertinente à medida que as materialidades¹⁰ analisadas foram surgindo e constituindo o arquivo desta pesquisa.

¹⁰ Dizemos materialidade por entender que o objeto discursivo selecionado, se constitui por redes de memória e de discursos que já circularam antes em outros lugares e tempos, ressoando como pré-construído (Pêcheux, [1975] 2009). Além disso, depois de constituído o arquivo, o objeto que compõe o *corpus* encontra-se investido de determinados efeitos de sentidos e não outros. Não se trata, portanto de uma matéria.

Para Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016, p. 116) o arquivo não é “o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento, do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes”. É importante destacar que o Museu é uma instituição, um lugar de guarda, um lugar de memória, mas nele, como destaca Venturini (2023) ocorre a passagem do documento a monumento investido de memórias e de discursos outros. É assim, que os objetos simbólicos, passam a ser corpos-documento, constituídos por corpos que são memórias e assim, enredam efeitos de sentidos.

Além disso, interessa-nos, a partir da mobilização do referido Museu como espaço de pesquisa, colocar em suspenso como o discurso de ódio ressoa na contemporaneidade, por meio de discursos que, como pré-construído¹¹, retornam como se estivessem no eixo da formulação (Pêcheux, [1975] 2009) e de memórias que ressoam, instaurando repetibilidades, reguladas pela formação discursiva (FD) que determina o que pode e deve ser dito (Indursky, 2011).

Chama a atenção, dentro desse período, a maneira cada vez mais radical com que os nazistas lidam com aqueles que são definidos como inimigos do Reich, afetando, conforme Rees (2018, p. 157), outro grupo: os homossexuais, inimigos por serem minoria e por serem vistos como ‘diferentes’, dentro do que os nazistas entendiam estar de acordo com a sua ideologia e com o que entendiam como raça. Em 1937, Heinrich Himmler¹² manifestou-se em relação aos homossexuais num

¹¹ Explicitaremos o conceito de pré-construído mais adiante, no capítulo 2, quando abordamos o sujeito homossexual.

¹² Heinrich Himmler, no final da Segunda Guerra Mundial, era o segundo homem mais poderoso na Alemanha nazista. Ele concebeu e dirigiu a implementação da “Solução Final da Questão Judaica”. A polícia secreta alemã, a polícia de segurança e a polícia criminal estavam todas sob seu comando, reportando-se a ele por meio de seus principais tenentes, Reinhard Heydrich e Ernst Kaltenbrunner. Himmler também supervisionava e controlava o extenso sistema de campos de concentração nazistas, onde explorava economicamente o trabalho dos prisioneiros como um meio de extermínio. Por sua vez, vale esclarecer que a “Solução Final da Questão Judaica” (*Endlösung der Judenfrage*), concebida e implementada pelo regime nazista, é considerado um processo sistemático e meticulosamente planejado de extermínio em massa da população judaica europeia. Este plano genocida, que ocorreu entre os anos de 1941 e 1945, é amplamente reconhecido como a “Solução Final” (*Endlösung*). A “Solução Final” representou o ápice da perseguição nazista contra os judeus na Europa, constituindo-se como um elemento central do Holocausto (1933–1945). Este episódio histórico foi caracterizado por uma organização burocrática detalhada, envolvendo a coordenação de diversos setores do Estado e a utilização de métodos de assassinato em larga escala, visando a erradicação total da comunidade judaica europeia.

discurso para os líderes da SS. Asseverou que “um homossexual era ao mesmo tempo um ‘covarde’ e um ‘mentiroso’. ‘Infelizmente, não é tão fácil para nós quanto era para nossos ancestrais’ disse ele”. Essa facilidade a que ele se refere reside no fato de que os homossexuais eram afogados em um pântano, não como “punição, mas simplesmente o cancelamento de uma vida anormal” (Rees, 2018, p. 157). Em seu discurso, Himmler – chefe da SS – compara homossexuais a urtigas, que precisam ser arrancadas e, depois disso, teriam seus corpos queimados. “Não era vingança, era só que a pessoa em questão tinha que desaparecer” (Rees, 2018, p. 157).

Uma maneira prática para lidar com os homossexuais, segundo Rees (2018), consistia na manutenção do equilíbrio sexual da Alemanha, que havia sido desarranjado devido aos dois milhões de homossexuais no país – somados aos dois milhões de alemães mortos na guerra, o que indicaria uma carência de 4 milhões de homens sexualmente capazes de gerar descendentes no país. Nessa manifestação, o discurso das liberdades individuais é posto por terra, uma vez que não há garantias que esses “assuntos particulares” sejam tolerados (Rees, 2018, p. 157).

Como se observa, os nazistas, com frequência, tentavam alegar um vínculo entre os judeus e qualquer coisa que não pudessem tolerar. Foi assim também com a homossexualidade.

Em 1930, antes de os nazistas chegarem ao poder, Alfred Rosenberg escreveu um artigo no *Völkischer Beobachter*, prometendo que os nazistas iriam punir por meio de “expulsão ou enforcamento” o “maligno impulso dos judeus de evitarem a divina ideia da Criação por meio de relações físicas com animais, irmãos e pessoas do mesmo sexo”. Assim, afirmava Rosenberg absurdamente, os judeus estimulavam não só a homossexualidade, mas o incesto e o bestialismo. (Rees, 2018, p. 158).

Práticas homossexuais entre homens haviam sido ilegais no período da República de Weimar, embora as autoridades costumassem fazer vista grossa para os clubes gays de Berlim. No entanto, os nazistas agora rejeitavam qualquer forma de tolerância e, em 1935, introduziram restrições mais duras no Parágrafo 175 do Código Penal Alemão. Antes disso, o referido parágrafo continha punições contra a sodomia, o que era difícil de ser provado. No entanto, com a nova regra, a punição

seria referente a todos e quaisquer “atos licenciosos e lascivos” (Rees, 2018, p. 159), o que permitia punir praticamente qualquer forma de contato físico entre homens.

São estas condições de produção que o documentário “Parágrafo 175”¹³ visa resgatar: a perseguição aos homossexuais, além de narrar as torturas praticadas contra estes sujeitos nos campos de concentração. Corroboram para essa narratividade (Orlandi, 2014)¹⁴, as biografias de Jean-Luc Schwab, intitulada *Triângulo rosa: um homossexual no campo de concentração nazista*; de Pierre Seel, cujo título é *Eu, Pierre Seel, Deportado Homossexual*; de Heinz Heger, intitulada *Los hombres del triángulo rosa: memorias de un homosexual en los campos de concentración nazis*. Tais materialidades estão elencadas em *Além do Silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida*¹⁵, material educativo desenvolvido pelo Museu do Holocausto de Curitiba, e que compõe o nosso arquivo, disponibilizando algumas das materialidades que são analisadas nesta tese.

Elencamos como objetivo geral da tese analisar discursivamente como se dá a construção da representação imaginária e identitária do sujeito homossexual nas condições sócio-históricas e discursivas da Segunda Guerra Mundial e que ressoam na contemporaneidade, em especial no Museu do Holocausto de Curitiba (MHC), considerando a língua na história, instaurando efeitos de sentidos. Os objetivos específicos da tese são apresentados à medida que forem sendo cumpridos, entendendo que desse modo estamos construindo uma rede de sentidos com coerência, instaurando um efeito de progressão.

A Análise de Discurso, tal como foi proposta por Michel Pêcheux, nos anos sessenta, foi relida, no Brasil, por Orlandi e por pesquisadores que com ela trabalham. Esse campo disciplinar não se atém a nada que seja positivista, deixando de lado os conteúdos em favor dos efeitos de sentido, que se constituem

¹³ MÜLLER, K. **Parágrafo 175**. DVD. New Yorker Video, 81 min.

¹⁴ Mobilizamos a noção narratividade a partir de Orlandi (2014, p. 79), no qual a autora diz que se propõe a pensar a narratividade “como a maneira pela qual uma memória se diz processos identitários apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando (seu ‘pertencimento’) sua existência a espaços de interpretação determinados, consoantes a.”

¹⁵ Disponível em: https://www.museudoholocausto.org.br/arquivos/materiais_educativos. Acesso em: 20 de maio de 2023.

pelo/no discurso. Centra-se em como os sentidos são instaurados pelo trabalho da língua na história, colocando em suspenso as evidências do discurso e questionando como determinados efeitos de sentidos se constituem e circulam na formação social.

[...] na perspectiva da análise de discurso [...], o objeto é o discurso. Trabalha-se com o discurso para se entender o que ele é. Isso implica tanto na constituição de um objeto específico como em uma mudança de terreno teórica em que a Linguística está pressuposta, mas re-significada teoricamente e em que a noção de língua, herdada da Linguística enquanto se considera que ela (língua) tem sua ordem própria, é vista, no entanto como só relativamente autônoma no âmbito da discursividade. (Orlandi, 2004, p. 18).

Essa perspectiva teórica não tem como centro a língua, mas, de acordo com a autora, ela funciona como lugar material da ideologia. A disciplina não trabalha a língua como sistema abstrato, pois a compreende em seu funcionamento no mundo, observando suas maneiras de significar, ou seja, por meio da produção de efeitos de sentido, do homem falando (Orlandi, 2010).

Para cumprir nossos objetivos, buscamos responder à seguinte questão de pesquisa: Como os sujeitos homossexuais são discursivizados no Museu do Holocausto de Curitiba e como os discursos que circularam durante a Segunda Guerra Mundial, sustentaram e legitimaram o discurso de ódio que resultou, com frequência, em práticas de extermínio e de segregação, continuando a produzir efeitos no tempo presente? A questão de pesquisa, de acordo com os pressupostos da Análise de Discurso proposta por Pêcheux na estruturação da teoria, determina o dispositivo teórico e analítico que se constitui como o fio condutor das análises, atendendo aos objetivos propostos.

Tais observações são relevantes, tendo em conta a organização do arquivo em torno do objeto discursivo, destacando a questão a ser respondida, o *corpus* de análise e os objetivos que instauram efeitos de coerência e de sequencialidade, possibilitando a 'amarração' entre o campo da Análise de Discurso e o da História. Consideramos, neste processo, o sujeito, a ideologia e a memória, bem como as demais noções que formam redes com elas, tendo em vista que, na perspectiva

discursiva, ocorre o movimento pendular entre teoria e prática analítica, conforme estudos realizados por Petri (2013).

Diante dessa problemática e dos objetivos propostos, compõe nosso arquivo, conforme já explicitado, o Museu do Holocausto, da cidade de Curitiba/PR, tanto o espaço físico quanto ou que circulam nas redes sociais do museu. Esse arquivo que se instaura em torno do objeto discursivo sujeito homossexual, situado num determinado momento, que é a Segunda Guerra Mundial, o significa e o constitui num período que vai de setembro de 1939 a outubro de 1945.

Nossa pesquisa está dividida em, além da introdução, outros três capítulos. No segundo capítulo, intitulado *Entre o silêncio e a resistência: o sujeito homossexual no discurso e na história da humanidade*, discorremos sobre a noção de sujeito, em especial para a Análise de Discurso de vertente pecheuxiana, e de como o sujeito homossexual se constituiu ao longo da história. Por sua vez, o terceiro capítulo, nomeado de *Museus, Memória e Discursos: o Museu do Holocausto de Curitiba como espaço discursivo do Sujeito Homossexual*, apresenta a noção de museu enquanto lugar de memória. Além disso, trazemos questões pertinentes e pontuais acerca da Segunda Guerra Mundial. Por fim, o quarto capítulo, designado de *O Triângulo Rosa no Museu do Holocausto: entre a marca da perseguição e o discurso de resistência*, abordamos de que forma o referido sujeito é discursivizado no MHC, salientando o deslizamento em que esse sujeito é sinalizado como vítima para os efeitos de resistência que se constituíram no tempo presente.

A presente pesquisa que, num primeiro momento, levantou hipóteses de que o sujeito homossexual seria silenciado/apagado no MHC, trouxe à baila um sujeito homossexual que, mais do que ser discursivizado, é 'feito' produzindo 'efeitos' que vão além daqueles de um sujeito estigmatizado pela violência, pela segregação, pela tentativa de apagamento da/na história, pois entendemos que o sujeito homossexual é significado como um sujeito de resistência, de que, mesmo diante das dificuldades impostas ao longo da história, ergueu (e ainda ergue) sua voz em busca de mostrar-se na sociedade e fincar pé em busca de respeito, dignidade.

1.1 Percurso teórico-analítico: a constituição do arquivo

Conforme já salientado no início deste capítulo, a questão norteadora da tese que se apresenta é “Como os sujeitos homossexuais são discursivizados no Museu do Holocausto de Curitiba e como os discursos que circularam durante a Segunda Guerra Mundial, sustentaram e legitimaram o discurso de ódio que resultou, com frequência, em práticas de extermínio e de segregação, continuando a produzir efeitos no tempo presente?”. No entanto, ao adentrarmos no espaço museal que constitui o lugar de narratividades acerca do Holocausto, da perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, vimos que além de trazer histórias de sobrevivência, de luta, de resistência, de esperança, uma primeira leitura, superficial, sinaliza que não há espaço para o sujeito objeto de nossa pesquisa nesse lugar de memória, não dentro das projeções que fizemos inicialmente. Falamos isso considerando a visita virtual realizada no *Museo del Holocausto de Buenos Aires*¹⁶ que, assim como o MHC, compõe a rede LAES. No museu argentino, há uma exposição permanente na qual são mostradas réplicas dos uniformes usados pelos homossexuais. Tais vestimentas são marcadas pelo triângulo rosa e há explicações acerca do triângulo, bem como de outras marcações destinadas às minorias.

Quando visitamos o MHC, aqui vale ressaltar que ainda não há na página da *internet* desse museu a possibilidade de uma visita virtual, como mencionado, não há, *a priori*, materiais expográficos diretamente relacionados ao sujeito homossexual. Tal fato nos suscitou o seguinte questionamento: haveria um silenciamento, um apagamento do sujeito homossexual no espaço do MHC?

A busca pela constituição do arquivo que abarca o *corpus* a ser analisado posteriormente se deu a partir de visitas ao MHC ao longo dos últimos anos. Vale ressaltar, primeiramente, que o interesse pela pesquisa que ora se apresenta, se deu pelas discussões com a professora Doutora Maria Cleci Venturini, e com alguns membros do LABELL – Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários – acerca

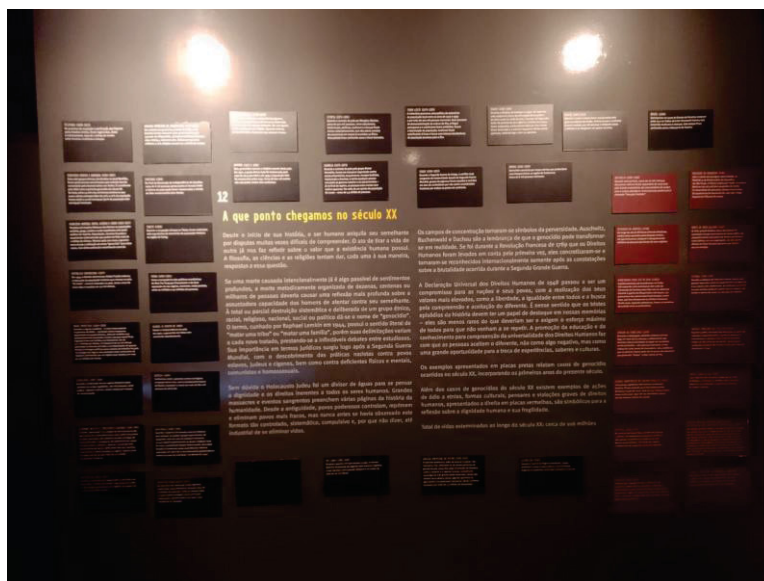
¹⁶ O *Museo del Holocausto de Buenos Aires*, integrante da Rede Latino Americana para o Ensino da Shoá (Rede LAES), da qual também faz parte o Museu do Holocausto de Curitiba, dispõe aos visitantes a sua exposição permanente, que pode ser verificada por meio da visita virtual, uma seção que apresenta os homossexuais perseguidos pelos nazistas. A visita pode ser conferida no link: <https://www.museodelholocausto.org.ar/360/?id=4>. Acesso em: 20 jun 2024.

dos espaços museais, em especial, o Museu do Holocausto de Curitiba, que já vem sendo objeto de pesquisa de Venturini e de outros participantes do grupo há algum tempo. Nessas discussões, a emergência das práticas discursivas sobre o sujeito homossexual veio à tona e, junto delas, a necessidade de dar visibilidade a esses sujeitos no referido Museu.

A primeira visita ao MHC revelou-se desafiadora, pois o sujeito homossexual não constava nas materialidades expostas, não como vislumbramos inicialmente. Por isso, uma segunda visita foi realizada e uma leitura mais atenta do espaço museal foi feita, verificando-se discursos sobre o sujeito homossexual, em uma materialidade (um grande painel), a qual designamos como texto-imagem, que, conforme Venturini (2024), é concebido como discurso, sinalizando que ele significa pelo interdiscurso e que, ao reconfigurar-se, organiza o saber de uma FD, em decorrência das posições ideológicas dos sujeitos. Entendemos o texto-imagem, portanto, como a materialidade significativa em seu todo, como espaços interdiscursivos, em que imagens que compõem uma materialidade significativa significam pela memória, pelo silêncio e por discursos que já circularam antes.

Do texto-imagem 1 (abaixo) ressoa a violência que os sujeitos-homossexuais sofrem na contemporaneidade. O texto-imagem ao qual nos referimos é, pelo trajeto da visita proposta pela curadoria do museu, o último espaço a ser lido, pois, este espaço de circulação de sentidos é reservado às violências recentes pelas quais ressoam memórias de violências anteriores, inclusive as cometidas pelo nazismo. O painel é significado pelo seguinte enunciado: “A que ponto chegamos no século XX”.

Texto-imagem 1: Painel “A que ponto chegamos no século XX”



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2024).

No texto-imagem 1¹⁷, são apresentadas posições do MHC acerca de questões referentes ao valor da vida humana em diferentes perspectivas, embora

¹⁷ Transcrição do verbal do texto-imagem: “A que ponto chegamos no século XX”, que serão retomadas nas análises como sequências discursivas (SD). Desde o início de sua história, o ser humano aniquila seu semelhante por disputas muitas vezes difíceis de compreender. O ato de tirar a vida do outro já nos faz refletir sobre o valor que a existência humana possui. A filosofia, as ciências e as religiões tentam dar, cada uma à sua maneira, respostas a essa questão. Se uma morte causada intencionalmente já é algo possível de sentimentos profundos, a morte metodicamente organizada de dezenas, centenas ou milhares de pessoas deveria causar uma reflexão mais profunda sobre a assustadora capacidade dos homens de atentar contra seu semelhante. À total ou parcial destruição sistemática e deliberada de um grupo étnico, racial, religioso, nacional, social ou político dá-se o nome de “genocídio”. O termo cunhado por Raphael Lemkin em 1944, possui o sentido literal de “matar uma tribo” ou “matar uma família, porém suas delimitações variam a cada novo tratado, prestando-se a infundáveis debates entre estudiosos. Sua importância em termos jurídicos surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, com o descobrimento das práticas nazistas contra povos eslavos, judeus e ciganos, bem como contra deficientes físicos e mentais, comunistas e homossexuais. Sem dúvida o Holocausto judeu foi um divisor de águas para se pensar a dignidade e os direitos inerentes a todos os seres humanos. Grandes massacres e eventos sangrentos preenchem várias páginas da história da humanidade. Desde a antiguidade, povos poderosos controlam, reprimem e eliminam povos mais fracos, mas nunca antes se havia observado este formato tão controlado, sistemático, compulsivo e, por que não dizer, até industrial de se eliminar vidas. Os campos de concentração tornaram-se símbolos da perversidade. Auschwitz, Buchenwald e Dachau são a lembrança de que o genocídio pode transformar-se em realidade. Se foi durante a Revolução Francesa de 1789 que os Direitos Humanos foram levados em conta pela primeira vez, eles concretizaram-se e tornaram-se reconhecidos internacionalmente somente após as constatações sobre a brutalidade ocorrida durante a Segunda Grande Guerra. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 passou a ser um compromisso para as nações e seus povos, com a realização dos seus valores mais elevados, como a liberdade, a igualdade entre todos e a busca pela compreensão e aceitação do diferente. É nesse sentido que os tristes episódios da história devem ter um papel de destaque em nossas memórias – eles são menos raros do que deveriam ser e exigem o esforço máximo de todos para que não venham a se repetir. A

não sejam desenvolvidas mais detalhadamente nenhuma delas, até porque, entendemos, não ser o objetivo da materialidade. Outro ponto sensível no painel é a noção de genocídio, a qual é ampliada para-além dos judeus, ou seja, demarca o assassinato em massa de judeus, ciganos, deficientes físicos e mentais, comunistas e homossexuais.

Além disso, traz a historicidade¹⁸ que ressoa a partir da Revolução Francesa, primeiro evento a considerar os Direitos Humanos, que foram retomados a partir dos efeitos oriundos da Segunda Guerra Mundial. Ainda no texto-imagem, em “placas pretas”, são apresentados “casos de genocídios ocorridos no século XX” e, à direita do texto principal, em vermelho, “exemplos de ações de ódio a etnias, formas culturais, pensares e violações graves de direitos humanos, [...] simbólicos para a reflexão sobre a dignidade humana e sua fragilidade” (MHC).

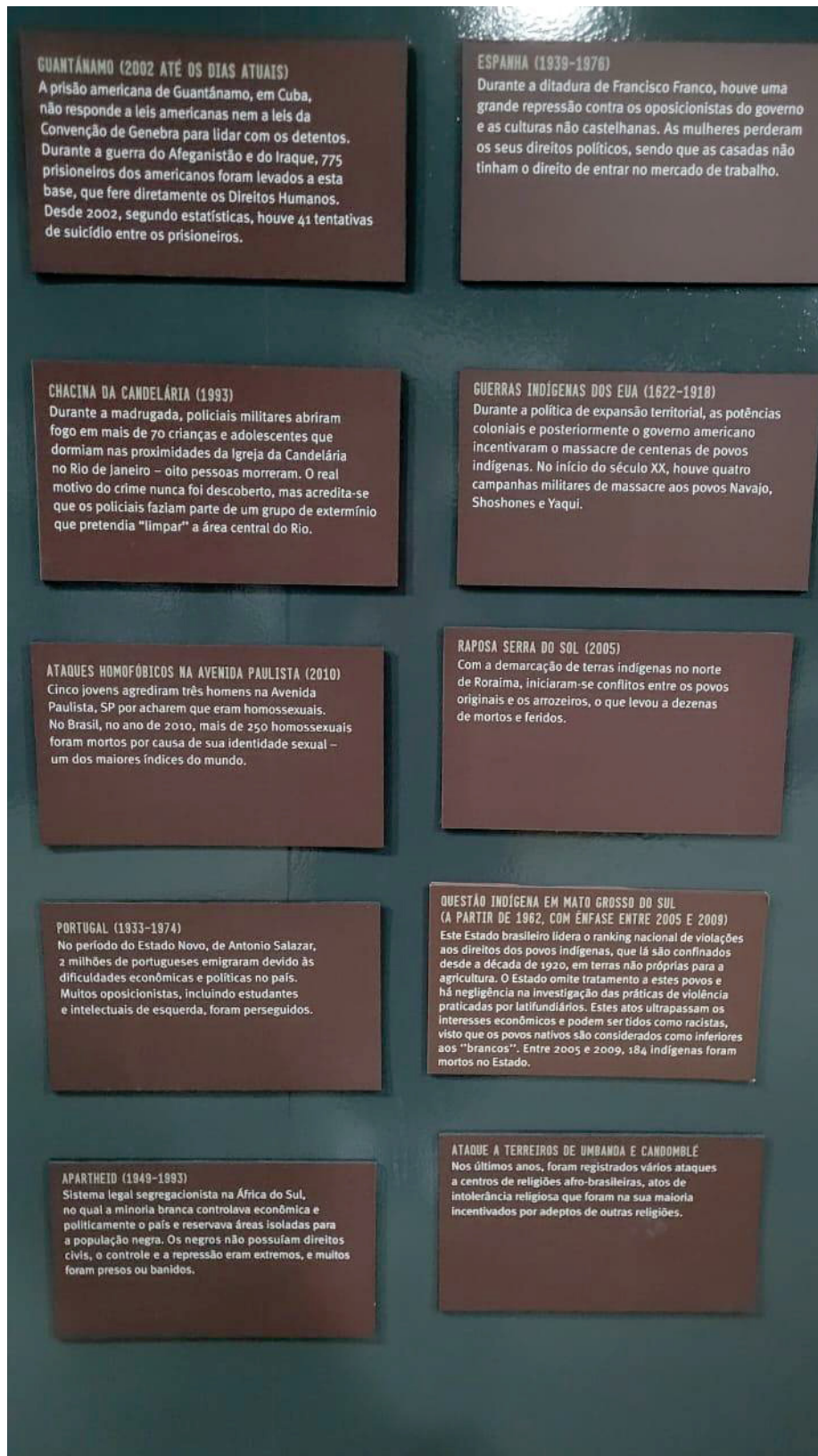
Um olhar atento para este texto-imagem 2 (um recorte do texto-imagem 1) possibilita visualizar do lado esquerdo, em cor preta, exemplos dessas violações aos direitos humanos. Dentre os quais, destacamos *Guantânamo* – a prisão americana com base em Cuba que viola as leis do próprio país e a Convenção de Genebra; *Chacina da Candelária* (1993) – ataque policial a cerca de 70 crianças que dormiam na praça da Candelária, no Rio de Janeiro; *Ditadura de Francisco Franco* (Espanha – 1939-1976) – marcada pela repressão aos opositores e à cultura castelhana, bem como privação ao direito ao voto feminino e inserção das mulheres casadas ao mercado de trabalho.

promoção da educação e do conhecimento para compreensão da universalidade dos Direitos Humanos faz com que as pessoas aceitem o diferente, não como algo negativo, mas como uma grande oportunidade para a troca de experiências, saberes e culturas. Os exemplos apresentados em placas pretas relatam casos de genocídio ocorridos no século XX, incorporando os primeiros anos do presente século.

Além dos casos de genocídios do século XX existem exemplos de ações de ódio a etnias, formas culturais, pensares e violações graves de direitos humanos, apresentados à direita em placas vermelhas, são simbólicos para a reflexão sobre a dignidade humana e sua fragilidade. Total de vidas exterminadas ao longo do século XX: cerca de 106 milhões.

¹⁸ O termo historicidade funciona de modo a caracterizar a posição do analista de discurso em relação à do historiador. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido.

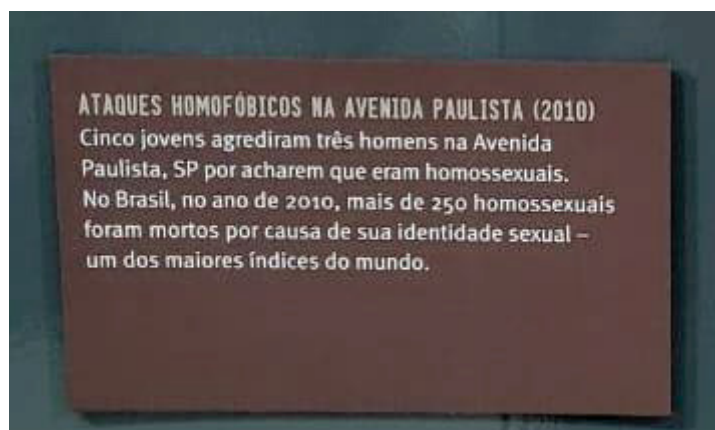
Texto-imagem 2: Recorte do Painel “A que ponto chegamos no século XX”



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba (2023) – via e-mail.

Interpela-nos e está em consonância com o objeto de estudo deste trabalho o enunciado recortado e tomado também como texto-imagem 3¹⁹, referente à situação de violência infligida aos homossexuais no Brasil, considerado um dos países que mais mata²⁰ essa população.

Texto-imagem 3: Ataques homofóbicos na Avenida Paulista (2010)



Fonte: MHC (2023).

No texto-imagem 3 acima, recortado do texto-imagem 1, temos a repetibilidade da violência contra o sujeito homossexual na contemporaneidade. A perseguição a esses sujeitos ganha novos espaços, mas as marcas da violência permanecem, emergindo na sociedade brasileira, ressoando os efeitos de sentidos de outrora, como os da Segunda Guerra Mundial, que visavam à perseguição, ao aprisionamento, à violência e ao extermínio. Como o discurso jornalístico, marcado pelo *lead*, enuncia-se: “Cinco jovens agrediram três homens na Avenida Paulista, SP por acharem que eram homossexuais. No Brasil, no ano de 2010, mais de 250 homossexuais foram mortos por causa de sua identidade sexual – um dos maiores índices do mundo”.

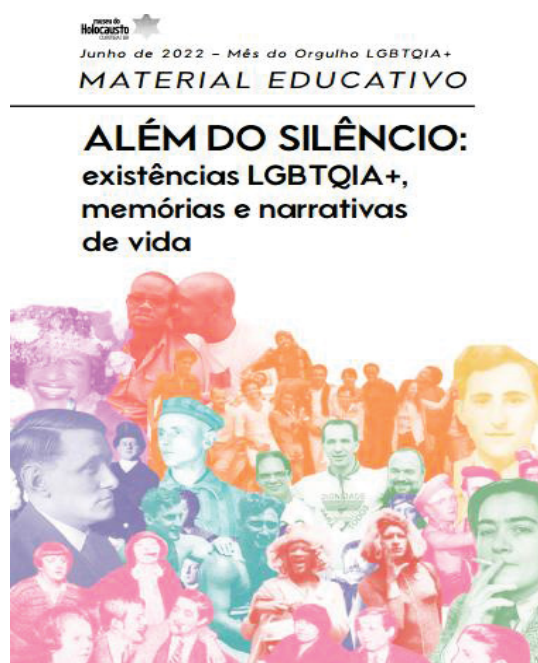
Após essa segunda visita, dedicamos nossa atenção para a página da *internet* do MHC, bem como às suas comunidades virtuais, em especial o *Instagram*. Por meio das redes sociais, tivemos contato com as práticas sociais da

¹⁹ O presente texto-imagem será analisado posteriormente.

²⁰ No link a seguir encontra-se uma notícia que ancora que dizemos acerca da violência contra homossexuais: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Instituição como a que, em 2021, no mês de junho, referentes ao mês do Orgulho LGBTQIA+, apresentou à comunidade aulas, cursos, palestras. Na página institucional do MHC, encontramos, oriundo das atividades feitas, um material educativo intitulado *Além do Silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida*.

Texto-imagem 4: Material Educativo Além do silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida



Fonte: MHC (2022).

Nesse material, são apresentados fragmentos de discursos de ativistas pelos direitos dos homossexuais, breve contextualização histórica acerca da perseguição a estes sujeitos durante a Segunda Guerra Mundial, bem como das imposições do Parágrafo 175. Também fazem parte do material links de aulas, palestras realizadas pelo MHC e conversas sobre o sujeito homossexual.

O material educativo veicula textos que trazem reflexões acerca da perseguição ao sujeito homossexual durante o período de recorte da pesquisa. Dentre os textos, destacamos o de Michel Ehrlich, Coordenador de História do MHC, intitulado de *A Comunidade LGBTQIA+ e o Holocausto*. O autor afirma que “No período entre guerras, a homossexualidade era encarada, não somente na Alemanha, mas na maior parte do mundo, como um desvio grave ou mesmo uma

doença que ameaçava o meio ao seu redor”. E ainda acrescenta que “Em diversos países, pessoas que não se enquadravam na cis-hetero-normatividade tinham não somente direitos básicos cerceados, como podiam sofrer com prisões, procedimentos de ‘cura’ ou castração” (MHC, 2022, p. 8). Como se pode ler, a homossexualidade era considerada uma patologia e, portanto, passível de cura.

A homossexualidade, por muitas vezes, foi (ainda é, infelizmente, por muitos) considerada uma contravenção e, se considerarmos a ideologia que ressoa nos discursos religiosos, é vista como pecado. Por sua vez, no que concerne ao discurso médico, em determinadas condições de produção, a homossexualidade é uma patologia e, como tal, precisa de tratamento em busca da cura. Atrela-se à busca pela “cura” gay, discursos homofóbicos, nos quais a homofobia, segundo Borillo (2009), é designada não simplesmente como a aversão/rejeição aos homossexuais, mas como práticas de segregação e exclusão desses sujeitos, por meio da violência: física, verbal, patrimonial, simbólica e outras.

Como explicitado no início desta tese, ao adentrarmos ao espaço do MHC, em Curitiba, notamos, equivocadamente, certo silenciamento do sujeito homossexual. Ferrari Soares (2019) fala sobre esse silenciamento²¹.

O silenciamento do sujeito homossexual é histórico: o cristianismo através da tentativa de classificar o seu comportamento como *desviante, anormal* etc., cala esse sujeito, e, ao emudecê-lo, reforça e realça o que deseja mostrar nele; a medicina, ao ignorar a fala desse sujeito em virtude de simplesmente *se debruçar na descrição de uma doença*, retira do silêncio o homossexual, no entanto, não permite que ele ocupe um outro lugar discursivo além de doente. (Ferrari Soares, 2019, p. 78 *grifos do autor*).

Nessas condições de produção, podemos dar visibilidade que, tanto os discursos médicos quanto os religiosos, acerca do sujeito-homossexual, instauram efeitos de sentidos, não raro, da cura, do pecado e da doença por meio da fé ou da ciência. Durante a Alemanha nazista, o médico dinamarquês Carl Vaernet aliou-se ao regime para, no campo de concentração de Buchenwald, buscar a cura dos homossexuais por meio da injeção de hormônios sintéticos. Schwab e Brazda (2011, p. 127) afirmam que as experiências médicas e o desaparecimento repentino

²¹ Entendemos neste trabalho o silenciamento na mesma perspectiva apresentada por Eni Orlandi (2007).

de homossexuais se multiplicaram no campo. Mostram, para efeitos de veracidade, o caso de dois jovens com menos de 25 anos que não resistiram às experiências praticadas durante pesquisas sobre difteria. Destacam ainda que:

Além disso, os homossexuais são as presas preferidas especialmente para as experiências do médico dinamarquês Carl Vaernet. No final de 1944, esse clínico geral, nazista convicto, vem testar tratamentos de “inversão da polaridade sexual” com os homossexuais. Sua especialidade? O implante de uma glândula artificial na virilha do sujeito para liberar hormônios aí. Ele tem esperança nos efeitos positivos sobre a preferência sexual de suas cobaias. (Schwab; Brazda, 2011, p. 128).

Na contemporaneidade, (ainda) ressoam discursos patologizantes acerca da homossexualidade. Campo e Ormaneze (2018) realizam pesquisa acerca do discurso da “cura gay” nas revistas *Veja* e *Junior*. Nela, analisam o Projeto de Decreto Legislativo (PDL)²² n° 234, proposto em 2011 pelo deputado João Campos (PSDB-GO). Nesse sentido, compreendemos que esse discurso emerge a partir de uma repetibilidade, da sua manutenção, pois, ressoam memórias no fio do discurso em que se constituem efeitos de sentido acerca da homossexualidade como doença. Além disso, ressaltamos que esse discurso patologizante é associado, em decorrência dos sujeitos que o propõem, ao discurso religioso, uma vez que a proposição do referido projeto, dadas suas condições de produção, é feita por sujeitos-pastores evangélicos que significam a homossexualidade como doença e pecado.

Retomando a historicização sobre o sujeito homossexual na Segunda Guerra Mundial, destacamos a liberdade sexual existente na Alemanha pré-nazista, notadamente expressa pelo Instituto de Ciências Sexuais, de Magnus Hirschfeld, o bar Eldorado, além de publicações voltadas ao público LGBTQIA+. Ehrlich (MHC, 2022, p. 8), no entanto, aponta que a aparente liberdade é desfeita com a ascensão do nazismo, pois, há o fechamento do Instituto e o endurecimento das sanções previstas no Parágrafo 175.

²² O projeto de Decreto Legislativo é designado de “Cura Gay”. Foi aprovado em 18 de junho de 2013, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, presidida por Marco Feliciano (PSC-SP). No entanto, foi arquivado em julho do mesmo ano. Porém, em 15 de setembro de 2017, Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª vara do Distrito Federal, concede liminar que autoriza e respalda legalmente profissionais da Psicologia a praticarem tratamentos de reversão da homossexualidade. Em 2023, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou projeto de lei equiparando terapias de reversão sexual ao crime de tortura.

Além desses textos, o material educativo *Além do Silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida* traz sugestões de filmes, como *Piscina* (2016), *Bent* (1997), *Diferente dos outros* (1919), *Aimée & Jaguar* (1999), *Senhoritas em Uniforme* (1931), *Parágrafo 175* (2000) e *Great Freedom* (2021). Indica também livros, como: *Triângulo Rosa – um homossexual no campo de concentração nazista*, de Rudolf Brazda e Jean-Luc Schwab; *Marcados pelo Triângulo Rosa*, de Ken Setterington; *Eu, Pierre Seel, deportado Homossexual*, de Pierre Seel; *Heróis e exílios – ícones gays através dos tempos*, de Tom Ambrose; *Devassos no paraíso*, de João Silvério Trevisan.

Em conferência intitulada *O Holocausto e os Museus: funcionamentos e especificidades*²³, realizada em Guarapuava-PR, em ocasião do VI Colóquio Internacional Museus, Arquivos, o Coordenador-Geral do Museu do Holocausto de Curitiba, Carlos Reiss, afirma que a curadoria do Museu, das exposições, dos materiais elaborados, requer cuidado e criteriosa seleção. Entendemos, portanto, que a confecção do material educativo atende a esses critérios. Diante disso, mobilizamos o que desse material educativo ressoa como objeto de análise, a saber: testemunhos de sobreviventes (Pierre Seel e Rudolf Brazda) e outros enunciados pertinentes que presentificam e discursivizam o sujeito homossexual no MHC. Entendemos que esse exercício analítico é pertinente à medida que produz efeitos de evidência sobre o Museu do Holocausto como uma instituição que dá visibilidade ao sujeito homossexual perseguido durante o Holocausto e também na contemporaneidade.

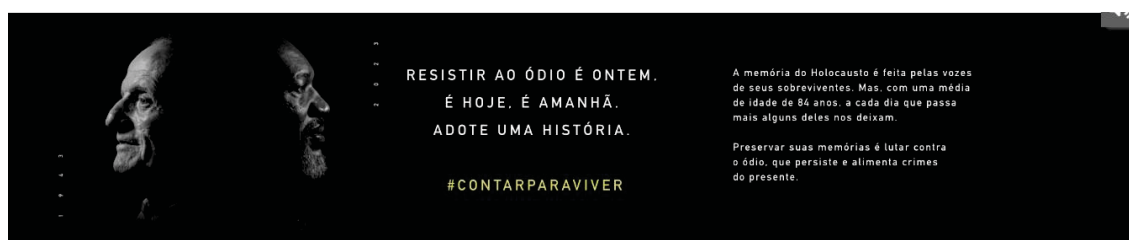
Considerando a montagem de um arquivo para a elaboração desta tese, uma nova visita foi realizada ao Museu, desta vez, uma visita guiada e acompanhada por alguns membros do LABELL. Além das materialidades já mencionadas, destaca-se, em um dos últimos espaços do MHC, designado de *Auditório Anne Frank*, uma sequência de vídeos em exibição. São peças que narrativizam a história do MHC, bem como uma sequência de três vídeos com testemunhos de vítimas de racismo, lgbtfobia e violência de gênero, na contemporaneidade, mas com uma particularidade: são discursos de uma vítima na voz de um sobrevivente do

²³ LABORATÓRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS (LABELL). *O Holocausto e os Museus: funcionamentos e especificidades*. 2024. 1 vídeo (2h:25min:22s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/32HgjO1WUFA?si=psloMmqgfFa5Os3e>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Holocausto. Esses vídeos fazem parte de uma parceria entre o Museu do Holocausto de Curitiba e a Unesco para uma campanha designada *Contar para viver*²⁴.

Quando acessamos o site, deparamo-nos com o enunciado, que aqui tomamos como texto-imagem 5, com letras maiúsculas: “RESISTIR AO ÓDIO É ONTEM. É HOJE. É AMANHÃ. ADOTE UMA HISTÓRIA.”, seguido do discurso da internet “#contarparaviver”. Além disso, há, em menor destaque, o enunciado: “A memória do Holocausto é feita pelas vozes de seus sobreviventes. Mas, com uma média de idade de 84 anos, a cada dia que passa mais alguns deles nos deixam. Preservar suas memórias é lutar contra o ódio, que persiste e alimenta crimes do presente.”

Texto-imagem 5: Contar para viver – sobreviventes do Holocausto



Fonte: Contar para viver²⁵ (2024).

Na sequência, na mesma página, são apresentados três sujeitos sobreviventes do Holocausto que vieram para o Brasil (Joshua Strul, Gabriel Waldman e Ruth Sprun), seguidos de suas histórias, visíveis no enunciado: “ELES SOBREVIVERAM AO ÓDIO DO HOLOCAUSTO. CONHEÇA E COMPARTILHE ESSAS HISTÓRIAS”.

²⁴ Os vídeos estão disponíveis no site: <https://www.contarparaviver.com.br/>. Acesso em 19 jun. 2024.

²⁵ Texto-imagem disponível em: <https://www.contarparaviver.com.br/>. Acesso em: 05. ago. 2024.

Texto-imagem 6: Sobreviventes do Holocausto

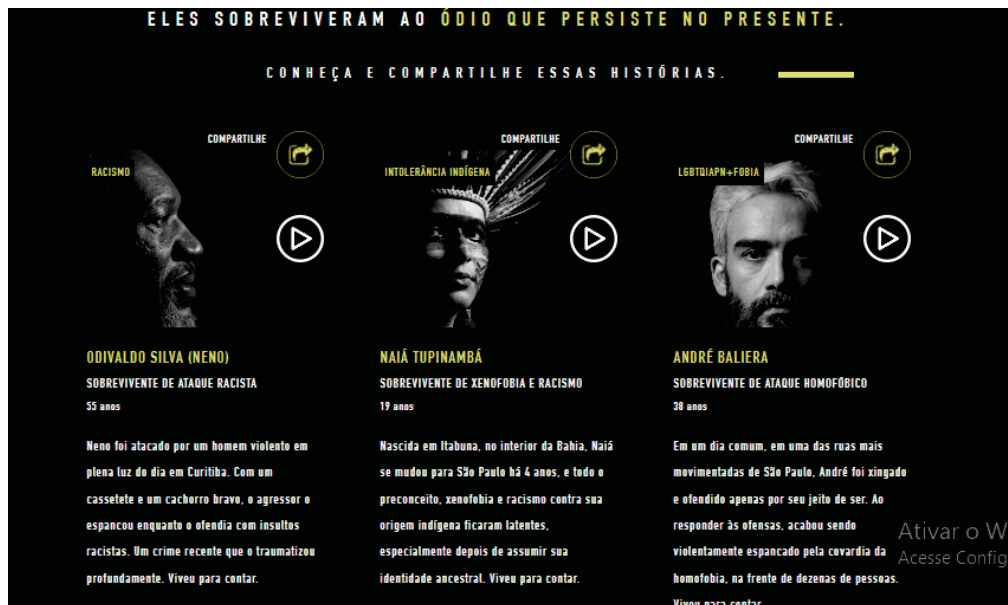


Fonte: Contar para viver (2024)²⁶.

Ao continuarmos a visita ao *site*, deparamo-nos com uma sequência de textos-imagens que apresenta regularidades discursivas em relação ao texto-imagem 6. No entanto, no fio do discurso, novas redes de sentidos se estabelecem à medida que se apresentam novos enunciados, numa triste atualização de sentidos da violência a partir de discursos de ódio, que entendem que o outro, no caso o sujeito homossexual, não deve existir, viver e, por isso, merece/precisa ser extirpado da sociedade.

²⁶ Texto-imagem disponível em: <https://www.contarparaviver.com.br/>. Acesso em: 05. ago. 2024.

Texto-imagem 7: Sobreviventes do ódio que persiste no presente



Fonte: Contar para viver (2024)²⁷.

O texto-imagem 7 é introduzido pelo enunciado “ELES SOBREVIVERAM AO ÓDIO QUE PERSISTE NO PRESENTE. CONHEÇA E COMPARTILHE ESSAS HISTÓRIAS.” Nesse enunciado, ressoam efeitos de sentidos de persistência e permanência dos discursos de ódio que se perpetuam nas sociedades. Os sujeitos em destaque são vítimas desses discursos de diferentes modos: ataque racista, sobrevivente de xenofobia e racismo e sobrevivente de ataque homofóbico.

Considerando as materialidades que compõem o arquivo desta pesquisa, as análises ancoram-se na vertente pecheuxtiana da AD e, em consonância com Petri (2013), tais análises alicerçam-se a partir do que ela chama de movimento pendular. A pesquisadora discute o dispositivo de análise na Análise de Discurso, considerando as condições de produção da disciplina no Brasil. O conceito de “movimento pendular” na AD, conforme citado pela autora, refere-se à dinâmica de alternância entre diferentes focos ou abordagens dentro da disciplina ao longo do tempo. Esse movimento pendular é caracterizado pela oscilação entre polos teóricos e metodológicos distintos, decorrentes das tomadas de posição dos

²⁷ Texto-imagem disponível em: <https://www.contarparaviver.com.br/>. Acesso em: 05. ago. 2024.

pesquisadores, dando visibilidade à evolução das perspectivas e das ênfases dadas por eles.

Petri (2013, p. 40) baseia suas reflexões em duas expressões: i) “a Análise de Discurso é uma disciplina de entremeio”; e ii) “o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso se constrói num movimento pendular entre teoria e análise”. O “dispositivo experimental”, ao qual Petri se refere, diz respeito às experiências de análise que constituem cada analista de discurso, uma vez que a disciplina não propõe uma aplicação padronizada, mas depende de olhares singulares sobre o objeto, em um movimento pendular que se dá no ir e vir entre teoria e análise. O movimento pendular também se reflete no dispositivo teórico utilizado pelos analistas do discurso e, em determinados momentos, pode haver uma preferência por métodos mais quantitativos e sistemáticos, enquanto em outros, métodos qualitativos e interpretativos podem ser mais valorizados.

O movimento pendular, portanto, funciona como uma metáfora para descrever como a Análise de Discurso se transforma ao responder a novas questões, mobilizando novas teorias, inovando metodologicamente. Com isso, indica a oscilação entre diferentes abordagens e focos e permite a renovação contínua do campo, dando visibilidade à complexidade dos fenômenos discursivos de maneira mais abrangente e dinâmica.

Constituir o *corpus* desta pesquisa revelou-se, como já mencionado, desafiador e, ao mesmo tempo, um ponto interessante, motivador, emocionante e impactante. Ao longo da caminhada, quando um objeto se colocava para análise, deparamo-nos com testemunhos de sofrimento, mas, também, de luta e resistência. Na sequência, ainda nesta introdução, permito-me descrever o percurso das viagens até o Museu do Holocausto de Curitiba a fim de coletar, muito mais do que materiais analíticos, histórias de vidas, lutas e resistências.

Relato de um doutorando no MHC: uma viagem inesquecível...

Texto-imagem 8: Visita ao MHC



Fonte: o autor (2025).

Visitar o Museu do Holocausto de Curitiba foi uma atividade realizada algumas vezes nos últimos anos em decorrência da escrita desta tese. Visitar o MHC exige certo ritual: agendar a visita pelo site da instituição, viajar a Curitiba, chegar ao espaço museal munido de documento com foto, ouvir as explicações sobre as medidas de segurança e regras para visitação, passar pelo detector de metais, entrar pelo estacionamento e já visualizar a exposição “Feitos e Efeitos”, pegar o elevador, subir uma rampa, descer as escadas, iniciar a visitação, ou melhor, uma “visita inesquecível”, como convida o texto-imagem 8. Tal aviso, logo na entrada do MHC, não é inocente. Após algumas visitas, posso constatar que realmente, é algo inesquecível, impossível sair do MHC da mesma maneira que entramos.

Segurança. Ir ao MHC, como já mencionado, requer de nós, visitantes e pesquisadores, prévio agendamento. Nem sempre é fácil conseguir uma data, mas, depois de algumas visitas, já me habituei a esperar (ou a chorar um encaixe). Ao chegarmos ao local, em grupo ou individualmente, somos recepcionados para a conferência dos documentos. Será que vamos passar pela primeira porta? Quando

a primeira porta se fecha, a segunda se abre... não sendo possível as duas ficarem abertas ao mesmo tempo. Na recepção, orientações sobre como proceder no MHC e o que encontraremos lá dentro. Uma orientação nos prepara para o que encontraremos: “Caso alguém seja mais sensível e não se sinta à vontade lá dentro, nos avise, que orientamos como proceder”. De fato, essa informação que parece descabida, acontece, pois a pedagoga que acompanhou uma das visitas guiadas que realizei com o colégio em que trabalhei não conseguiu permanecer durante a visita. “É muito forte para mim”, relatou ela. De fato, a visita nos revela momentos marcantes, que nos causam um misto de sentimentos, como angústia, tristeza, revolta, perplexidade, compaixão...

Feitos e Efeitos. Passado o detector de metais, deparamo-nos com o convite exposto no texto-imagem 8. Na sequência, temos a exposição permanente “Feitos e Efeitos”, que “dá visibilidade ao funcionamento de um sistema de arquivo, uma rede de formulações, que mostra retorno de enunciados que atualizam os dizeres e os saberes da formação discursiva em que esses sujeitos se inscrevem” (Bernardim; Tafuri, 2023, p. 112). Sujeitos que se destacam e se diferem em suas atividades, mas que são enredados pelo que os une, ou seja, o fato de serem judeus; suas falas e seus feitos os fazem ter visibilidade e destaque na sociedade. Na exposição, que se encontra também no site museu²⁸, vê-se sujeitos de diversas nacionalidades e atuantes e diferentes áreas, como a menina Anne Frank, o físico Albert Einstein, o cineasta Steven Spielberg, o estilista brasileiro Alexandre Herchcovitch, dentre tantos outros. As palavras, os rostos, os feitos desses sujeitos nos levam a questionar o porquê da disseminação de ódio e preconceito em relação aos diferentes. Caminhar por aquele corredor da garagem (onde a exposição está à mostra) suscita essa e outras reflexões, que, em grupo, são compartilhadas e discutidas ao som de vozes tímidas, quase silenciadas pelo que está por vir.

Andrew Rogers. Após descer as escadas que nos levam ao salão principal do Museu do Holocausto, somos convidados a apreciar a obra, ainda do lado de fora, a céu aberto, do artista australiano Andrew Rogers. A exposição em relevo intitulada *Pillars of Witness* é uma réplica da que está disponível no Holocaust

²⁸ Exposição Feitos e Efeitos: <https://www.museudoholocausto.org.br/memoria/exposicoes/feitos-e-efeitos/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Research Centre, em Melbourne, explica o monitor da visita guiada. A cada novo quadro em relevo, pregado na parede, uma cena mais impactante que a outra, é como se fosse um soco no estômago e grito silencioso que nos tira do eixo, provoca uma sensação de desconforto. Mesmo numa visita guiada em grupo, o que nos une aqui é o silêncio e a perplexidade de vermos esculpidos em aço a materialidade da violência, da maldade humana, do sofrimento de sujeitos que seriam, aos olhos do opressor, diferentes de si e que, por isso, deveriam sofrer as consequências dessa diferença. As materialidades significam a perseguição aos judeus, o queimar dos livros, os corpos do sujeito judeu incinerados em câmaras de gás. Ao final deste trecho da visita, um dos que mais nos chocam um alento, uma lição: “Apesar de tudo, ainda acredito na bondade humana”, frase atribuída à Anne Frank.

Visita Guiada. Realizei ao longo desses últimos 4 anos, ao menos duas visitas guiadas: uma com a escola em que eu trabalhava e juntamente com alunos do 9ª no Ensino Fundamental e outra com um grupo em que eu não conhecia ninguém, uma vez que consegui um horário encaixado pela equipe do MHC. Dessas experiências fica a certeza que cada visita é única, não querendo soar isso como um clichê, mas pelas condições de produção mesmo dessas visitas, pois, cada um dos guias, faz suas interações com os visitantes, questionamentos prévios e a partir das respostas e interlocuções que têm dos grupos que ali estão e das motivações que levaram cada um até lá. No entanto, obviamente, ficam ali visíveis os objetivos do MHC: conscientizar os visitantes sobre as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial; o seu caráter educativo ao propor que se conheçam os fatos, se reflita sobre eles e se lute para que não se repitam. Nesta visita, temos o nosso olhar sendo guiado para pontos em que o guia/curadoria quer que olhemos, há um direcionamento para nossa leitura das materialidades que se encontram expostas no Museu.

Visita individual. Ao contrário da visita guiada que nos encaminha para pontos específicos do Museu, a visita individual é livre, é exploratória, é sensorial à medida que possibilita a produção do conhecimento e efeitos de sentido para o que está exposto, sem uma leitura indicada pelo guia. Como o MHC possui muitos elementos interativos (áudios, legendas, painéis), o visitante torna-se um leitor/explorador e construtor de sentidos para aquilo que vê/lê/interpreta.

Resumindo. Visitar o Museu do Holocausto em Curitiba foi uma experiência profundamente impactante e reflexiva, que me tocou de maneiras diferentes durante as visitas individuais e, posteriormente, em visitas guiadas em grupo. Cada formato trouxe suas próprias nuances, ampliando minha compreensão e conexão com as histórias ali narradas.

Na visita individual, pude mergulhar em um momento de introspecção. Caminhar pelas salas em silêncio, ler cada placa, observar as fotografias e os objetos expostos me permitiu absorver a magnitude daquela tragédia de forma íntima e pessoal. Havia uma certa solidão naquele espaço, mas era uma solidão necessária, que me fez confrontar a dor e a resistência humana de frente. Parei por longos minutos diante das histórias de sobreviventes, sentindo um misto de admiração e tristeza. A ausência de interrupções me permitiu refletir sobre como o ódio e a intolerância podem levar a consequências devastadoras, mas também sobre a força daqueles que resistiram e reconstruíram suas vidas. Foi um momento de conexão quase espiritual com o passado, onde cada detalhe parecia ecoar em mim.

Já a visita guiada em grupo trouxe uma dinâmica completamente diferente. O guia, com seu conhecimento profundo e sensibilidade, conduziu-nos por uma narrativa envolvente, destacando aspectos históricos, contextos políticos e detalhes que, sozinho, talvez eu não tivesse notado. A presença de outras pessoas ao meu lado criou um senso de coletividade, como se todos nós estivéssemos compartilhando o peso daquela história. Ouvir as perguntas e as reflexões dos outros visitantes enriqueceu ainda mais a experiência, trazendo perspectivas diversas sobre o mesmo tema. Havia momentos de silêncio respeitoso, mas também de troca, o que tornou a visita mais dinâmica e, de certa forma, menos solitária.

Ambas as experiências foram complementares. Enquanto a visita individual me permitiu uma imersão emocional e introspectiva, a visita guiada em grupo ampliou minha compreensão histórica e humana, mostrando como a memória do Holocausto deve ser preservada e compartilhada coletivamente.

Sair do museu foi como voltar de uma viagem no tempo, com o coração mais pesado, mas também com uma consciência mais aguçada sobre a importância de

combater o preconceito e a injustiça em todas as suas formas. O Museu do Holocausto de Curitiba não é apenas um espaço de memória, mas um chamado à reflexão e à ação. E, para mim, essa foi uma lição que levarei para sempre, afinal de contas, o convite feito no início, pelo painel (texto-imagem 8) se concretiza e permanece: a visita é inesquecível.

As análises empreendidas revelam que o triângulo rosa – enquanto significante original da perseguição nazista – é ressignificado no MHC como um efeito de sentido de resistência. Constata-se um processo de deslocamento na formação discursiva, no qual a insígnia desloca de uma posição-sujeito de opressão para uma formação imaginária de reivindicação por visibilidade. Contudo, instauram-se tensões interdiscursivas: embora a instituição opere uma ruptura com o silenciamento histórico, a construção discursiva da homossexualidade permanece articulada a memórias discursivas de vulnerabilidade.

Os resultados demonstram que o MHC estabelece uma estratégia de enunciação dupla: (1) atualização do pré-construído histórico do extermínio e (2) interpelação das condições de produção das violências contemporâneas. Essa operação discursiva contribui para a AD ao exemplificar como instituições memorialísticas reativam significantes marginalizados no interdiscurso. No entanto, a análise sinaliza para a necessidade de desestabilizar a formação discursiva hegemônica que fixa os sujeitos LGBTQIA+ na posição de vítima, propondo novos efeitos que enfatizam discursos e práticas de resistência enquanto sujeitos da história.

CAPÍTULO 2

ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: O SUJEITO HOMOSSEXUAL NO DISCURSO E NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Surpreendentemente, a família Brazda aceita de bom grado que o caçula não faça parte dos “normais”. Werner e Rudolf até organizam, na casa da senhora Brazda, um “almoço de núpcias”, para o qual são convidados todos os irmãos e irmãs de Rudolf, assim como alguns amigos. (Schwab; Brazda, 2011, p. 26, grifos dos autores).

Iniciamos este capítulo com uma epígrafe em que o sujeito homossexual é, por oposição, designado de “anormal”. Seriam então, os heterossexuais os normais? No fio do discurso, na memória discursiva, ao longo do tempo, os sujeitos homossexuais foram designados como “anormais”, como aqueles que se identificam pela norma identificadora (Pêcheux, 2009, p. 146), que se refere ao conjunto de regras e convenções que determinam como os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos em um determinado discurso. Essas normas são responsáveis por constituir a identidade dos sujeitos dentro de determinadas condições de produção. Tratam-se de normas que não são neutras, mas atravessadas por relações de poder.

“Normal” é a designação utilizada por Rudolf Brazda em sua biografia para se referir aos heterossexuais. Brazda, conforme salientado, foi condenado pelos nazistas aos campos de concentração com base no Parágrafo 175. Na contemporaneidade, soa-nos estranha a referida designação porque, a partir dela, nos questionamos: seriam os homossexuais anormais? No entanto, é preciso compreender que, dadas as condições de produção do sujeito desse discurso, ele está inserido numa formação discursiva que o autoriza a enunciar normal/anormal.

Cabe ressaltar que a epígrafe em tela dá visibilidade ao casamento de Rudolf Brazda com Werner, “um charmoso jovem cuja bela cabeleira loira se agita ao vento” (Schwab; Brazda, 2011, p. 24). Ambos decidem morar juntos na casa da senhora Mahrenholz que, mostra-se contra todas as expectativas, pois era testemunha de Jeová convicta, mas, mesmo assim, mantém seu afeto pelos locatários.

Além disso, ela cede a eles o maior cômodo do primeiro andar para que tenham um quarto de casal onde possam ficar à vontade e convidar os amigos. [...] A proprietária contenta-se com um quarto menor, no mesmo andar, pois sabe muito bem quais são os laços que unem os dois amigos. E, quando eles recebem visita no domingo, ela não hesita em servir café, bolinhos e sanduíches a todos os jovens. (Schwab; Brazda, 2011, p. 25-26).

Diante do exposto, a vida de Brazda e seu companheiro é, aos olhos da sua anfitriã e de sua família, bem aceita, não sendo motivo de preocupações. No entanto, o tempo e a ascensão do nazismo vão mostrar que a preocupação com a sexualidade passaria a fazer parte da vida desses sujeitos. Aliás, destacamos que, trazer à tona discursos que se referem ao sujeito homossexual é presentificar a violência, a discriminação e a segregação, assim como Brazda experimentará no decorrer de sua trajetória.

Historicamente, o sujeito nos estudos da linguagem ocupou uma posição marginal ou, muitas vezes, sequer era considerado. As teorias linguísticas tradicionais, focadas predominantemente na estrutura da língua, deixavam de lado a questão do sujeito, privilegiando a análise das formas e regras linguísticas como entidades abstratas e universais. Nesse contexto, o sujeito era apagado, não entrava nas discussões, sendo relegado a uma posição externa às preocupações centrais da linguística. Essa omissão refletia uma visão da linguagem como um sistema autossuficiente, independente do falante, em que as questões de significado e de quem fala eram secundárias ou irrelevantes.

Essa perspectiva começou a mudar com os trabalhos de Émile Benveniste, que, ao introduzir as teorias da enunciação, trouxe o sujeito para o centro das reflexões linguísticas. Benveniste ([1966] 2005) argumentava que a linguagem não poderia ser completamente entendida sem considerar o sujeito que enuncia, ou seja, aquele que fala. Com isso, o sujeito deixa de ser invisível e se torna uma figura essencial na análise da linguagem. No entanto, é importante destacar que o sujeito que emerge dessas teorias da enunciação é o sujeito do *cogito*, aquele que se reconhece como a origem e o dono de seu discurso. Esse sujeito é autônomo, consciente de seu dizer, e é visto como a instância central no processo de enunciação.

Entretanto, essa concepção de sujeito é questionada e reformulada na AD, uma vez que a teoria pecheuxtiana não considera o sujeito como uma entidade individual e autônoma, mas interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente e por discursos que o precedem e o ultrapassam, e suas falas não são vistas como expressões de uma consciência individual, mas como produtos de formações ideológicas manifestas em formações discursivas que o interpelam. Essa perspectiva redefine o lugar do sujeito na linguagem, enfatizando sua inserção em práticas discursivas (Pêcheux [1975] 2009).

Dessa forma, ao analisarmos a linguagem a partir da AD, somos convidados a pensar o sujeito não como um agente soberano de suas falas, mas como uma construção discursiva, formada e reformada por processos coletivos. É essa concepção do sujeito que exploramos mais profundamente a seguir, considerando suas implicações teóricas e metodológicas no campo dos estudos da linguagem. Diante do exposto, é objetivo deste capítulo darmos visibilidade, considerando o objeto desta pesquisa, à historicidade do sujeito homossexual bem como discutir a noção de sujeito para a AD.

2. Discurso, Sujeito e História: a produção de sentidos na AD

A Análise de Discurso de vertente pecheuxtiana, a qual nos filiamos, define seu objeto, o discurso, não como a língua, nem como o texto e a fala. No entanto, necessita de elementos da linguagem para estabelecer sua existência material. Dessa maneira, o discurso se estabelece na exterioridade da língua, ou seja, encontra-se no social, envolvendo questões não pertinentes somente à língua. Por sua vez, nas palavras de Pêcheux ([1969] 2019, p. 39), o discurso é definido não como “uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. Assim, ainda em consonância com o autor, definimos os pontos A e B como elementos que

[...] designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera de produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do

funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. (Pêcheux [1969], 2019, p. 39).

Nesse sentido, Pêcheux ([1969] 2019) nos mostra como os lugares (ou posições sociais, denominadas posições-sujeito) são representados e transformados dentro dos processos discursivos. O autor ressalta que não podemos ingenuamente acreditar que esses lugares, vistos como conjuntos de características objetivas, funcionam diretamente dentro do discurso, pois são representados de forma transformada, ou seja, o que realmente opera nos processos discursivos são *formações imaginárias* que definem como cada sujeito percebe seu próprio lugar e o lugar do outro. Assim, dentro de qualquer formação social, existem regras que projetam e estabelecem as relações entre situações e posições-sujeito. Para Pêcheux ([1969] 2019, p. 39, grifos do autor), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Os sujeitos, portanto, não são empíricos, nem falantes, são sujeitos do discurso, falando em determinadas condições de produção e ocupando uma posição marcadamente ideológica.

Na AD, os funcionamentos sociais e ideológicos estão intrinsecamente presentes nas palavras quando estas são enunciadas em discurso. Em diversas práticas cotidianas, vemos que os sujeitos tomam posição muitas vezes opostas sobre uma mesma temática, configurando discursos dissonantes, debatendo e divergindo, assumindo posições-sujeito e inscrevendo-se em *formações discursivas*. Essas posições contrastantes evidenciam as posições-sujeito ocupadas pelos envolvidos, sendo a linguagem o meio material pelo qual esses lugares são expressos. Portanto, o discurso não se constitui apenas como língua/linguagem, mas necessita dela para ter uma existência material.

Cabe considerar que o termo *formação discursiva*, conforme Courtine (2014), surgiu fora dos domínios da AD, isto é, foi designado por Foucault em *Arqueologia do saber*. No texto foucaultiano, formação discursiva é entendida como o “caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma

formação discursiva [...]” (Foucault, [1969] 2015, p. 47 grifos do autor). Nesta pesquisa, no entanto, alinhada à perspectiva materialista da linguagem, tomamos o conceito de formação discursiva a partir dos pressupostos de Pêcheux, uma vez que o autor, de acordo com Courtine (2014), se apropria da referida noção para reinterpretá-la, deslocando-a.

Cabe aqui, mesmo que brevemente, compreender que Foucault ([1969] 2015) entende que as formações discursivas se alicerçam por saberes que se repetem, ou seja, apresentam um caráter homogêneo. Diferentemente, Pêcheux ([1977] 1990) compreende que nas formações discursivas ocorrem filiações ideológicas do sujeito, ou seja, este pode se identificar, contrair-se ou se desidentificar com o discurso. A crítica principal que se estabelece de Pêcheux em relação à Foucault é que este não considera a ideologia nem a luta ideológica de classes, compreendendo que os sentidos se estabelecem a partir da relação de um enunciado com outros enunciados.

Para Pêcheux (2011), as formações discursivas estão diretamente ligadas às formações ideológicas, que correspondem a uma determinada formação social, na qual é possível identificar um modo de produção predominante e um estado de relações de classe que a constitui. As práticas sociais atuais, mediadas pelos aparelhos ideológicos e repressivos estatais, são a manifestação concreta dessas relações de classe, as quais geram posições de classe específicas, que não formam indivíduos, mas estabelecem formações que mantêm relações de antagonismo, aliança ou dominação entre si (Haroche; Pêcheux; Henry, [1971] 2011).

Apoiando-nos em grande número de observações contidas no que chamamos de “os clássicos do marxismo”, nós sustentaremos a ideia de que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas interligadas*, que determinam *o que pode e deve ser dito* [...], a partir de uma dada posição numa dada conjuntura [...]. (Pêcheux, 2011, p. 73)

As palavras significam à medida que são empregadas em determinadas construções, pois são essas formulações que colaborarão para a produção de efeitos de sentidos. Dito isso, têm-se a compreensão de que as palavras, ao

passarem de uma formação discursiva para outra, mudam de sentido, pois os significados derivam destas formações em que estão inseridas. Os indivíduos, por sua vez, são interpelados como sujeitos falando, ou seja, sujeitos do seu discurso, pelas formações discursivas, que “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas correspondentes” (Pêcheux, [1975] 2009, p. 147, grifos do autor).

As formações discursivas determinam tanto o que pode e deve ser dito quanto o que não pode e não deve ser dito em uma determinada condição de produção específica. Em seus escritos, Pêcheux assevera que o sujeito pode se desdobrar diante dessa forma-sujeito constituída, resultando em variados modos de subjetivação, assumindo diferentes posições em relação à formação discursiva em que está inserido. “Assim se explica, segundo a célebre fórmula, que as palavras mudam de sentido segundo as posições mantidas por aqueles que as empregam ou, para dizer de outro modo, de uma formação discursiva a outra” (Maldidier, 2003, p. 65).

Considerando, nesta pesquisa, o sujeito homossexual e, em concordância com Ferrari Soares (2019, p. 44), afirmamos que, quando um sujeito é categorizado como *homossexual*, todas as interpretações direcionam-se exclusivamente para aspectos relacionados à sua sexualidade. O significante-adjetivo homossexual é restrito a essa perspectiva, limitando-se exclusivamente a essa abordagem. Não se considera qualquer condição de passado, presente ou futuro que ultrapasse essa definição centrada na sexualidade. Conforme o autor explicita: “O homossexual é seu sexo, nada além disso.”

O sujeito A e o interlocutor B estão presentes em um discurso e, dessa forma, ocupam posições na estrutura da formação social. Esses lugares não são apenas representados no processo discursivo, mas também, como salientado, transformados. Um discurso, portanto, não envolve necessariamente uma simples troca de informações entre A e B, como previa a teoria da informação proposta por Roman Jakobson (1969), mas um jogo de “efeitos de sentido” entre tais sujeitos (Pêcheux [1969] 2019). Os significados são produzidos por uma determinada formação imaginária, que são sociais e resultam da relação entre poder e sentidos. A ideologia é responsável por criar a ilusão de que o sujeito é a origem do sentido, entendendo-se que qualquer prática discursiva funciona de tal forma que o impacto

do significado construído cria a ilusão de um sentido único. Assim, há a ilusão de que os sujeitos são a fonte do sentido (esquecimento nº 1) e que controlam o que dizem (esquecimento nº 2).

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo o sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase [...].

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. (Pêcheux, [1975] 2009, p.161-162, grifos do autor)

Nesse sentido, e em consonância com o autor, afirmamos que o sujeito se apresenta como a origem do dizer, sendo convocado à existência e interpelado como sujeito, o que configura a intrínseca relação entre ideologia e inconsciente. Sobre isso, Orlandi (2010) destaca que é por meio do esquecimento que o sujeito do discurso se constitui, pois, ele “necessita” manter a ilusão de ser a fonte do seu discurso (esquecimento nº 1), assim como a ilusão da literalidade ou realidade do que diz (esquecimento nº2), para se significar.

Orlandi (2010, p. 35) afirma que o esquecimento número 2, da ordem da enunciação, é aquele que, no momento em que enunciamos, o fazemos de um jeito e não de outro, e, “ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”. Esse esquecimento configura, portanto, uma ilusão referencial, que nos leva a crer que entre o pensamento, a linguagem e o mundo existe uma relação direta, ou seja, de que ao dizermos, só poderíamos fazê-lo daquela (única) maneira. Por sua vez, a mesma autora sublinha que o esquecimento número 1, o ideológico, “[...] é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (Orlandi, 2010, p. 35). Esse esquecimento move o sujeito à ilusão de ser a origem do dizer. Compreende-se, dessa forma, que esse processo ativo do sujeito retoma sentidos outros, sentidos pré-existentes por processos discursivos, os quais

[...] assim concebidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a *ilusão discursiva* não apenas de ser a fonte do sentido (ilusão-

esquecimento nº 1), mas também de ter o domínio daquilo que diz, de ser o mestre absoluto de seu próprio processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento nº 2). (Indursky, 2013, p. 41, grifos da autora).

Ainda a respeito dessa noção, Indursky (2013, p. 41) salienta que essas duas ilusões do sujeito encaminham a discussão referente à sua constituição ideológica e psíquica. Esse sujeito é interpelado a posicionar-se na formação discursiva, relacionada ao seu lugar na formação social, “o indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para livremente se submeter.”

Como salientado, o objeto da AD é o discurso que, conforme Orlandi (2012), é heterogêneo, fator que lhe é atribuído à medida que o sujeito agrega às suas práticas discursivas dizeres que circularam antes em outros lugares, num jogo de confrontações, complementações e dominação. Assim, o sentido não é algo pronto, acabado, fixado a *priori*, mas considera, sim, a determinação histórica. Conforme Orlandi (2012, p. 40),

[...] só podemos ter língua e história conjugadas pelo efeito ideológico, pela consideração de sua materialidade específica, ou seja, pela referência ao (inter)discurso. Em outras palavras, o discurso é essa junção necessária da língua com a história, produzindo impressão da realidade. O gesto de formulação é o gesto ideológico mínimo, o que consome o imaginário no sujeito (a sua relação imaginária com a realidade) em que o assujeitamento “se realiza precisamente no sujeito sob a forma de autonomia”.

A história passa, nesse sentido, a ser compreendida como historicidade, ou seja, como um processo simbólico e discursivo no qual os fatos e acontecimentos são significados e ressignificados. Ela deixa de ser vista como uma sequência cronológica de eventos e passa a ser compreendida como trabalho de produção de sentidos, articulando língua, história e ideologia. Nessa perspectiva, o analista não busca reconstituir a história de forma objetiva, mas interpretar como os discursos configuram a historicidade e produzem efeitos de sentido. Em outras palavras, a história é entendida como algo que se constitui no e pelo discurso, em um processo dinâmico e tensionado entre memória e esquecimento, entre o já-dito e o novo

O termo historicidade funciona de modo a caracterizar a posição do analista de discurso em relação à do historiador. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de

história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. Aos historiadores ligados à AD cabe questionar a transparência da linguagem, levando-se em conta a espessura da língua. Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. (Nunes, 2005, s/p.).

O trabalho de análise discursiva demanda que se considere a articulação dos discursos com a ideologia e o inconsciente pela relação com as condições de produção, o que inclui uma análise das condições sócio-históricas e ideológicas. Como sugere Orlandi (2010), as condições de produção compreendem sujeitos e uma situação delimitada, dando a ver possíveis interpretações e modos de significação no discurso. A história, a ideologia e a memória discursiva estão sempre presentes nesse processo, determinando os sentidos produzidos e as formas como eles são interpretados. Assim, a Análise do Discurso não se limita a descrever o que é dito, mas busca compreender como os sentidos são construídos e disputados no interior das condições de produção.

A noção de sentidos está atrelada à, como já afirmamos, inscrição ideológica do sujeito enunciativo, de sua posição histórico-social, pela qual o sujeito produz o enunciado, portanto, envolve os sujeitos num processo discursivo. O sentido resulta da interlocução discursiva entre o sujeito A e o sujeito B, muitas vezes, inscritos em formações ideológicas distintas. Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010, p. 167) destacam que “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva”, determinando, portanto, o fato de que esta ou aquela pode ter vários sentidos”.

2.1 O sujeito homossexual: dos silêncios do arquivo às narrativas de resistência

É necessário iniciar esta parte da pesquisa com uma ressalva: traçar, mesmo que de maneira breve, a história da homossexualidade é uma tarefa árdua e difícil. Essa dificuldade reside no fato de que, antes do século XIX, o arquivo, de acordo com Andrews *et al.* (2024), era constituído por sociedades que enxergavam os homossexuais como anormais, portanto, os condenavam e, por isso, vestígios

acerca dessa história são, não raro, difíceis de serem encontrados. Os autores salientam que, para constituir uma história da homossexualidade, é necessário “ler a contrapelo”, encontrar os silêncios no arquivo em que a possibilidade *queer*²⁹ pode ser lida” (p. 12).

Não se trata aqui de presentificar o primeiro homossexual da história, ou a primeira lésbica, tampouco de trazer a história do primeiro transexual. Visamos, portanto, compreender de que forma os sujeitos homossexuais se percebiam e eram percebidos na sociedade de sua época.

No Egito antigo, por volta de 2400 a.C., indícios arqueológicos apontam que relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo existiam, como, por exemplo, os supervisores das manicures egípcias Niankhkhnum e Khnumhotep que, ao representarem aparentemente figuras masculinas, teriam sido enterrados juntos e retratados como um casal em sua pintura tumular.

Texto-imagem 9: Niankhkhnum e Khnumhotep



Fonte: Revista Híbrida (2018)³⁰.

²⁹ *Queer* é uma palavra em inglês que significa “estranho”. O termo é usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não saibam definir seu gênero/orientação sexual. (G1, 2022) Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2022/06/29/o-que-e-ser-queer.ghtml>. Acesso em 24 maio 2024.

³⁰ Revista Híbrida. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/historia-queer/khnumhotep-e-niankhkhnum-um-casal-gay-em-pleno-egito-antigo/>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

No texto-imagem 9, os sujeitos Niankhkhnum e Khnumhotep encontram-se, conforme Balthazar (2012), na posição que sugere um abraço afetuoso. Seriam eles dois funcionários da corte, possivelmente irmãos e, como já mencionado acima, possuíam títulos de “Supervisores das Manicures do Palácio”. Sua notabilidade se dá a partir de uma cena em que são retratados abraçados. Este cenário está situado em uma mastaba³¹ dupla, construída para esses parceiros na vida terrena. Eles compartilharam o mesmo *status* social durante a vida e, em decorrência disso, possuíam, também, o mesmo status funerário.

A cena foi descoberta em 1964 pelo egiptólogo Ahmed Moussa ao escavar a pirâmide do faraó Unas, na necrópole de Saqqara. A singularidade deste texto-imagem despertou inúmeras questões acerca dos efeitos de sentido que a relação destes dois sujeitos poderia significar. Baines (1985 *apud* Balthazar, 2012) discute que a aparente afeição entre os dois configuraria uma relação homossexual extrema, uma vez que, mesmo em menor número, havia indícios de que os homens narrativizados na cena teriam esposa e filhos.

O egiptólogo Richard Parkinson [...] pontuou como existe uma ideia sempre presumida de que a sociedade egípcia tenha sido heterossexual, pois diversos documentos apontam o casamento como uma norma cultural oficialmente sancionada. Ainda segundo o autor, mesmo que esse tenha sido o caso, como demonstram diversos estudos, o casamento não exclui o relacionamento sexual entre o mesmo sexo, nem antes ou depois do matrimônio. (Balthazar, 2012, p. 73).

Assim, corroborando com essa interpretação, trazemos Faro (2015) para afirmar que, assim como a sociedade mesopotâmica, a egípcia não apenas tolerava as relações homossexuais, como as reconheciam em sua cultura, sua literatura e sua mitologia. No entanto, o autor faz uma ressalva, pois há de se salientar que são apenas indícios, como o túmulo de Niankhkhnum e Khnumhotep, pois não existem inúmeras evidências dessa possível aceitação.

³¹ Túmulo de um faraó das duas primeiras dinastias (tinitas) ou de um membro da família real ou alto funcionário do Antigo Império Egípcio (dinastias tinitas e menfitas), feito de tijolos ou geralmente de pedra, em forma de pirâmide truncada, com capela(s) para oferendas, e câmara(s) subterrânea(s) para o mobiliário fúnebre e sarcófago.

Ainda sobre o Egito antigo, Spencer (1999, p. 33) observa que uma lenda narra o amor sexual do deus Seth por Horus e sua tentativa de violentá-lo. O autor destaca que “Trata-se de uma história curiosa, sujeita a muitas interpretações e, como muita coisa relacionada com a sexualidade do antigo Egito, não consegue deixar claro se eles tinham uma visão positiva ou negativa do amor homossexual”. A questão que mais incomodava os egípcios era o homem demonstrar feminilidade. A bissexualidade, conforme o autor, era aceita como natural.

A ‘Epopéia de Gilgamesh’, uma das obras literárias mais antigas da humanidade, originária da Mesopotâmia por volta de 2000 a.C., narra as aventuras do rei Gilgamesh de Uruk, um governante semi-divino e tirânico, e seu profundo relacionamento com Enkidu, criado pela deusa Aruru para desafiar a arrogância do rei. Após um intenso duelo, os dois se tornam grandes amigos e embarcam em diversas aventuras, incluindo a derrota do guardião Humbaba e do Touro Celestial enviado pela deusa Ishtar, que se apaixona por Gilgamesh, mas é rejeitada. A morte de Enkidu, punido pelos deuses, leva Gilgamesh a uma busca desesperada pela imortalidade, que culmina em seu retorno a Uruk, mais sábio e resignado com sua mortalidade, compreendendo que, conforme Torrão Filho (2000), o legado é a verdadeira imortalidade. A relação entre Gilgamesh e Enkidu, marcada por forte afeição e transformação emocional, sugere uma aceitação de comportamentos que hoje seriam classificados como homossexuais, embora a homossexualidade na Suméria não fosse amplamente documentada como um conceito distinto. O luto de Gilgamesh por Enkidu, descrito de forma intensa e ritualística, reforça a profundidade de seu vínculo, indicando uma relação que transcende a mera amizade, refletindo uma complexa dinâmica afetiva e sexual na antiga Mesopotâmia.

Observamos, pelo viés da AD, que, ao associar o rei a práticas que significam, na contemporaneidade, o feminino, o antigo registro subverte, hoje, os discursos em torno da masculinidade, significando a expressão do luto e da dor não como exclusiva das mulheres, mas parte da experiência humana universal, possibilitando pensar em condições de produção outras em que os sentidos em torno da masculinidade incorporam a sensibilidade, a capacidade de cuidar e o relacionamento entre sujeitos do mesmo sexo.

Quando nos referimos à homossexualidade no mundo, devemos considerar Grécia e Roma, por se tratarem de espaços bastante significativos para a história da humanidade. Em Roma, por exemplo, relações entre homens não eram consideradas tabus. No entanto, há de se observar as posições ocupadas por esses homens, ou seja, se a passividade for exercida pelo senhor, em relação ao seu escravo, essa não seria considerada natural, uma vez que o escravo deveria seguir, conforme Veyne (1987), o seu mestre.

Veyne (1987, p. 40) traz um compilado de filósofos e pensadores que, de certa maneira, mencionam a relação homossexual masculina. Apuleio, na explicação do autor, qualifica de antinaturais algumas relações entre homens, não a relação em si, mas a servilidade, fato que reflete o sistema de valores regido por uma hierarquia social estruturada, em que a masculinidade estava intimamente ligada à autoridade e ao controle, enquanto a submissão, ou servilidade, era desvalorizada. Destaca, no entanto, que ‘não natural’ não significa monstruosidade, “mas que não está de acordo com as regras sociais, ou ainda que está alterada, é artificial [...]”. Por sua vez, Veyne (1987) ainda corrobora a ideia de que ser penetrado pelo escravo não é algo bom, é, sim, um indicativo de desprezo por parte do escravo.

Não é pois suficiente encontrar nos textos as palavras “contra a natureza”: é preciso ainda entender em que sentido a Antiguidade as tomava. Para Platão, não era o homossexual que era contra a natureza, mas tão-somente o gesto que ele realizava. A diferença é grande: um pederasta não era um monstro, um representante de alguma raça com pulsões incompreensíveis – era muito simplesmente um libertino, movido pelo instinto universal do prazer, e que ia até o ponto de fazer um gesto, a sodomia, que os animais não fazem. O horror sagrado pelo pederasta não existia. (Veyne, 1987, p. 41).

Como já explicitado neste trabalho, os adultos passivos sofriam, nas palavras de Veyne (1987, p. 43), um “desprezo colossal”. O autor destaca que, conforme a maledicência popular, a virilidade exagerada de alguns filósofos estóicos servia para camuflar uma feminilidade secreta. A rejeição, explica Veyne, não é consoante à sua homossexualidade, mas à sua passividade, pois, consideravam na época, um feito político, não moral. O sujeito passivo não era considerado lascivo devido à sua orientação sexual; muito pelo contrário, sua

passividade era vista apenas como um dos efeitos de sua falta de virilidade, e essa deficiência era considerada um vício grave. A sociedade da época não se preocupava em investigar se as pessoas eram ou não homossexuais; ao invés disso, prestava uma atenção exagerada a mínimos detalhes do vestuário, da pronúncia, dos gestos e do modo de andar, a fim de perseguir com desprezo as preferências sexuais alheias (Veyne, 1987). O estado romano, em diversas ocasiões, proibiu os espetáculos de ópera, as pantomimas, por serem considerados pouco viris, em contraste com os espetáculos de gladiadores.

Na Grécia, assim como em Roma, a predileção por parte de alguns homens em relação à pederastia era comum. Spencer (1999) menciona que Estrabão de Amasia, escritor que viveu por volta de 60 a.C., ao recuperar os textos do historiador grego Éforo, esclareceu como funcionava as convenções eróticas da sedução de um homem mais velho no que diz respeito a um menino.

[...] o amante contava aos amigos e à família do menino desejado que pretendia conquistá-lo. A família e os amigos do menino faziam de conta que se opunham e fingiam perseguir o sedutor, desde que ele tivesse uma boa posição social. Caso contrário, a resistência e perseguição seriam para valer e a família e os amigos afastariam dele o menino. No entanto, se o menino não tivesse um amante, e ninguém estivesse tentando seduzi-lo, a vergonha social atingiria a família. (Spencer, 1999, p. 41).

Na Ilha de Creta, onde ocorria essa prática, os homens levavam os jovens para a floresta a fim de ensiná-los a caçarem, a viverem em um ambiente inóspito. Vale salientar que os meninos que mais atraíam aos homens não eram os mais belos, mas, sim, os mais valentes e inteligentes. E, dessa forma, naturalmente ocorriam relações sexuais. Após dois meses, período que permaneciam na floresta, o menino voltava para casa com três presentes: um boi, uma armadura e uma taça. Após o sacrifício do boi a Zeus, havia uma procissão e uma festa, o primeiro passo do menino em direção à vida adulta.³²

Um ponto importante destacado na questão da homossexualidade na Grécia antiga remonta à epopeia *Ilíada*, de Homero. Não existe consenso entre os estudiosos, mas, conforme Spencer (1999), Aquiles, para alguns, em versos que

³² Em sua tese de doutorado, Adilson Carlos Batista (2022) destaca que, na Grécia antiga, funcionava uma relação homoerótica de forma pedagógica, que ficou denominada de pederastia.

foram até mesmo suprimidos, era amante de Pátroclo. O autor observa que, ao criar as sagas, Homero tinha como parte de sua intenção celebrar as proezas físicas e intelectuais do herói. Na época, no entanto, eram comuns os rituais de iniciação dos meninos como parte estrutural da sociedade. Ressalta, todavia, que “se os autores se recusavam a falar disso diretamente é porque deve ter havido algum tabu, originado na elite daquele tempo, que pode ter considerado que práticas de pederastia não eram adequadas a heróis.” (Spencer, 1999, p. 43).

É fato que, na Antiguidade, o sexo era uma prática voltada ao prazer sem qualquer distinção. Com o pensamento monoteísta, surgido centenas de anos antes de Cristo, o sexo “pelo prazer” torna-se sexo para procriação, reunido o amor e as práticas sexuais no casamento. (Arruda, 2021, p. 41).

O Cristianismo em Roma se estabelece fortemente, o que faz com que a sodomia, prática até então não condenável, passasse a sê-lo, sendo possível a penalização daqueles que a praticasse inclusive com a pena de morte. O pecado sodomita, em consonância com Arruda (2011), passou a ser criminalizado para além de Roma, alastrando-se por todo o Ocidente, onde o Cristianismo ganhava força. Tem início, a partir de então, uma severa perseguição aos praticantes da homossexualidade, especialmente a masculina.

Voltando-nos à Idade Média, o preconceito mais feroz contra a homossexualidade estava nas religiões, em que qualquer atividade sexual que não tivesse o propósito de procriação era vista como pecado, tomada como violação da ordem “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra” (Gênesis: 1, 28). Nesse sentido, as relações sexuais que tivessem como objetivo apenas o prazer eram consideradas transgressões à ordem natural, tornando o ato sexual fora do casamento, fosse ou não libertino, uma “impureza” que precisava ser combatida.

Ao longo do século XII um tom diferente infiltrou-se nas discussões da questão do desvio sexual. Um tom negro, impositivo e arrogante, que não admitia dissensão: o tom da Inquisição, que seria instaurada 100 anos mais tarde (o papa Gregório IX instituiu a Inquisição em 1231, para a detenção e julgamento dos heréticos). Raimundo de Penafort tentou definir o termo “antinatural” nas práticas sexuais e decretou que ela se tratava de qualquer forma de atividade sexual, exceto as que ocorriam entre homem e mulher, com o uso dos órgãos apropriados: “Todas as outras práticas sexuais devem ser rejeitadas, até mesmo punidas, castigadas severamente como pecado.” [...] Havia um sentimento gradativo na Igreja de que a sodomia era o maior dos crimes, pior até mesmo do que o incesto entre mãe e filho. (Spencer, 1999, p. 109).

Importante salientar que, ainda no século XIII, mais precisamente entre 1250 e 1300, boa parte da Europa, conforme Spencer (1999, p. 111), promulgou leis contra a atividade homossexual, inclusive previam a pena de morte, embora haja “muito poucas evidências de que essas leis tenham sido alguma vez executadas.” No entanto, essas legislações, acredita o autor, seriam mais para amedrontar do que para punir. Elas previam castração, desmembramento e fogueira.

No século XIV, há uma mudança de percepção acerca da sexualidade: qualquer expressão sexual fora do casamento, ou posições ou atitudes dentro do casamento que não fossem a penetração vaginal na posição mais tradicional, de acordo com Spencer (1999, p. 119), estavam “contaminadas pelo demônio”. Tem-se, portanto, o discurso religioso dirigindo a vida das pessoas, pois considerava que atos desviantes são graves e flagrantes contra a divindade de Deus.

No que diz respeito ao Brasil, vale destacar que, quando ainda estava sob a alcunha de Ilha de Vera Cruz, a homossexualidade era aceita pelas tribos, assim como acontecia nos povos antigos da Europa, com distinções de norma de acordo com os costumes e crenças de cada tribo (Vecchiatti, 2008). Tal cenário se modifica justamente com a influência da moral judaico-cristã, que levou à perseguição da prática homossexual no país e à imposição de penalidades àqueles e àquelas que fossem identificados envolvidos a tal prática.

Arruda (2021, p. 48) corrobora com essa informação, citando os Tupinambás, os Coerunas, os Guaranis e os Bororos como tribos em que a prática sexual entre sujeitos do mesmo sexo poderia ser observada, uma vez que os curandeiros, além de ensinar a arte da cura a partir da natureza, “praticavam a sodomia com os mais jovens”. Torrão Filho (2000), por sua vez, destaca que entre os tupinambás, em decorrência do fato de que os homens mais poderosos da aldeiam se casarem com diversas mulheres, os mais jovens tinham poucas oportunidades sexuais, fato que estimulava a prática sexual destes jovens com mulheres mais velhas, ou até mesmo outros homens jovens ou mais velhos, mesmo casados.

Tendo em conta o breve panorama dos modos de discursivizar o sujeito homossexual e seus atravessamentos, é possível observar como essas dinâmicas

influenciam e moldam sua significação, encaminhando ainda para os sentidos modernos, como na Segunda Guerra Mundial.

2.2 O sujeito homossexual durante a Segunda Guerra Mundial

Nos primeiros anos do século XX, a vida era extremamente difícil para homens e mulheres gays. Em cidades que hoje celebram o orgulho gay, homossexuais eram intensamente perseguidos. Leis proibiam o sexo entre homens. Como resultado, muitos homossexuais levaram uma vida secreta e tiveram que estabelecer suas próprias redes clandestinas de relacionamento. (Settingington, 2017, p. 13).

A epígrafe com a qual iniciamos esta seção do trabalho sinaliza para momentos difíceis na vida dos homossexuais, uma vez que, conforme Settingington (2017), o sujeito era perseguido e, como veremos adiante, era, muitas vezes, levado aos campos de concentração durante o regime nazista de Adolf Hitler. No entanto, nem sempre foi assim. O próprio autor de *Marcados pelo Triângulo Rosa* assevera que Berlim era a capital gay da Europa.

Ambrose (2011, p. 149) afirma que, enquanto França e Itália se mantinham como “centros da iluminação homossexual” no início do século XX, outros países europeus começaram a flexibilizar suas leis rígidas contra homossexuais. Na América, o autor discorre que leis antissodomitas eram responsabilidades dos estados, não de federações. Na Rússia, embora o Código Penal tratasse a sodomia como um crime grave, com os acusados sendo exilados para a Sibéria por um período mínimo de quatro anos, a perseguição aos homossexuais nunca foi uma prioridade. Os czares do século XIX (1832) estavam mais preocupados em suprimir a atividade revolucionária e manter a monarquia. Além disso, havia uma seita secreta chamada Skoptsy, cujos participantes pregavam a (auto)mutilação dos órgãos sexuais para uma maior proximidade com Deus. No entanto, conforme Ambrose (2011), nessa mesma seita ocorria a prática da pederastia nos moldes da sociedade grega.

Ocasionalmente, em algumas áreas isoladas, era possível se deparar com velhos costumes sexuais que traziam estranha semelhança com o Amor Grego da Antiguidade. Um exemplo disso era a seita secreta Skoptsy,

baseada tanto no interesse comercial quanto no prazer sexual. Um velho comerciante adotaria um jovem assistente como seu amante e herdeiro. Ele então o iniciaria nas práticas do negócio, transmitindo as vantagens da experiência, em grande parte do mesmo modo que os guerreiros gregos transmitiam as táticas militares a seus jovens amantes. Quando o homem mais velho morria, seu amante herdava os negócios e passava a repetir o processo com um amante igualmente mais jovem. (Ambrose, 2011, p. 149-150).

Como se observa, na Rússia, assim como na Grécia antiga, havia a prática da pederastia. No entanto, essa prática ocorre desde o século XIV e sinaliza para uma sociedade mais preocupada em manter a sobrevivência econômica, comercial, do que a moralidade artificial. Há evidências de que havia, na sociedade russa, portanto, uma tolerância com a homossexualidade. Em 1903, Vladimir Nabokov, político, fundador do Partido Constitucional Democrata, e pai do escritor homônimo, escreveu um artigo no qual defende a não interferência por parte do Estado nos relacionamentos sexuais privados.

Entretanto, a aparente vida pacata dos homossexuais mudou à medida que o governo também mudava. A suspeita da presença de homens gays na vida pública ressurgiu e foi novamente politizada de uma forma que beneficiava o Estado soviético. A homossexualidade passou a ser associada àquilo que se considerava a maior ameaça ao Estado: o crescimento do fascismo. Máximo Gorki, escritor russo, declarou ao jornal *Pravda*: “destrua os homossexuais e o fascismo desaparecerá”. Assim, o estado soviético passou a considerar a homossexualidade uma ameaça “e suas palavras foram imediata e ameaçadoramente endossadas pelo chefe da polícia secreta NKVD, G. Iagoda, que associava especificamente a homossexualidade à espionagem e às atividades contrarrevolucionárias.” (Ambrose, 2011, p. 151).

Durante a Segunda Guerra Mundial, as atividades de espionagem frequentemente se entrelaçavam com laços sociais e relacionamentos pessoais, especialmente entre mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+.

Alan Turing, um matemático homossexual, ajudou na decodificação da máquina Enigma³³, impactando significativamente o esforço de guerra dos Aliados

³³ A Enigma foi uma máquina eletromecânica de criptografia usada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial que “embaralhava” mensagens transmitidas para que os aliados não conseguissem nenhuma informação caso as interceptassem. Essa máquina deu origem ao primeiro computador.

(Santos; Teixeira, 2022). Trabalhando no Centro Britânico de Criptoanálise, em Bletchley Park, Turing criou uma máquina que poderia decodificar as mensagens interceptadas pelos Aliados, algo que colaborou de modo significativo para a derrota dos nazistas. Como cientista, suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da computação moderna e para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, sua inteligência e inovação salvaram incontáveis vidas e aceleraram o fim da guerra.

Apesar de suas contribuições excepcionais ao governo britânico, Turing foi perseguido e criminalizado por sua homossexualidade. Em 1952, após ser descoberto como gay, ele foi processado pelo governo britânico sob acusações de “indecência grave”, uma vez que, na época, as relações entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas crime no Reino Unido. Como punição, Turing foi submetido a um tratamento desumano e degradante: a castração química, que consistia na administração forçada de hormônios para reduzir sua libido. Esse tratamento teve impactos profundos em sua saúde física e mental.

Durante décadas, sua contribuição para o esforço de guerra permaneceu desconhecida do público, pois o governo britânico manteve em segredo as atividades de decifração de códigos até os anos 1970. Esse sigilo, no entanto, não transforma Turing em um espião, mas sim em um cientista que trabalhou em projetos secretos de inteligência. Sua história nos lembra sobre o poder das consequências da discriminação e da intolerância, e lhe confere um importante testemunho dos sujeitos que foram vítimas de regimes opressores, aqui, o sistema de leis britânicas em relação aos homossexuais.

As práticas sociais como a “Lavender Scare”³⁴, nos EUA, perseguiu homossexuais acusados de espionagem. Os estereótipos de mulheres e gays

³⁴ A Lavender Scare (ou ‘Pânico Lavanda’) foi um período de intensa perseguição e discriminação contra funcionários públicos homossexuais (Dwight D. Eisenhower assinou a Executive Order 10450), nos Estados Unidos durante as décadas de 1940 e 1950, paralelamente ao McCarthyismo e ao Red Scare (o ‘Pânico Vermelho’, que visava supostos comunistas). O termo “Lavender Scare” foi cunhado pelo historiador David K. Johnson em seu livro *The Lavender Scare: The Cold War Persecution of Gays and Lesbians in the Federal Government* (2004), e se refere à campanha sistemática do governo dos EUA para expulsar pessoas LGBTQIA+ do serviço público, sob a alegação de que eram riscos à segurança nacional, devido à suposta vulnerabilidade a chantagens. Muitos foram submetidos a interrogatórios humilhantes e a testes invasivos, como o uso do detector de mentiras (polígrafo) para “provar” sua sexualidade. Fonte: David K. Johnson: *The Lavender Scare: The Cold War Persecution of Gays and Lesbians in the Federal Government* (2004)

como “fofoqueiros” foram reutilizados estrategicamente na espionagem. Mulheres ‘inofensivas’ e gays marginalizados por leis homofóbicas operavam discretamente e utilizavam suas redes, tanto para manter quanto para divulgar segredos valiosos. A característica que cercava ambos os grupos foi instrumentalizada para esforços de inteligência para atingir objetivos estratégicos da ideologia dominante, porém a discriminação não deixou de existir.³⁵

Entendemos, portanto, que esse estereótipo do homossexual como fofoqueiro, funciona como um pré-construído (Pêcheux [1975] 2009), uma vez que, no fio do discurso, é uma imagem que fala antes, de outro lugar na história, irrompendo no discurso. Nesse sentido, o pré-construído, conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 151), corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’), ao passo que a ‘articulação’ constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”. Dessa forma, constituem-se redes de sentido nas quais configuram o “ideal” da homossexualidade, ou seja, como um sujeito que assume características que se esperam dele por ser quem é.

No início do século XX, a vida na Alemanha para os homossexuais era muito mais fácil do que no resto da Europa, ou até mesmo no resto do mundo. As leis alemãs proibiam sexo entre homens, mas, na prática, não eram aplicadas. Além disso, vale destacar que a prática social da homossexualidade prosperava, tanto que existiam diversas publicações que “atendiam homens e mulheres gays: *Manschenrecht* (Direitos Humanos), *Die Insel* (A ilha) e *Der Eigene* (A Si Próprio) para homens; e *Ledige Frauen* (Mulheres Solteiras), *Frauenliebe* (Amor Feminino) e *Die Freundin* (A Namorada) para mulheres” (Setterington, 2017, p. 13).

A Primeira Guerra Mundial ocorreu no período de 1914 a 1918 e deixou a Alemanha à beira da ruína, confrontando as consequências de uma derrota devastadora. A escassez e o desemprego tornaram-se comuns na vida diária. Como parte dos termos de capitulação, a Alemanha foi forçada a assinar o Tratado

³⁵ Oxford Academic: Espionage during World War II. Disponível em: <https://academic.oup.com/jsh/article/56/3/559/6591497>. Acesso: 13 ago. de 2024.

de Versalhes e a admitir a responsabilidade pelo início da guerra. Além disso, ao assinar o Tratado, o país concordou em pagar uma quantia significativa em reparação pelos danos infligidos. Com a eclosão da Grande Depressão em 1929, a situação na Alemanha se deteriorou rapidamente. A pobreza se aprofundou e o desemprego atingiu 6 milhões de pessoas – mais de 30% da população, uma proporção sem precedentes. As pessoas desejavam oportunidades de emprego e uma fuga da miséria que as envolvia. Elas buscavam desesperadamente algo – ou alguém – em quem pudessem depositar sua confiança.

Assim, diante deste cenário, Adolf Hitler e o Partido Nazista surgem como uma possibilidade de renovação, uma vez que deram ao povo esperança de prosperidade. O líder nazista prometeu que desafiaria o Tratado de Versalhes, além de reconstruir as forças armadas e unificar a Alemanha, incluindo todos os alemães na Polônia, na Tchecoslováquia e na Áustria.

Aos cidadãos desesperados que queriam acreditar no futuro, Hitler e o Partido Nazista prometeram que seria novamente possível sentir orgulho de ser alemão. O Partido Nazista resgataria a Alemanha da vergonha da derrota e daria um glorioso futuro aos alemães arianos. (Setterington, 2017, p. 20).

Há de se destacar, portanto, a intenção de Hitler em resgatar a autoestima do povo alemão e, para isso, além de eleger os judeus como inimigos, mirou em algumas minorias também como inimigas, dentre essas, destacamos os homossexuais. No entanto, foram perseguidos notadamente os judeus, os ciganos (Romani e Santi) e os Testemunhas de Jeová. Para cada um desses grupos, um distintivo foi aplicado: os triângulos e a estrela amarela, essa última destinada aos judeus (Rees, 2018).

Quando o Partido Nazista começou a perseguição ao sujeito homossexual, não precisou criar novas leis para proibir esse seu comportamento, posto que estas leis já existiam. No entanto, o que os nazistas precisariam fazer era colocá-las em prática. A lei que proibia sexo entre homens era conhecida como Parágrafo 175.

Datava de 1871, quando o rei da Prússia unificou diversos reinos em um Estado alemão com uma nova constituição e um conjunto de leis. O Parágrafo 175 declarava: *‘Um homem que cometa atos indecentes e lascivos com outro homem, ou se permita ser abusado por atos indecentes*

e lascivos, deve ser punido com prisão'. (Setterington, 2017, p. 20, grifos do autor).

A lei estabelecida no Parágrafo 175 era, até a ascensão nazista, inoperante, uma vez que, em média, mil apreensões eram realizadas por ano. Porém, nenhuma prisão era decretada. Os criminosos recebiam multas e eram alertados sobre o desvio de seu comportamento. Setterington (2017, p. 20) afirma que os ativistas estavam empenhados em abolir por completo o Parágrafo 175, já que sua implementação era extremamente escassa. “Os ativistas acreditavam que a homossexualidade era tão natural quanto a heterossexualidade e tentavam reformar a lei e as atitudes da sexualidade.”

O movimento dos ativistas gays, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, desafiou os pré-construídos tradicionais sobre a homossexualidade. No final do século XIX e início do século XX, figuras como Magnus Hirschfeld, um sexólogo alemão, fundaram o Comitê Científico-Humanitário, em 1897, a primeira organização de direitos gays e discursivizaram a homossexualidade como variante natural da sexualidade humana, ou seja, emergiu um discurso contrário ao Parágrafo 175. Nos EUA, o movimento homossexual das décadas de 1950 e 1960, com grupos como a *Mattachine Society* e as *Daughters of Bilitis*, procurou ganhar aceitação social e reformar leis discriminatórias, argumentando que a homossexualidade era natural e que os gays deveriam ter os mesmos direitos e dignidade que os heterossexuais. A rebelião de *Stonewall* em 1969 é frequentemente citada como um ponto de virada da resistência a uma batida policial no bar *Stonewall Inn* em Nova York, o que levou a uma série de protestos e deu início ao movimento moderno de liberdade gay. Ativistas começaram a adotar táticas de confronto e visavam reformas legais abrangentes (Moura, 2024).

No Reino Unido, a Lei de Ofensas Sexuais de 1967 descriminalizou atos homossexuais privados entre homens com mais de 21 anos. A discursivização da homossexualidade mudou significativamente a partir das décadas de 1980 e 1990, por meio da mídia e da educação (Quinalha, 2022). Além da descriminalização, os ativistas também lutaram pelo reconhecimento de direitos como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção. Em 2015, a decisão *Obergefell v. Hodges*, da Suprema Corte dos EUA, legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em

todo o país. A sequência discursiva “os ativistas acreditavam que a homossexualidade era tão natural quanto a heterossexualidade e tentavam reformar a lei e as atitudes da sexualidade” ressalta a luta dos ativistas para mudar tanto a legislação quanto a as atitudes dos sujeitos em relação à homossexualidade, um esforço que envolveu a desconstrução dos discursos negativos e promotores de ódio, para práticas inclusivas da sexualidade humana. Tais movimentos enfrentaram e ainda enfrentam resistência significativa, no entanto o que foi conquistado ressignifica as atitudes sociais e jurídicas em relação à diversidade sexual.³⁶

Os nazistas, conforme Rees (2018), tentavam alegar um vínculo entre os judeus e qualquer coisa que não pudessem tolerar e, dentro dessa intolerância, a homossexualidade era algo que deveria ser combatida, presa e exterminada. Em 28 de junho de 1935, o Parágrafo 175 foi alterado pelo estado nazista e até mesmo a amizade entre homens homossexuais passou a ser entendida como uma infração penal. Aproximadamente 50 mil foram presos em decorrência de sua orientação sexual, mas, entre 5 e 15 mil homossexuais foram levados aos campos de concentração por serem considerados “homossexuais crônicos”. Durante o período de confinamento nos campos de concentração, homossexuais eram obrigados a participar de experiências que visavam a reversão da homossexualidade, considerada, portanto, uma patologia.

Michel Foucault (2022) analisou a criminalização da homossexualidade por meio da teoria sobre a patologização e controle social. Ele argumenta que a classificação da homossexualidade como uma condição patológica é uma forma de controle, em que o poder usa a medicina e a psiquiatria para criar e impor normas. Isso não só pune comportamentos desviantes, mas também constrói identidades e práticas sociais. A criminalização e patologização reforçam a heteronormatividade e justificam políticas repressivas. O regime nazista, ao criminalizar a homossexualidade e estabelecê-la como doença crônica, exemplifica essa

³⁶ Para mais detalhes, consulte fontes como: The National WWII Museum on LGBTQ+ in World War II. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/war/articles/lgbtq-world-war-ii>. Acesso em: 15 de jan. 2025.

dinâmica. O Parágrafo 175 alterado instaura categorias de identidade patológica para justificar a exclusão e o controle dos sujeitos.

Os homossexuais foram classificados não apenas como criminosos, mas como doentes crônicos, como anormais, o que legitima o tratamento extremo e desumano, como a prisão e o envio aos campos de concentração. Foucault (2022) também assevera que os discursos de verdade são criados e impostos pela medicina, pela psiquiatria e outras instituições. No caso do regime nazista, a construção do homossexual como sujeito patológico é uma manifestação de um discurso de verdade imposto pelo poder. Esse discurso se torna um saber oficial instituído para justificar políticas repressivas.

Tomemos o caso da homossexualidade. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constitui-la como objeto de análise médica: o ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos.

É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos, quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinqüentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII – mas que eram inevitavelmente raras). A partir de então, *todos* serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual. Mas, tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferentes das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX, veja Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma ‘mesma’ vontade de verdade. (Foucault, 2009, p. 233-234, grifos do autor).

A criminalização de formas específicas de amizade e comportamento sexual é um modo de reforçar e de assegurar a conformidade pela moralidade da saúde pública, não se limitando às leis, mas, principalmente intervindo na construção social e no controle do corpo e da identidade dos sujeitos, é a invenção do “homossexualismo”, ou seja, a homossexualidade entendida como uma doença, e em que a ciência médica passa a regular as identidades sexuais. Esse processo transforma o comportamento sexual em critério para classificar e julgar os sujeitos, em como devem ser tratados social e legalmente.

Cabe, neste momento, mobilizar Canguilhem (2022) para nos ajudar a contradizer o discurso da homossexualidade que, por muito tempo, fora

considerada uma anormalidade ou até mesmo uma patologia, fato que ressoa(va) em discursos médicos, psicológicos, políticos e religiosos. Tais discursos afirmam ser a heterossexualidade a norma a ser seguida, uma vez que corrobora para a procriação da espécie (discurso religioso) ou manutenção de uma raça em detrimento da outra (discurso político). Em contraposição, portanto, a homossexualidade é o desvio da norma e, por isso, necessita ser corrigida, curada.

Canguilhem nos ajuda a questionar essa visão. Ele argumenta que o patológico não é simplesmente a ausência de uma norma, mas a incapacidade de ser normativo, ou seja, de adaptar-se e criar formas de viver. “Portanto, devemos dizer que o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma.” (Canguilhem, 2022, p. 127). Assim, compreendemos que a homossexualidade não pode ser entendida como uma patologia, pois não configura uma incapacidade de adaptação ou de estabelecer normas. Pelo contrário, é uma expressão da diversidade humana e da capacidade de criar novas formas de existência e relacionamento.

Ser ‘normativo’, na visão de Canguilhem (2022), significa ter a capacidade de criar novas normas e adaptar-se a diferentes condições de produção. A homossexualidade pode ser entendida como uma expressão dessa normatividade, pois o sujeito homossexual não se identifica com o padrão que entende a heterossexualidade como norma, ou seja, desafia o *status quo* social rígido e propõe novas formas de viver e amar. No entanto, essa ‘anormalidade’ aos olhos da sociedade é o ‘normal’ para o sujeito homossexual, uma vez que este não se compreende, na maioria das vezes, como o ‘anormal’. “Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado etc.” (Canguilhem, 2022, p. 77).

Magnus Hirschfeld (1868-1935) foi um ativista judeu que, além de defender os direitos homossexuais, militava em defesa das mulheres, inclusive discutia o direito ao aborto (Settingington, 2017). Estudou medicina e clinicou durante muitos anos. Hirschfeld – homossexual e travesti – teria, conforme Spencer (1999), criado a designação *travesti* e compilado grande quantidade de informações sobre homossexualidade, abrangendo livros e fotografias, em apoio à sua pesquisa. O médico alemão aumentou sua influência internacional quando organizou o Primeiro

Congresso para a Reforma Sexual, em Berlim, em 1921. Neste mesmo período, Hirschfeld angariava intelectuais simpatizantes à ideia da abolição do Parágrafo 175, mas, enquanto isso, as condições de vida na Alemanha pioravam, ou seja, configurando-se como terreno fértil para que o Partido Nazista crescesse, o que gerava certo temor nos homossexuais. Os nazistas, de acordo com Settrington (2017), acreditavam que Hirschfeld era um homossexual que desejava que a homossexualidade crescesse, argumentando que isso acarretaria num menor número de bebês alemães, uma menor taxa de natalidade, o que refletiria em uma Alemanha mais fraca.

Settrington (2017, p. 23) traz um enunciado, o qual chamamos de Sequência Discursiva (SD), bastante elucidativo acerca da homossexualidade e como os nazistas a enxergavam:

SD1

[...] entre os muitos instintos malignos que caracterizam a raça judia, um especialmente pernicioso tem a ver com relações sexuais entre irmãos, entre homens e animais, e entre homens e homens... Essas práticas não passam de crimes vulgares e pervertidos, e as puniremos com banimento ou força.

Na SD1 acima, a utilização do significante “malignos” vem amaldiçoar a sexualidade, trazendo efeitos de evidência para o funcionamento do discurso religioso que está incidindo sobre o pré-construído do discurso-outro, que instaura efeitos de sentido que se inter-relacionam a uma cadeia de já-ditos sedimentados historicamente como memória discursiva. Esse discurso religioso é atravessado para reforçar as práticas homossexuais como promíscuas e que esses sujeitos teriam relações sexuais de forma exacerbada e com grande número de parceiros. Tais discursivizações, cristalizadas ao longo do tempo, além de associar a homossexualidade à promiscuidade, também a culpava pelo aumento de doenças e pragas, como a própria AIDS, na contemporaneidade. Recuperamos aqui Susan Sontag (2007), a qual fala sobre a doença enquanto metáfora. A autora discorre sobre a ressalva que existe, em determinadas condições de produção, ao se enunciar que o sujeito paciente está acometido por determinadas doenças, como a tuberculose, no passado, e mais recentemente o câncer na contemporaneidade. A AIDS, doença infectocontagiosa, é discursivizada, não raro, como a peste-gay ou

o câncer gay, seria ela um castigo divino à narratividade da promiscuidade dos homossexuais, ao estilo de vida adotado pelo sujeito homossexual.

Dessa forma, em diferentes momentos históricos, constituíram-se sentidos que estigmatizaram os sujeitos homossexuais. Assim, a palavra “crime” na SD1, produz efeitos sobre as relações homossexuais, pois desloca o sentido ‘sexual’ para outra formação discursiva, a ‘criminal’, trazendo o viés jurídico ao processo discursivo. Assim, fecha-se o espaço para outras formas de subjetividade, no caso, as não-dominantes. Reforça-se, desse modo, a saturação do discurso sobre o homossexual enquanto sujeito-promíscuo, que, enquanto preconceito, sustenta e pretende justificar o extermínio pela morte na forca e pelo banimento desses sujeitos, atravessado pelo discurso político de produção de leis específicas para sujeitos específicos, o poder do político. Os discursos fundantes sobre homossexualidade dão continuidade à regularização dos sentidos relativos ao pecado, à promiscuidade, ao incesto, à zoofilia e a uma prática criminosa punida com morte.

O argumento decisivo está em “puniremos”, ou seja, somos a lei, portanto, a partir de uma discursividade³⁷ imposta, funciona pelas relações de sentido afetadas pela memória, as quais são determinadas pelas condições de produção do discurso nazista. No sócio-histórico e ideológico das condições de produção, estão em jogo a interpelação dos sujeitos, em sujeitos sem direitos jurídicos. Diz-se que a raça judia é incestuosa, pois tem relações sexuais com irmãos, é pervertida ao ter relações com animais, ressoando outros sentidos da ordem do religioso e da moral. A instauração do crime refere-se ao processo de interpelação e de assujeitamento ao Estado, processo diante do qual e contra o qual os sujeitos tomam posições no discurso, com base nos sentidos fornecidos pela formação ideológica³⁸ dominante.

³⁷ A discursividade, de acordo com Orlandi (2012a), ocorre pela supressão da exterioridade não como o ‘fora’ da linguagem, mas como o que intervém na textualidade pelo funcionamento do interdiscurso, fazendo parte da materialidade discursiva, o que ocorre “entre a história, a língua e o inconsciente”. (Pêcheux, 2016, p. 23).

³⁸ “Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir — como uma força confrontada a outras forças — na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2011, p. 27).

Devido aos incontáveis floreios metafóricos que transformaram o câncer em sinônimo do mal, a experiência de ter câncer é vivenciada por muitos como algo vergonhoso, e que portanto deve ser escondido, e também como uma injustiça, uma traição do próprio corpo. Por que eu?, exclama o canceroso, com amargor. No caso da AIDS, a vergonha está associada à atribuição de culpa, e o escândalo nada tem de obscuro. Poucos exclamam “por que eu?”. Fora da África central e meridional, a maioria das pessoas que sofre de AIDS sabe (ou pensa que sabe) de que modo contraíram a doença. Não se trata de uma doença misteriosa que escolhe suas vítimas de modo aparentemente aleatório. De fato, contrair AIDS equivale precisamente a descobrir – ao menos na maioria dos casos até agora – que se faz parte de um determinado “grupo de risco”, uma comunidade de párias. A doença expõe uma identidade que poderia ter permanecido oculta dos vizinhos, colegas de trabalho, familiares e amigos. Ao mesmo tempo, confirma uma identidade, e, no grupo de risco mais atingido nos Estados Unidos num primeiro momento, o dos homossexuais masculinos, chegou a dar origem a uma comunidade, bem como a uma experiência que isola e expõe os doentes a discriminações e perseguições. (Sontag, 2007, p. 97).

Considerando o exposto por Sontag (2007), tem-se o efeito de evidência da culpabilidade do sujeito ao ser infectado pelo vírus HIV, pois, ou ele é viciado em drogas e se contamina por compartilhar instrumentos infectados, ou ele é homossexual e, por isso, é promíscuo e contrai o vírus em relações sexuais. Ferrari Soares (2019) afirma que não há nada de “inocência” ser acometido pela doença, pois não se trata de uma doença que “escolhe” a pessoa de modo aleatório. Ao levarmos em conta as condições de produção em que os sujeitos objeto de análise desta tese, atentamos para o fato de que a AIDS não era uma preocupação, mas, sim, a configuração da homossexualidade ser considerada o patológico, como já explicitado. Sendo patológico, era natural que se procurasse curar o mal que assolava parte dos homens que tinham a “doença”. Essa busca manifestou-se em discursos contrários às práticas homossexuais, advindas de líderes nazistas, alicerçados em leis instituídas. Tais práticas discursivas fazem parte de ideologias em que sujeitos e grupos têm aversão à homossexualidade.

Pêcheux ([1975] 2009) destaca que os discursos pelas relações ideológicas dos sujeitos e que a língua vem materializá-los, desse modo:

[...] a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa do sistema linguístico* e que, dissimetricamente, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*. [...] Por enquanto, retenhamos que a “língua não é uma superestrutura” e que ela não se divide segundo as estruturas das classes

em “línguas de classes”, com suas próprias “gramáticas de classes”. (Pêcheux, [1975] 2009, p. 82, grifo nosso).

Para Pêcheux, a partir da “[...] evidência que eu sou realmente eu (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos)” ([1975] 2009, p. 145) temos o sujeito de direito constituído pela interpelação da ideologia capitalista. Ele é sempre um já sujeito, mas não o é de forma bruta, natural; porque depende do seu assujeitamento aos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1985).

Assim, pensamos nos efeitos de sentidos que ressoam das palavras *homossexualismo* e *homossexualidade*, os quais são diferentes, uma vez que há uma memória da língua que atravessa o sentido do primeiro (patologia – sufixo – -ismo) e do segundo (qualidade/condição – sufixo – -dade). De homossexualismo, reverbera desde pelo menos a era vitoriana, em que os homossexuais eram excluídos pelo estado (Foucault, 2022); o segundo, trazido ao final do século XX, busca retirar esse cunho patologizante. É, por meio da memória do dizer, que podemos interpretar e sermos interpretados. Nesse sentido, enfatizamos que as palavras significam pela história e pela língua.

SD2

HOMOSSEXUALISMO (o termo original), é uma palavra híbrida, formada pela fusão de três radicais de origem lingüística distinta: 1. do grego, homo = ‘igual, semelhante, o mesmo que’; 2. do latim, sexus = sexo; 3. do latim, ismo = ‘próprio de’, ‘que tem natureza de’, ‘condição de’. O sufixo ismo ao ser incorporado reforçou na representação da palavra os pressupostos da época (religioso-moralista, médico-patológico, jurídico-criminal) para os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, algo de natureza anormal, essencialmente patológico, doente, desviante, perverso, pecaminoso. A partir do momento em que esse tipo de atração erótica começou a ser re-significado pelas ciências do século XX o termo HOMOSSEXUALIDADE (do latim, sufixo dade = ‘qualidade de’) passou a ter a preferência de muitas pessoas por referir a este tipo de relacionamento, não como uma condição desviante ou doença, mas sim, como uma possibilidade legítima de homens e mulheres viverem seus afetos e prazeres. Hoje, igualmente positivos, contudo, com compreensões distintas, dependendo de cada autor(a), a homossexualidade pode também ser apresentada pelas palavras homoerotismo, homoafetividade, homoconjugalidade. (Furlani, 2009, p. 153-4).

A ressignificação do termo ‘homossexualidade’, em contraste com ‘homossexualismo’, configura uma mudança na compreensão das relações entre

peessoas do mesmo sexo, afastando-se de uma visão patologizante e aproximando-se de uma perspectiva que reconhece a legitimidade dessas experiências afetivas e eróticas. No entanto, essa transformação de significante e de sentido não apaga a memória do estigma e perseguição que marcou a história dos sujeitos homossexuais, especialmente em regimes autoritários. Durante o nazismo, as mulheres homossexuais foram alvo de violência sistemática, embora sua perseguição tenha sido menos documentada do que a dos homens homossexuais.

Enquanto os homens gays eram frequentemente identificados com o distintivo do triângulo rosa e enviados a campos de concentração, as lésbicas eram vistas sob uma ótica misógina e patriarcal, muitas vezes consideradas 'corrigíveis' ou forçadas a se conformar aos papéis de gênero tradicionais. Essa diferença no tratamento traz efeitos de evidência de como sexualidade, gênero e poder significaram as experiências de mulheres homossexuais em condições de produção sócio-históricas específicas. Assim, os nazistas, que em parte defendiam a inclusão das lésbicas na legislação restritiva, delinearam sua posição sobre a homossexualidade:

SD3

Não é necessário que você ou eu vivamos, mas é preciso que o povo alemão viva. E ele só pode viver se puder lutar. Viver significa lutar. E ele só pode lutar se mantiver sua **masculinidade**. Ele só pode manter sua masculinidade se exercitar a **disciplina**, em especial em questão ao amor. **Amor livre e desvio são indisciplinados**. Portanto, nós os rejeitamos, assim como rejeitamos qualquer coisa que fira a nossa nação. Qualquer um que pense em amor homossexual é nosso inimigo. Rejeitamos qualquer coisa que enfraqueça nosso povo e transforme em brinquedo para nossos inimigos, pois sabemos que a vida é uma luta e que é loucura pensar que homens um dia se abraçarão fraternalmente. A história natural nos ensina o oposto. O poder faz o certo. O forte sempre vencerá o fraco. Vamos cuidar para que voltemos a ser fortes! Mas isso só poderá ser alcançado de uma forma: o povo alemão precisa reaprender a exercitar a disciplina. Portanto, rejeitamos qualquer forma de lascívia, especialmente a homossexualidade, porque ela nos rouba nossa última chance de libertar nosso povo do cativo que agora o escraviza. (Plant, 1986 *apud* Setterington, 2017, p. 23-34, grifos nossos).

Para o Estado Alemão, as construções heteronormativas descrevem apenas a forma binária sobre a sexualidade. Tendo em vista que as relações sexuais devem ocorrer apenas entre homens e mulheres para garantir a reprodução do grupo, no caso do enunciado acima, o fortalecimento da nação, a libertação do

povo alemão. Assim, as relações sexuais, ou os desejos homoeróticos desafiarão a suposta coerência dessa matriz. A homossexualidade é construída em oposição direta à masculinidade. Nessas condições de produção, ser considerado um “homem normal” é impossível, pois o desejo não se alinha com os discursos que esse Estado estabelece.

O discurso em questão exalta a disciplina e a masculinidade, contrapondo-se fortemente à homossexualidade. O uso da palavra “disciplina” é central, sendo apresentada como uma virtude essencial para a sobrevivência e a força do povo alemão. A disciplina aqui, é não apenas uma questão de ordem e controle, mas também uma forma de manter a masculinidade, que é vista como fundamental para a capacidade de luta e, portanto, para a própria existência e progresso da nação.

A masculinidade é construída como o oposto da homossexualidade, que se caracteriza como um desvio e uma ameaça. A disciplina vincula-se ao controle dos desejos e ao exercício do amor dentro de parâmetros estritamente heteronormativos. O amor livre e a homossexualidade são vistos como formas de indisciplina que enfraquecem o povo, tornando-o vulnerável. Estabelece-se uma hierarquia de poder, em que a masculinidade hegemônica deve ser preservada a todo custo. A homossexualidade é, assim, não apenas rejeitada, mas demonizada como uma força corruptora que deve ser combatida para manter a pureza e a força da nação. A ênfase na disciplina como um meio para manter a masculinidade e a rejeição da homossexualidade dá visibilidade a um esforço de controle ideológico, no qual a sexualidade é rigidamente regulamentada para servir aos objetivos nazistas.

A formação discursiva científica que corrobora os discursos do darwinismo social, é instaurada quando há a afirmação de que apenas os fortes sobreviverão, e a força está ligada à manutenção de uma masculinidade disciplinada e homogênea. Essa perspectiva desumaniza os homossexuais e constrói uma dicotomia em que a masculinidade e a homossexualidade não podem coexistir. A disciplina, então, torna-se um mecanismo de exclusão e controle social para a disseminação da ideologia nazista e seu projeto de pureza racial e nacional.

Texto-imagem 10: Charge de Magnus Hirschfeld



Fonte: Settrington (2017).

No texto-imagem 10, temos a charge com a caricatura do pesquisador Magnus Hirschfeld em 1907. O sujeito toca um tambor em apoio à abolição do Parágrafo 175 do código penal alemão, que criminalizava, como já salientado, a homossexualidade. Aliado ao enunciado não-verbal, tem-se o enunciado verbal: “Fora Parágrafo 175!”. Na legenda está escrito, conforme Settrington (2017), “O mais importante defensor do terceiro sexo!”.

Tomando o texto-imagem 10 como discurso, consideramos a sua produção no início do século XX. Na Alemanha, o Parágrafo 175 asseverava que os homossexuais fossem presos, ou seja, nestas condições de produção, o sujeito homossexual sentia-se desprotegido e, metaforicamente, Magnus Hirschfeld ecoa a voz da liberdade, da busca pelo viver o que se é, sem medo e culpa.

Magnus Hirschfeld, médico e precursor na luta pelos direitos dos homossexuais na Alemanha em 1897, elaborou a teoria da “inversão sexual”, propondo que os homossexuais que possuísem características femininas poderiam ser classificados como um “terceiro sexo” (Nucci; Russo, 2009). De forma

semelhante a Ulrichs³⁹, Hirschfeld não encarava a homossexualidade como uma patologia, mas como uma expressão natural do instinto sexual. O texto-imagem 10 dá visibilidade ao conceito de orientação sexual e à identidade de gênero que temos na contemporaneidade.

Em “A terceira margem do rio”, conto de Guimarães Rosa (1962), o personagem, um pai de família, coloca-se como a terceira margem do rio, uma vez que decide morar no meio do rio. A família tentava fazer com que este sujeito voltasse para terra por meio do chamamento de um padre (reza), de dois soldados (força policial/medo), mas, mesmo assim, o sujeito coloca-se como irredutível e permanece vivendo entre as margens, ou seja, projeta-se como a terceira margem. Nesse sentido, discursiviza-se a quebra da ordem, daquilo que é pré-estabelecido como o conhecido. É um gesto de rebeldia, de desobediência que arruína o equilíbrio, no conto, da família. A terra sinaliza para o firme, aquilo que é estabilizado, enquanto a água, o correr do rio, sinaliza para aquilo que é fluído, mutável, desestabilizador de uma ordem.

A metáfora da “terceira margem do rio”, presente no conto de Guimarães Rosa, sugere um espaço liminar (ponto de passagem), um lugar entre as margens conhecidas e exploradas, que discursiviza um estado de transição, de ambiguidade ou de busca por uma identidade própria. Da mesma forma, a questão do “terceiro sexo” também aborda a ideia de uma categoria intermediária entre as concepções tradicionais de masculino e feminino. Essa noção de deslocamento e de transformação, presente tanto na metáfora da ‘terceira margem’ quanto na discussão sobre o ‘terceiro sexo’, pode ser compreendida à luz da teoria de Pêcheux (1988), mediada por Orlandi (2022), sobre a construção do sentido.

Pêcheux [...] (1988, p. 263) dirá que o sentido é sempre uma palavra, uma expressão, uma proposição por uma outra palavra, expressão ou proposição; e este relacionamento, essa superposição essa transferência (meta-phora) não é predeterminada por propriedades da língua, não estão já dotados de sentidos. Continuando, diz que o sentido existe

³⁹ Para o jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs, reconhecido por sua pioneira elaboração da teoria científica sobre a homossexualidade e por sua defesa da descriminalização, a orientação homossexual não era vista como algo monstruoso ou condenável. Ele a interpretava como uma forma de “hermafroditismo da mente”, com uma origem biológica e inata que tornava qualquer tentativa de “cura” ou mudança do objeto de desejo do homossexual impossível. Ulrichs sustentava que o homossexual deveria possuir uma “alma feminina em um corpo masculino”, pois considerava o desejo por indivíduos do mesmo sexo como algo intrinsecamente feminino. (Nucci; Russo, 2009).

exclusivamente em relações de *metáfora* (realizadas em efeitos de sinônimos, substituição, paráfrase) das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. O que equivale a dizer que as palavras, expressões ou proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem”. (Orlandi, 2022, p. 29, grifo nosso).

A metáfora da ‘terceira margem do rio’, assim como a noção de ‘terceiro sexo’, sinalizam como o sentido é construído por meio de relações de substituição e transferência, conforme destacado por Pêcheux ([1975] 2009). Ambas as ideias operam como metáforas que desafiam as categorias tradicionais e estabelecidas — seja entre as margens conhecidas de um rio, seja entre as concepções binárias de masculino e feminino. Essas metáforas não carregam sentidos fixos ou predeterminados, mas são dotadas de significado a partir das formações discursivas que as sustentam historicamente. Dessa forma, tanto a ‘terceira margem’ quanto o ‘terceiro sexo’ existem como espaços liminares e provisórios, cujos sentidos são construídos e reconstruídos a partir das relações de substituição e paráfrase que caracterizam a dinâmica discursiva. Isso reforça a ideia de que o sentido é sempre passível de ser outro e dependente das condições de produção em que emerge.

Em termos conceituais, a designação “terceiro sexo” tem sido usada para descrever identidades de gênero que não se encaixam nas categorias binárias de masculino e do feminino, como pessoas não-binárias, *genderqueer*⁴⁰, entre outras. Essas identidades desafiam a noção binária de gênero e apontam para uma diversidade mais ampla de suas experiências.

Assim, tanto a metáfora da “terceira margem do rio” quanto a questão do “terceiro sexo” constituem efeitos de transcendência das fronteiras e dos limites convencionais, explorando espaços liminares, nos quais novas identidades e possibilidades podem emergir. Ambos os conceitos demandam que se pense sobre a complexidade e sobre a fluidez das identidades humanas, além de questionar as normas e as expectativas sociais em relação ao gênero e à identidade.

⁴⁰ *Genderqueer*, também conhecido como não-binário ou de gênero expansivo, é uma identidade que engloba uma diversidade de vivências relacionadas ao gênero. Indivíduos que se identificam como *genderqueer* podem se sentir pertencentes tanto ao gênero masculino quanto ao feminino, ou podem não se identificar com nenhum gênero específico. Ao contrário dos pronomes convencionais ‘ele’ ou ‘ela’, uma pessoa *genderqueer* pode optar por ser referida por ambos. (Andrews, 2024).

Orlandi (2012a, p. 79) afirma que seu trabalho com a AD “contribui para a pesquisa sobre a leitura, considerando a opacidade do texto, a não transparência da linguagem.” Assim, essa disciplina de interpretação, caracteriza-se pela “passagem do *funcionamento* da língua para o discurso, e a construção de um dispositivo analítico fundado na noção de *efeito metafórico*.” Para Pêcheux ([1969] 2010, p. 96)

[...] chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y. Como esse feito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, [...]

No que tange ao efeito metafórico, Orlandi (2012a, p. 80) destaca que o sentido depende de deslizamentos e da interpretação e essa dependência coloca “a interpretação como constitutiva da própria língua (natural)”. Compreendemos a partir da mesma autora que o sujeito sempre está interpretando, de modo que, como nos ensina Pêcheux (2009, p. 123, grifos do autor), a metáfora não é apenas transferência de uma palavra para outra. Trata-se de um processo metafórico definido como “processo sócio-histórico que serve como funcionamento da ‘*apresentação*’ (*donation*) de objetos para sujeitos”.

A metáfora funciona como processo e instaura efeitos pela interpretação em relação às coisas a saber, conforme Pêcheux (2006). O tambor sinaliza para efeitos de sentido que funcionam como uma arma psicológica contra toda resistência do inimigo, ou seja, aqueles sujeitos contrários à destituição do Parágrafo 175.

Temos que a teoria discursiva, entendida como prática política, instaura efeitos de sentidos por meio de uma base linguística e de processo discursivo que, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 148), “passará a designar o sistema de relações, de substituições, paráfrases, sinónímias, etc. que funcionam junto a elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”.

Nas práticas políticas, há um sujeito que busca argumentar, fazendo com que a população acredite em suas propostas. É assim que, em julho de 1932, o Partido Nazista (NSDAP) ganhou 37,4% dos votos nas eleições, conquistando 230 das 608 cadeiras no Reichstag, o parlamento alemão, tornando-se o partido mais

votado, mas sem maioria absoluta. Isso permitiu a Hitler formar um governo de coalizão. Em janeiro de 1933, sob pressão política e com o apoio de partidos de centro e de direita, o presidente Paul von Hindenburg nomeou Adolf Hitler como chanceler da Alemanha (UHSMM).

O que se viu a partir disso foi o banimento das organizações que lutavam pelos direitos dos homossexuais, pois os nazistas sufocaram qualquer opositor ao novo regime e instauraram a prisão de pessoas. “Num esforço para aliviar a carga do sistema prisional, Heinrich Himmler, chefe da SS (*Schutzstaffel*), a tropa de elite do Estado nazista, estabeleceu o primeiro campo de concentração em Dachau.” (Settingington, 2017, p. 25). Dachau, portanto, consolida-se como o primeiro campo de concentração nazista e foi o local para onde os inimigos dos nazistas foram levados. “Entre os primeiros prisioneiros de Dachau havia homens que trabalhavam em organizações de direitos dos homossexuais em Berlim” (Settingington, 2017, p. 25).

O Instituto para o Estudo da Sexualidade, de Magnus Hirschfeld, foi invadido e teve seu mobiliário destruído em 6 de maio de 1933. Alguns dias depois, mais de 12 mil livros foram queimados, bem como uma importante coleção de fotos do cientista. Hirschfeld estava proferindo uma palestra na França e jamais voltou à Alemanha. Os homossexuais acreditavam que essa perseguição duraria apenas um breve período, pois, afinal de contas, Ernst Röhm, um dos mais influentes deputados de Hitler era homossexual, inclusive frequentava a boate Eldorado, conhecida por seus frequentadores serem gays.

Texto-imagem 11: “Contra o espírito não-germânico”



O texto-imagem 11 traz um recorte de jornal com a manchete “Contra o espírito não-germânico” e apresenta a espoliação do Instituto de Ciência Sexual, de Magnus Hirschfeld. Nele, são narrativizados estudantes marchando para a entrada do instituto antes do início da pilhagem, em que livros e documentos foram levados para serem queimados pelos nazistas. A prática de perseguição aos judeus, homossexuais, testemunhas de Jeová, dentre outros era frequente e, para assinalar a sua ideologia de disseminação do contrário, Hitler e seus apoiadores forjaram políticas que, além de mostrar seu poderio, mandava uma espécie de recado à população. Uma delas foi a queima de livros não alemães, e aqui destacamos o acontecimento ocorrido em maio de 1933, no instituto coordenado por Magnus Hirschfeld.

O enunciado “Contra o espírito não-germânico”, estampado na capa do jornal, traz efeitos de evidência do caráter bélico contra as raças não puras, ou seja, que se desidentificam com a raça pura, ideologicamente instaurada pelos alemães nazistas. O enunciado acima mencionado constitui efeitos de evidências de como a linguagem foi mobilizada pelos nazistas para construir e disseminar sua ideologia, não sendo compreendido apenas como uma frase, mas, sim, como um discurso carregado de significados políticos, ideológicos e simbólicos. Instaura-se um discurso binário, de oposição, entre os “germânicos”, em que ressoam efeitos de pureza, superioridade, aquilo que se deseja, contra os inimigos do Reich, ou seja, os “não-germânicos”, sinalizando para os impuros, inferiores e indesejáveis, por consequência, o que precisa ser exterminado. Por sua vez, assinalamos que o significante “espírito” eleva os sentidos para o espaço do dizível em que se vai além do físico, abarcando elementos culturais, ideias e saberes, que também eram vistos como ameaças à identidade nacional alemã.

Ainda no texto-imagem 11, ressoam efeitos de sentidos a partir da queima de livros, pois, a memória que se instaura é a de que o fogo sinaliza para o desejo de purificação da sociedade que ora era influenciada por ideologias corruptoras,

⁴¹ UHSM. Magnus Hirschfeld. Sd. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/magnus-hirschfeld-2>. Acesso em: 10 mar. 2025.

portanto, destruir o conhecimento científico e cultural acerca da sexualidade e gênero instauraria o silêncio, a interdição acerca desses conhecimentos, isto é, uma ameaça ao ideal ariano.

Um exemplo de ‘quebra’ dos ideais arianos pode ser dado a partir do caso de Röhm que não teve vida fácil diante dos outros militares, uma vez que parte deles não concordavam com o fato de serem liderados por um homossexual. Setterington (2017, p. 29) apresenta a opinião de um deles acerca deste fato:

SD4

Rearmamento é algo sério e militarmente importante demais para ser deixado nas mãos de bandidos e homossexuais, como o capitão Röhm.”

Poderíamos aqui, analisar os efeitos de sentido que esta SD instaura, como o pré-construído em que o sujeito homossexual não seria capaz de operar questões militares, de guerra, combate, função social que deveria ser exercida, portanto, por um sujeito heterossexual.

Além disso, cabe mencionar a equiparação existente entre o sujeito homossexual e o sujeito bandido, como, por razões distintas, incapazes de ocupar o lugar de comandante. Hitler, no entanto, num primeiro momento, parecia disposto a bancar a permanência de seu amigo no posto de chefe da SA⁴² – *Sturmabteilung* (Seção Tempestade), uma vez que teria afirmado: “A SA não é uma instituição para educação moral de senhoritas jovens, mas uma estrutura de lutadores experientes... a vida pessoal dele não pode ser objeto de escrutínio, a menos que conflite com os princípios básicos da ideologia do nacional-socialismo” (Setterington, 2017, p. 29).

Nesse íterim, Röhm queria assumir todo o exército alemão, pois, até então, era chefe somente do grupo paramilitar. No entanto, esse anseio do general não fora bem-visto pelos demais líderes das forças armadas de Hitler. Para conter a

⁴² O Esquadrão de Proteção (Schutzstaffel, SS) foi uma ferramenta crucial do terror nazista. Inicialmente, seus membros protegiam Adolf Hitler e outros líderes do Partido Nazista, distinguindo-se pelas camisas pretas. As SS superaram as Tropas de Assalto (SA) em importância, tornando-se o exército particular do Partido. Heinrich Himmler, chefe das SS, transformou a polícia comum na Polícia Secreta do Estado (Gestapo), que usava métodos cruéis para eliminar opositores políticos. Com a tomada do poder por Hitler, agentes das SA e Gestapo perseguiram e prenderam inimigos políticos, eliminando a oposição organizada e a democracia na Alemanha. Diversos campos de concentração foram estabelecidos, incluindo Dachau, que se tornou o modelo para o sistema de campos das SS. (USHMM, s.d., grifo nosso).

demanda por poder de Röhm, Hitler começou a reduzir influência dele no governo, enquanto Heinrich Himmler (comandante da SS), Reinhard Heydrich (chefe da inteligência nazista) e Hermann Göring (líder da Luftwaffe, ou Força Aérea) estavam ansiosos para aumentar seu controle dentro do Partido Nazista. Eles perceberam que a melhor maneira de fazer isso era eliminar completamente Röhm. Então, fabricaram documentos falsos que implicavam Röhm em uma conspiração para um golpe dentro do partido.

Diante dessa situação, Hitler se reuniu com seu então amigo Röhm e, durante um encontro que durou cinco horas, tentou convencê-lo a deixar o comando. Em questão de dias, os planos da Operação Colibri começaram a ser executados. Röhm foi informado de que Hitler se reuniria com ele e com a liderança da SA em 1º de julho. No entanto, dois dias antes, Hitler, acompanhado por sua guarda pessoal da SS, prendeu Röhm. Nas 24 horas seguintes, altos oficiais das Tropas de Assalto que não sabiam da prisão de Röhm foram capturados quando se dirigiam ao local do encontro. Muitos foram mortos imediatamente, mas Röhm foi mantido prisioneiro enquanto Hitler decidia o que fazer com ele.

A eliminação da elite da SA só foi revelada em 13 de julho, quando Hitler falou sobre o expurgo, referindo-se a ele como *A Noite das Facas Longas*. Ele declarou que 61 membros da SA haviam sido executados, 13 foram mortos ao resistir à prisão e outros 3 cometeram suicídio. Outras fontes, conforme Setterington (2017), afirmam que cerca de 400 pessoas morreram durante aqueles poucos dias.

Numa ação que lembrava o velho truque de Dachau de colocar pressão em certos prisioneiros para que cometessem suicídio, deram a Röhm uma pistola carregada com uma bala, para que se matasse. Quando ele recusou, Eicke e seu colega de SS Michel Lippert mataram-no com três tiros. Viajaram então de volta a Dachau, onde mais de vinte outras pessoas foram mortas a tiros como parte do expurgo. Depois disso, a SS em Dachau fez uma celebração na qual, segundo se avalia, foram consumidos mais de mil litros de cerveja. Eicke teria dito mais tarde: “Tenho orgulho de ter matado esse porco veado [o homossexual Röhm] com minhas próprias mãos.” (Rees, 2018, p. 78).

A traição de Adolf Hitler em relação a Ernst Röhm sinaliza para a desumanidade do regime nazista, uma vez que Röhm foi um dos primeiros apoiadores de Hitler e teve muita importância na ascensão do Partido Nazista ao

poder. No entanto, a crescente influência de Röhm e da SA representava uma ameaça ao controle absoluto de Hitler.

O assassinato de Ernst Röhm durante a *Noite das Facas Longas* foi motivado principalmente por razões políticas e de poder, mais do que pela sua homossexualidade. À medida que Hitler consolidava seu poder, a SA e seu líder começaram a ser vistos como uma ameaça, tanto por Hitler quanto pelos militares tradicionais alemães, que desconfiavam das ambições de Röhm e da SA.

Röhm defendia uma “segunda revolução” que promoveria mudanças sociais e econômicas radicais, algo que assustava tanto a elite militar quanto a elite industrial, que eram essenciais para a consolidação do poder de Hitler. A insatisfação crescente com a SA, tanto dentro do partido quanto entre os militares e a elite econômica, fez com que Hitler visse a eliminação de Röhm e outros líderes da SA como uma necessidade para garantir seu controle absoluto e o apoio das Forças Armadas. Embora a homossexualidade de Röhm fosse conhecida e usada como pretexto para sua difamação, ela não foi o fator principal para sua eliminação. A verdadeira razão, conforme Maracin (2013), estava enraizada nas complexas dinâmicas de poder dentro do regime nazista. Röhm e a SA representavam uma força desestabilizadora, que podia desafiar a autoridade de Hitler e interferir em seus planos de aliança com o exército alemão. A homossexualidade de Röhm foi um elemento utilizado para justificar moralmente o massacre, mas a motivação central foi, indiscutivelmente, a manutenção e a consolidação do poder político de Hitler.

Como vimos ao longo deste capítulo, até aqui, o sujeito homossexual foi designado de diferentes formas. Tais designações não são inocentes, muito pelo contrário, suscitam efeitos de sentidos que merecem ser lidos/interpretados. É o que faremos na próxima seção deste trabalho.

2.3 As designações sobre os homossexuais

Recortamos, nesta seção, algumas Sequências Discursivas (SD's) a fim de darmos visibilidade ao modo como o sujeito homossexual é discursivizado e se

discursiviza. Tais SD's são recortadas a partir de biografias⁴³ e remetem às designações atribuídas ao referido sujeito, pois, nos chama a atenção determinadas marcas linguísticas – em especial adjetivos e predicativos –, cujo funcionamento discursivo produz determinados efeitos de sentido, mostrando a posição-sujeito que ali enuncia. Para tanto, faz-se necessário discutir o que estamos entendendo, neste trabalho, sobre este conceito.

Deslocamos a noção de *designação* a partir de Guimarães (2005), uma vez que, conforme o próprio autor esclarece, ele coloca-se em consonância com aqueles que não consideram a linguagem como transparente, pois entendem que sua relação com o real é histórica, portanto, assume uma posição materialista. Para o autor, designação não corresponde à nomeação e nem à referência (denotação).

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que poderia chamar de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (Guimarães, 2005, p. 9).

Nota-se que, para o estudioso, designação encaminha para a significação de um nome, mas não em um sentido abstrato. O sentido atribuído a uma palavra em um discurso específico resulta de um processo de nomeação que se iniciou no passado e que foi investido de memórias e de outros discursos. Diante disso, podemos afirmar que, se hoje esse termo possui um sentido em vez de outro, é significado pela historicidade das nomeações e referências já realizadas. Dessa forma, considerar as designações como meras referências a um nome específico desconsideraria as múltiplas formas pelas quais diferentes designações podem remeter ao mesmo sujeito. Isso posto, pensamos a designação não somente como processo discursivo, mas a como uma construção que resulta também de operações linguísticas.

Compreendemos, portanto, que designar se constitui num processo simbólico em que “a prática de linguagem significa o mundo, por recortá-lo”

⁴³ As biografias selecionadas, conforme já mencionado, são indicações no material educativo “Além do silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida”, disponibilizado no site do Museu do Holocausto de Curitiba e que faz parte do evento alusivo ao Mês do Orgulho LGBTQIA+, em junho de 2022.

(Guimarães, 2005, p. 9). A designação é um processo discursivo em que sujeitos, em suas posições-sujeito, se apropriam da realidade ao atribuir-lhe sentidos por meio do discurso. Desse modo, os nomes funcionam como instrumentos de identificação tanto do real quanto do sujeito, refletindo a divisão e a interpretação do mundo mediadas pela linguagem.

Nossa reflexão se dá sobre as designações referentes aos homossexuais perseguidos e presos em campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, no contexto de sua marginalização, de sua produção discursiva e de sua circulação histórica. Essas designações decorrem da emergência de discursos de ódio e de exclusão, e também responsável por elas, baseia-se na produção de enunciados nos quais se manifestam posições por vezes antagônicas em relação a esse fenômeno, permitindo-nos reconhecer a existência de discursos pró e contra a perseguição de minorias sexuais.

No caso dos homossexuais perseguidos durante o regime nazista, é possível analisar discursos que justificavam a perseguição (como a ideologia nazista de pureza racial e moral) e discursos de resistência que buscam resgatar e honrar as vítimas dessa violência. Essa análise nos possibilita interpretar como os discursos são construídos, disputados e transformados ao longo do tempo.

Para efeitos de análise, separamos as sequências discursivas selecionadas das biografias dos homossexuais sobreviventes do Holocausto (Rudolf Brazda e Pierre Seel) a partir do material educativo elaborado pelo MHC e que está disponibilizado em sua página da *internet*. No texto-imagem 12 a seguir, trazemos um print de tela com a seção *Dicas de livros* da Cartilha *Além do silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida*. Nele, temos a indicação da obra *Triângulo Rosa – um homossexual no campo de concentração nazista*, que narrativiza a vida de Rudolf Brazda, conhecido por ser o último sobrevivente dentre os homens que foram perseguidos e presos pelo regime nazista por serem homossexuais. Nascido em 26 de junho de 1913, na Alemanha, ele foi condenado com base no Parágrafo 175 e deportado para o campo de concentração de Buchenwald, em 1942, onde permaneceu até a libertação do campo, em 1945. Após a guerra, ele viveu de forma discreta na França e só ganhou notoriedade

pública no final de sua vida, tornando-se um símbolo da luta pelos direitos LGBTQIA+. Rudolf Brazda faleceu em 3 de agosto de 2011, aos 98 anos.

Texto-imagem 12: Dicas de livros – cartilha “Além do silêncio...”



Fonte: MHC (2022).

As sequências discursivas selecionadas buscam dar visibilidade às designações com as quais o sujeito homossexual era discursivizado durante a Segunda Guerra Mundial para, desta maneira, no fio do discurso, mostrar como os discursos da contemporaneidade se ancoram e configuram efeitos de repetibilidade e permanência da violência e intolerância contra esses sujeitos.

Nossas análises mobilizam sequências discursivas e, diante disso, reunimo-nos em torno de sentidos sobre a homossexualidade que se repetem e se aproximam, a saber: 1) exclusão social; 2) o discurso patológico da anormalidade; 3) pecado e atentado à moral.

SD5

Nesse momento, o SS que estava na minha frente, depois de fechar com violência meu arquivo, chamou-me de **Schweinhund**, de 'cachorro asqueroso', ou seja, de viado (*sic*) imundo. O interrogatório estava apenas começando. Eu conhecia outros homossexuais? Quais eram os seus nomes e endereços? Eu havia ouvido falar de fulano ou cicrano? Não era verdade que tal eclesiástico gostava muito dos jovens? Quais eram nossos locais de encontro? Ele sabia na verdade muito mais do que eu. Eu permanecia calado. (Sell, 2012, p. 40, grifos nossos).

SD6

Em um longo discurso sobre os charmes da Alemanha nazista, com a cruz de ferro no peito, incitava o seu frágil auditório. Nós, **dejetos da sociedade**, deveríamos parar de ser **rebeldes**, diante do destino entusiasmante do grande Reich. O nacional-socialismo deveria ser o nosso único valor. Mas nós não passávamos de **vermes**, e a tarefa de nos ‘reeducar’ era pesada. (Sell, 2012, p. 48-49, grifos nossos).

SD7

Com minha faixa azul, rapidamente compreendida pelos meus companheiros de infortúnio, tinha consciência de que não tinha nada a esperar deles: o delito sexual é uma carga suplementar na identidade carcerária. Pude verificar isso mais tarde, quando passei um tempo visitando uma prisão em Rouen. No universo dos detentos eu era um **elemento completamente desprezível**, uma **erva daninha** ameaçada de ser sacrificada a todo o momento, **sem alma**, segundo as exigências aleatórias dos nossos carcerários (Sell, 2012, p. 51, grifos nossos).

SD8

Eu ainda não tinha conhecimento do destino terrível infligido pelos nazistas aos homossexuais alemães desde 1933. Na Alsácia, os rumores se referiam simplesmente a expulsões de homossexuais para a fronteira, na zona livre, entre Lyon ou Bourg-en-Bresse. Eu me lembro de um amigo cabeleireiro em Mulhouse cuja partida precipitada parecia uma expulsão do território. Os **indesejáveis** deveriam partir dentro de prazos muito curtos levando apenas trinta quilos de bagagem. (Sell, 2012, p. 37 grifos nossos).

SD9

Também não há mulheres. Buchenwald recebe principalmente os deportados pela repressão: os adversários políticos e outros **indesejáveis**, como Rudolf, todos eles são atingidos por uma medida de *Schitzhaft*. (Schwab; Brazda, 2011, p. 109)

As sequências discursivas acima fazem parte do que nós denominamos de categoria que sinaliza para a “exclusão social”. Já demos visibilidade ao longo desta tese ao fato de que os homossexuais, durante a Segunda Guerra Mundial, tornaram-se alvos do Regime Nazista e, diante disso, eram perseguidos e levados aos campos de concentração, portanto, a exclusão social é marcadamente realizada. No entanto, entendemos que essas designações, pelo jogo discursivo, reforçam o caráter persecutório e excludente por meio da língua em funcionamento, do discurso.

Na SD5, temos o sujeito homossexual narrando um interrogatório que sofreu em decorrência de sua sexualidade. Nele, há a designação “*Schweinhund, de ‘cachorro asqueroso’, ou seja, de viado⁴⁴ imundo*”, que o predica como um sujeito

⁴⁴ Mantemos, aqui, a grafia da palavra ‘viado’ como consta no livro de Schawb e Brazda (2011), pois, entendemos que ela é uma abreviação da palavra ‘transviado’, comumente utilizada para se referir ao sujeito homossexual.

a ser evitado, uma vez que sinaliza para a sua inferioridade. O sujeito homossexual, nessa SD, é desumanizado, uma vez que pela memória discursiva é associado à degeneração e à animalidade. Ressoam, portanto, discursos religiosos e morais que, pela historicidade, patologizam e estigmatizam a homossexualidade.

As metáforas do *'cachorro asqueroso'* e do *'viado imundo'* sinalizam para efeitos de sentido em que ocorre a desumanização do sujeito homossexual, uma vez que os aproximam do animal que vive da pior maneira possível, são sujos, asquerosos, aquilo que causa aversão e, por isso, devem ser amplamente perseguidos, e excluídos do convívio social. Essa animalização do sujeito homossexual corrobora com a ideia de que ele não pertence ao mundo humano.

Vale destacar, ainda, que o sujeito homossexual é interpelado como *'imundo'* e *'asqueroso'*, correspondendo, portanto, à ideologia dominante que o exclui e o marginaliza. O silêncio do narrador quando enuncia *"eu permanecia calado"* sinaliza para efeitos de impossibilidade de resistência imediata, trazendo efeitos de evidência de como o sujeito é assujeitado pelo discurso opressor.

A SD6, por sua vez, traz as designações *'dejetos da sociedade'* e *'vermes'* que funcionam no eixo da formulação significando como aquilo que pode ser desprezado, descartado, sem valor. Entendemos que essa designação opera como um mecanismo de exclusão à medida que sinaliza para o sujeito homossexual como aquele que não tem lugar na sociedade. Ainda, destacam-se sentidos em que atrelam a figura do sujeito homossexual à da sujeira, da degeneração e da marginalidade. Por essa memória ressoam efeitos de sentidos que autorizariam a violência contra o sujeito homossexual, significando-o como descartável, sujo, degenerado, não mereceria, por parte dos demais sujeitos, em especial aqueles que compactuavam com a ideologia hitlerista, os cuidados, a atenção, o respeito, a cordialidade. Afirmamos que esse efeito de descartável ancora-se na metáfora estabelecida pela designação *"dejeito"*.

O sujeito homossexual, considerando, ainda, a SD6, de acordo com a posição dos nazistas deveria desidentificar-se de sua formação discursiva homossexual para inscrever-se e aceitar somente a ideologia nacional socialista. Não adiantaria lutar contra a ideologia dominante, ser *'rebelde'* não levaria o

sujeito homossexual a conquistar seu espaço na sociedade, uma vez que a subjugação aos domínios do Campo de Concentração estava estabelecida.

Os significantes '*elemento desprezível*' e '*erva daninha*' designam o sujeito homossexual como indesejável e extremamente perigoso, operando como marcas de exclusão pelas quais ressoam efeitos de sentido que sinalizam para um sujeito que não merece compaixão e respeito. Pela memória discursiva operam efeitos de sentido em que esse sujeito precisa e deve ser extirpado da sociedade, como a '*erva daninha*' que atrapalha a plantação, a colheita, pois, como já salientado ao longo deste trabalho, esses sujeitos seriam um risco para a manutenção e a continuidade da raça pura, pois não estariam '*disponíveis*' para a procriação.

Não se pode deixar de mencionar a designação '*sem alma*', da qual ressoa o discurso da ideologia cristã, bem como a nazista, que pregam a homossexualidade como pecado, como passível de punição divina e não ter alma é indicativo de um sujeito que não segue os preceitos religiosos, ou seja, não está em contato com o divino.

Os nazistas, pelo discurso, frequentemente desumanizavam os grupos que consideravam '*indesejáveis*', retratando-os como '*sub-humanos*' ou '*sem valor*', configurando uma estratégia discursiva que visava justificar a manutenção das perseguições, prisões e extermínios. Na SD7, o sujeito destaca que sabe que é designado como '*sem alma*', o que faz ressoar a sua desumanização, sua descartabilidade e sua indignidade dentro do universo de exigências dos nazistas.

Nas SD's 8 e 9 funciona a repetição da designação '*indesejáveis*' e por sua razão fechamos o que chamamos de primeira categoria de análise com ela, reforçando a '*exclusão social*' praticada nos campos de concentração. Essa designação sintetiza nossa prática analítica e indica nossa tomada de posição na realização de '*gestos*' de interpretação.

Ser '*indesejável*', dadas as condições de produção da Segunda Guerra Mundial, autoriza-nos a compreender essa designação como não '*ser bem-vindo*' na Alemanha. Essa designação opera como mecanismo de exclusão em que o sujeito homossexual não tem lugar no território, havendo o apagamento de sua identidade, pois, mesmo ele sendo alemão, seria recolhido ao campo de concentração por infringir o Parágrafo 175.

Essa designação está alicerçada em uma memória discursiva que historicamente associa a homossexualidade à marginalidade e à exclusão, convocando e fazendo funcionar os domínios de discursos religiosos, médicos e morais que, por muito tempo, edificaram a homossexualidade como uma ameaça à ordem social, à moralidade e à pureza da sociedade, como bem dissemos. Considerando as condições de produção em que tais discursos se materializam, o período da Segunda Guerra Mundial, essa memória ressoa e se intensifica, justificando a expulsão e a violência contra os homossexuais como uma forma de proteger a nação destes ‘inimigos’.

As práticas de animalização e de desconstrução desses sujeitos ressoam desde o interdiscurso, compreendido por Pêcheux ([1975] 2009, p. 149, grifos do autor) como o

[...] próprio de toda formação discursiva [que] é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Nesse sentido, o interdiscurso, que é aquilo que já está lá, em outro lugar, dito antes, nos mostra como esses sentidos já estavam circulando antes mesmo do Reich assumir o poder na Alemanha, mas, com a ascensão do nazismo, foram apropriados e radicalizados pelo regime para servir a seus propósitos ideológicos. Assim, quando os nazistas designam os homossexuais de ‘*indesejáveis*’, eles não estão criando um novo sentido, mas sim retomando e reforçando uma cadeia de sentidos já estabelecida, que legitima a exclusão e a violência. A historicidade desse discurso dá visibilidade ao modo como a homossexualidade foi sistematicamente construída como o que precisa ser eliminado, seja por meio da expulsão, da prisão ou da morte.

Continuando a análise de nossas sequências discursivas, mobilizamos a segunda categoria por nós elencada, reunidas em torno do sentido de discurso patológico da anormalidade, portanto, de enunciados que se estruturam nos discursos médico e religioso.

SD10

Surpreendentemente, a família de Brazda aceita de bom grado que o caçula não faça parte dos '**normais**'. (Schwab; Brazda, 2011, p. 26, grifos nossos).

SD11

Rudolf, esgotado, conclui que se encontrava com Erna 'para tentar me livrar do **meu vício**. Mas não consegui, porque amava muito Toni. Eu disse a verdade sobre todos os pontos e o confiro com a minha assinatura." (Schwab; Brazda, 2011, p. 88, grifos nossos).

SD12

Antes que os juízes se retirem para deliberar, Rudolf tem pela última vez direito à palavra. Ingenuamente, ele espera se beneficiar de circunstâncias atenuantes alegando que certamente sua homossexualidade é **um distúrbio mórbido**. Mas é tempo perdido. Pouco depois das 13 horas, o tribunal, sobe a presidência do juiz Bauch, retorna para proferir a decisão: o acusado é culpado de luxúria ao relacionar-se com outro homem. Ele é condenado a seis meses de prisão e ao pagamento das custas judiciais. O tempo já cumprido na detenção preventiva será descontado da duração da prisão imposta pela sentença. (Schwab; Brazda, 2011, p. 47, grifos nossos).

SD13

Enquanto espera, Peyer gira em círculos, mas Josef não desconfia de nada, embora há dois meses sua casa esteja vigiada. Em vão. O próprio inspetor foi lá duas vezes para revistar o quarto do suspeito, que não estava em casa. Assim, o inspetor interrogou outras pessoas... e o fez com os sentidos bastante apurados. Muito rapidamente dois vizinhos confirmam que várias vezes alguns homens visitaram Josef em sua casa. Uma dessas pessoas vai mais longe: 'Comecei a pensar que ele tem **tendências anormais** [...]. No ano passado – devia ser outono –, veio visitá-lo um senhor que trouxe flores'. (Schwab; Brazda, 2011, p. 77, grifos nossos).

SD14

Um dia [...], devia ser mais de 11 horas da noite, eu já estava deitado, e ele bateu na minha casa e eu o deixei entrar. Não pratiquei **atos antinaturais** com ele. (Schwab; Brazda, 2011, p. 85, grifos nossos).

As SD's acima dão visibilidade às designações do sujeito homossexual durante a Segunda Guerra Mundial e produzem efeitos de sentido que sinalizam para o discurso médico, em especial aquele que aborda a homossexualidade como patologia, bem como já destacado ao longo deste trabalho. A SD10 destaca a designação 'anormal' para predicar o sujeito homossexual. Essa aparente aceitação da família do sujeito é pela sua 'anormalidade', ou seja, mesmo que haja aceitação, é pelo anormal, pelo patológico.

Considerar o sujeito como pertencente à categoria dos ‘anormais’ é compreender que a heterossexualidade é o padrão a ser seguido, a norma estabelecida. Portanto, operam sentidos de exclusão e efeitos de que homossexual está à margem daquilo aceito como o normal. Regulam esse sentido o interdiscurso que aciona, pela memória, o discurso ancorado na medicina, que entende ser a homossexualidade algo desviante e passível de cura, bem como o religioso, ao estabelecer que o sujeito homossexual pratica ‘atos antinaturais’, mas qual natureza está sendo ferida?

Desde o interdiscurso ressoam no eixo da formulação sentidos já sedimentados em discursos médicos, religiosos e morais que, na historicidade, associam a homossexualidade à anormalidade. A aceitação da família de Brazda, ainda que ‘de bom grado’, sinaliza uma identificação com a ideologia perpassada, nesses discursos, que naturalizam a exclusão do sujeito homossexual, mas, para além disso, o condenam e corroboram para sua marginalização.

Essa construção discursiva da homossexualidade como ‘anormal’ pode ser entendida à luz da noção de patologia desenvolvida por Georges Canguilhem (2022), uma vez que este autor compreende o patológico não simplesmente como a ausência de uma norma, mas como a incapacidade de ser normativo, ou seja, de adaptar-se e criar novas formas de viver. Na SD10, a homossexualidade é designada como fora da norma, como uma ‘anormalidade’ que precisa ser tolerada, mas não questionada. Essa tolerância é uma forma de controle social, que busca manter a norma heteronormativa intacta, mesmo que aceitando exceções.

No entanto, a própria existência do sujeito homossexual como ‘não normal’ já sinaliza uma forma de resistência à norma. Para Canguilhem (2022), a resistência à patologização só é possível quando o sujeito é capaz de criar novas normas, de adaptar-se e de transformar suas condições de produção. Nesse sentido, a aceitação da família de Brazda, embora aparentemente positiva, ainda reforça a ideia de que a homossexualidade é uma exceção à regra, um ‘outro’ que precisa ser tolerado, mas não necessariamente integrado.

Como é possível ser lido nas SD11 e SD12, o discurso acerca da homossexualidade como patologia opera o que entendemos ser uma repetibilidade, um já-dito.

Se os discursos são repetidos, eles não são retomados “termo a termo”, “ao pé da letra”. Por serem repetidos no infinito da fala e a fala disseminá-los em enunciados que, por serem repetições, não são nem reformulações literais, nem recriações ao acaso. Não há uma identidade de um discurso ou de uma formação discursiva que venha reinscrever-se de forma anônima nas tomadas de palavras individuais; há tomadas de palavras individuais que, por força de divergir, convergem. (Courtine; Marandin, 2016, p. 46, grifos do autor).

Os autores afirmam, ainda, que “há repetições que fazem discursos”. Como já dissemos, ancorados em Pêcheux e Fuchs ([1975] 2009), o sujeito, na ilusão de ser fonte do dizer, acredita que os enunciados são produzidos por ele. Trata-se de já-ditos que foram produzidos em outras condições de produção e retornam na base do dizível, no eixo horizontal. Nesse sentido, compreendemos que a designação ‘vício’ desloca-se de uma formação discursiva para outra, instaurando sentidos de que a homossexualidade é uma doença, uma fraqueza do sujeito e, por isso, precisa ser curada, ou que ele se reeduque. No entanto, ao identificar-se com a formação discursiva que instaura sentidos da homossexualidade como doença, o sujeito contraidentifica-se dela ao enunciar que ‘amava muito Toni’, instaurando novos efeitos de sentido que sinalizam para a resistência.

A SD12 apresenta um ponto interessante a se destacar: o sujeito homossexual ‘simula’ identificar-se com as redes de sentido que significam a homossexualidade como patologia ao enunciar que ‘sua homossexualidade é **um distúrbio mórbido**’. Entendemos que essa interpelação ideológica que o faz forjar uma aparente aceitação dos preceitos da formação discursiva dos nazistas é uma estratégia para livrar-se de um julgamento mais pesado, ‘fingindo’ entendê-la como patologia. Como diz Orlandi (2010), pelas formações imaginárias antecipa-se e diz o que o ‘outro’ quer ouvir, falseando o seu dizer, que deriva para o novo, para sentidos outros. Esse sujeito instaura o novo, sentidos outros que o fazem aceitar a sua nova estrutura familiar. Além disso, a SD12 corrobora com discursos religiosos acerca da homossexualidade como pecado, um sujeito é preso, ancorado no Parágrafo 175, por luxúria, ou seja, por ter mantido relações sexuais com outro homem.

As SDs 13 e 14 destacam como a homossexualidade foi, ao longo dos tempos, sendo configurada como uma ‘anormalidade’ e algo ‘antinatural’,

justificando práticas de vigilância, exclusão e violência. Nossas pesquisas mostram que os homossexuais durante a Segunda Guerra Mundial foram observados pelos membros da SS a fim de serem pegos e enquadrados no Parágrafo 175 e, quando isso ocorria, eram levados para os campos de concentração. Muitos deles foram mortos com a justificativa de que seria uma maneira de reestabelecer a ordem natural das coisas e preservar a raça pura, ideologicamente defendida pelos nazistas.

Na SD13, a designação ‘tendências anormais’ e na SD14 a designação ‘atos antinaturais’ também operam a repetibilidade do discurso como mecanismo de exclusão, reiterando a ideologia de que a homossexualidade é uma anomalia que precisa ser controlada. A menção ao ‘senhor que trouxe flores’ sinaliza uma vigilância constante sobre o sujeito homossexual, que é visto como suspeito e perigoso, ou seja, pelo que ressoa do interdiscurso entendemos que se instaura uma nova rede de sentidos, atrelada à formação discursiva nazista, que pratica a repressão marcada pela vigilância de caráter policial e social, uma vez que fora o vizinho o agente da denúncia. A SD14 sinaliza para o discurso biológico à medida que ser homossexual corrompe a natureza humana e, por isso, é uma prática que não deve ser realizada. A negação do sujeito ao enunciar ‘não pratiquei atos antinaturais’ sinaliza para efeitos de conformidade, pois nega sua própria natureza, sua própria identidade.

Nossa próxima categoria analítica foi nomeada de “pecado e atentado à moral”. Nela, selecionamos duas SDs e, a partir delas, visamos analisar de que forma o discurso religioso se mantém, por meio das repetibilidades, e instaura novos efeitos de sentido.

SD15

Um ‘casamento’ em Brossen, na família de Rudolf, ainda que para Werner as coisas não sejam assim tão fáceis. Sua mãe, muito devota, lhe diz um dia: **‘Continue nesse rumo se você deseja viver inteiramente em pecado! Você deverá prestar contas diante do Senhor!’** (Schwab; Brazda, 2011, p. 26, grifos nossos).

SD16

Sessenta e cinco anos antes, mais precisamente no dia 18 de janeiro de 1871, a Prússia reunia os estados alemães em uma federação durante uma cerimônia majestosa no Palácio de Versalhes, marcando a proclamação do Império Alemão ou II Reich. O novo Estado é dotado de

um código penal cujo parágrafo 175 estipula que **‘luxúria contra o que é natural, realizada entre pessoas do sexo masculino ou entre o homem e o animal, é passível de prisão**; pode também acarretar a perda de direitos civis.’ (Schwab; Brazda, 2011, p. 29, grifos nossos).

Destacamos, inicialmente, que a SD15 abarca as condições de produção em que Brazda e Werner vão se casar e, em decorrência disso, a família do segundo é contrária ao matrimônio. Assim, compreendemos que o sujeito nas SDs mobilizadas é constituído a partir de discursos que o interpelam e o posicionam em relação às normas sociais, religiosas e legais. Na SD15, o sujeito é interpelado pelo discurso religioso da mãe, que o adverte sobre o pecado e a necessidade de prestar contas diante de Deus em decorrência de suas ações na terra. Nesse discurso religioso, os sujeitos incluem saberes em torno da moral cristã e da noção de pecado como transgressão das leis divinas e, portanto, o sujeito Brazda divide-se entre a negação do que ele é os valores que a mãe buscar transferir para ele a partir dessa formação ideológica, a cristã, ameaçando-o com a punição pelo ‘pecado’ cometido.

Por sua vez, na SD16, temos outro aparelho ideológico, o Estado, que legisla sobre o que é considerado ‘natural’ e ‘moral’ no que concerne à sexualidade dos sujeitos. Consideramos que o discurso, conforme Orlandi (2008, p. 35), “é a materialidade específica da ideologia”. O Parágrafo 175 do código penal alemão, pelo que ressoa como memória, coloca a homossexualidade no mesmo eixo da imoralidade e do crime. Desse modo, condena o sujeito homossexual por transgredir as leis humanas e, complementarmente, as leis divinas. Portanto, os discursos religioso e jurídico se entrelaçam, reforçando o pressuposto de que certas práticas são pecaminosas e, portanto, passíveis de punição.

Os diferentes sentidos estabelecidos para os significantes homossexualidade/homossexual são determinados pela posição ideológica do sujeito que o enuncia, por meio de mecanismos que constituem efeitos de evidência, de naturalização de sentidos. Pêcheux ([1975] 2009, p. 135) destaca que “1) só há prática através de e sob a ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Por isso, na AD, não se destacam os indivíduos, mas, sim, os sujeitos, que assumem uma posição-sujeito no discurso.

Na SD15, presentifica-se a memória discursiva do discurso cristão sobre o pecado, que remonta aos textos bíblicos e à teologia. Tem-se, portanto, a repetibilidade, uma vez que esse discurso já se presentificou em outros momentos, em outras condições de produção, instaurando efeitos de sentido que reforçam certas práticas que são moralmente inaceitáveis. Ainda na SD15, pela metáfora ‘viver inteiramente em pecado’ o comportamento de Werner configura-se como desvio moral e espiritual, sinalizando um caminho que leva o sujeito à perdição, à não salvação.

Os discursos filiados às formações ideológicas da religião, da política e do jurídico se tocam, mesmo que sutilmente, na SD16, pois, ao criminalizar a homossexualidade como ‘luxúria’, o sujeito é interpelado pela conjuntura política, dando visibilidade ao Parágrafo 175 que interpela o sujeito pelo discurso religioso, associando o homossexual ao pecador, à lascívia, à tentação da carne que é corrompida quando se deita com outro homem. O discurso jurídico, nesse caso, funciona como uma extensão do discurso religioso, retornando à memória de que a moralidade deve ser imposta pela força da lei (e pela fé).

CAPÍTULO 3

MUSEUS, MEMÓRIA E DISCURSOS: O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA COMO ESPAÇO DE DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL

[...] o museu que tomamos como objeto de pesquisa, considerando as práticas sociais e linguageiras, em que o sujeito gerencia, de certo modo, o presente e o devir, como diz Koselleck ([1979], 2006), dotando o passado de futuros. Isso significa ver o museu como lugar de memória, como um espaço político, de disputa de sentidos, em que se estabelecem relações de força o tempo inteiro, coexistindo discursos e contradiscursos. É preciso considerar que há um projeto de gestão em cada espaço de memória e que esse é um espaço político, assim como o é toda a tomada de posição em relação aos objetos simbólicos que constituem o museu, dando visibilidade ao modo como eles são discursivizados. (Venturini, 2023, p. 246-247)

A epígrafe com que iniciamos este capítulo indica as nossas tomadas de posição, enquanto sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Com isso, referendamos os discursos sobre museus e sobre acontecimentos históricos que funcionam como espaço político e são mais do que objetos em exposição, tendo em conta as memórias e os discursos que os significam. Conforme Venturini (2020), os museus relacionam-se sempre com o tempo, seja com o presente, seja com o passado ou com o futuro. Assim, o espaço museal é marcado pela memória e pela história. Enfim, o presente capítulo objetiva explorar o museu como um espaço de memória e de discurso, com foco no Museu do Holocausto de Curitiba (MHC), analisando como esse espaço instaura narratividades históricas, memoriais e identitárias, em particular a do sujeito homossexual.

Partindo da premissa de que os museus são instituições que mobilizam temporalidades, este capítulo busca compreender, ainda, como o MHC se constitui como um lugar de *rememoração* e *comemoração*, mobilizando discursos que ressignificam o Holocausto e suas implicações para a contemporaneidade. As análises se concentram na forma como o museu articula as exposições, os materiais educativos e as narratividades museológicas para promover reflexões sobre temas como intolerância, preconceito e direitos humanos, centrado nos

modos como esse significa o sujeito homossexual, muitas vezes, invisibilizado-o nas narratividades tradicionais sobre o Holocausto.

Para tanto, o capítulo está organizado em três eixos principais. No primeiro eixo, abordamos o museu pelo viés da museologia, pois entendemos ser necessário ancorar os deslocamentos propostos nesse domínio do conhecimento. No segundo eixo, deslocamos os sentidos do museu advindos da museologia com vistas a adentrar na perspectiva discursiva para compreendê-lo como um espaço de memória em (dis)curso. Com isso, propomos discutir sua função social e educativa, bem como sua relação com a história e com a produção do conhecimento. No terceiro eixo, retomamos as condições de produção da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, dando visibilidade ao surgimento do regime nazista e suas políticas de perseguição, que atingiram não apenas judeus, mas também outras minorias, dentre elas, os homossexuais. Nesse mesmo eixo, nos dedicamos a examinar como o MHC, por meio de suas exposições e materiais educativos, discursiviza o sujeito homossexual, por meio de gestos de interpretação em torno do passado/presente/futuro.

Desse modo, o capítulo estabelece relações entre os tempos tridimensionais (Catroga, 2021), o espaço museológico e os desafios enfrentados por essa comunidade na contemporaneidade. Ao longo das discussões, buscamos efeitos de evidência de como o museu, enquanto lugar de memória, não apenas preserva/presentifica/interpreta o passado, mas também o reinterpreta, abrindo espaço para novas leituras que contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente.

3. Museu: primeiras incursões

Este museu de tudo é museu
como qualquer outro reunido;
como museu, tanto pode ser
caixão de lixo ou arquivo.
Assim, não chega ao vertebrado
que deve entranhar qualquer livro:
é depósito do que aí está,
se fez sem risca ou risco.
(João Cabral de Melo Neto, 1997)

Estudar o campo dos museus é uma tarefa desafiadora, pois, conforme salienta Maria Eliza Linhares Borges⁴⁵, na apresentação do livro *Museu e Museologia*, de Dominique Poulot (2013), é uma área multidisciplinar, uma vez que, não raro, está associado ao campo da História e das Artes. Nesta tese, embora não sejam estes os caminhos a serem percorridos, entendemos que eles são indissociáveis, uma vez que tomamos o Museu como lugar de memória, em especial quando mobilizamos a teoria materialista do discurso, elaborada por Michel Pêcheux. Buscamos, neste primeiro momento, portanto, entender o museu como campo de trabalho para a museologia⁴⁶ a fim de, posteriormente, analisá-lo enquanto objeto discursivo o que significa buscar os efeitos de sentidos constituídos neste espaço.

Com isso, buscamos desfazer as evidências de verdade, objetividade, salientando a possibilidade de diferentes efeitos de sentidos a partir de sujeitos e de suas filiações ideológicas. Nessa perspectiva, o que está em exposição no museu se sustenta pelo que ressoa como memórias e em outros discursos, dando visibilidade àquilo que falha, aos furos que se constituem nos espaços museológicos e memoriais. Sobre essa questão interdisciplinar, vale destacar o asseverado por Gob e Drouguet (2019, p. 28):

Sem negligenciar os aspectos materiais ligados à conservação e apresentação dos objetos, a museologia situa-se, desde os anos 1980, na interseção de diferentes disciplinas das ciências humanas. É sociologia quando se interroga sobre o lugar do museu na sociedade e analisa seus públicos. É pedagogia na medida em que se preocupa com a missão didática do museu. Participa plenamente das ciências da comunicação, contribuindo para o estudo da exposição como mídia específica. E está intimamente ligada à história pela dimensão patrimonial do museu.

⁴⁵ Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e Membro do Grupo de Pesquisa chamado “Elementos Materiais da Cultura e do Patrimônio”.

⁴⁶ A designação *museologia* foi definida pela primeira vez em 1981 por Georges Henri Rivièri. Antes, no senso comum e fora do contexto acadêmico, era utilizado para designar tudo o que dizia respeito aos museus e, por extensão, “museólogo” referia-se a toda e qualquer profissão museal, mesmo aos organizadores de exposições independentes. Rivièri, então, passou a compreender a museologia como “Uma ciência aplicada, a ciência do museu. Ela estuda sua história e seu papel na sociedade, as formas específicas de pesquisa e de conservação física, de apresentação, de animação e de difusão, de organização e de funcionamento, de arquitetura nova ou musealizada, os sítios recebidos ou escolhidos, a tipologia, a deontologia.” (Rivièri, 1981, *apud* Gob; Drouguet, 2019, p. 29-30).

O significante *museu*, ao longo dos tempos, sofreu diversas tentativas de definição. Conforme Gob e Drouguet (2019, p. 26), foi com a publicação dos primeiros estatutos do Icom – Conselho Internacional de Museus –, em 1946, que se propôs sua primeira definição. No entendimento dos autores “museu diz respeito a todas as coleções de documentos artísticos, técnicos, científicos, históricos ou arqueológicos abertas ao público”. Destacam ainda que essa definição sofreu alterações, como mencionamos, a fim de atender às próprias demandas e particularidades das instituições museais.

No entanto, cabe destacar que a museologia, entendida neste trabalho como a disciplina que estuda os museus, ou seja, a ciência do museu, preocupou-se inicialmente com questões ligadas à conservação dos objetos e das obras de arte, bem como com as questões referentes à arquitetura. Mas, em 1934, na primeira Conferência Internacional de Museologia, realizada em Madri, a temática abordada foi sobre sua arquitetura e organização. Por sua vez, já nessa época, no âmbito anglo-saxão, o interesse acerca dos museus relacionava-se aos aspectos educacionais, isto é, ao papel didático do museu e pelo estudo de seu público. Assim, convém aproximar esse enfoque de museu enquanto espaço educativo à proposta educacional do MHC, espaço discursivo por nós analisado.

Reiss (2018), ao discutir a função social do MHC, enfatiza que ele serve como um espaço de memória e educação, visando não apenas preservar a história do Holocausto, mas também promover a reflexão sobre temas como intolerância, preconceito e direitos humanos. O autor ainda destaca que o museu busca sensibilizar os visitantes sobre os perigos da discriminação e da violência, utilizando o passado como uma ferramenta para construir uma sociedade mais justa e consciente no presente e no futuro.

Poulot (2013, p. 17), ao discorrer sobre a trajetória do significante *museu*, destaca que, em julho de 1951, o entendimento acerca deste espaço consistia em um estabelecimento que tinha como objetivo “conservar, estudar, valorizar por diversos meios e, essencialmente, expor para o prazer e a educação do público um conjunto de elementos de valor cultural [...]”. Nesse sentido, a concepção de *museu*

na contemporaneidade, considerando o que apregoa o próprio Icom, não é muito diferente.

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite. (Poulot, 2013, p. 18).

Consoante a esse entendimento do museu enquanto espaço de difusão de conhecimento, história e cultura, salientamos que MHC configura-se como este espaço que, em sua própria missão, se discursiviza como um local de rememoração de saberes, de histórias, de discursos, de testemunhos de/sobre o Holocausto, sobre os sobreviventes e suas narratividades. Sobre o MHC nos deteremos detalhadamente na sequência deste trabalho.

Poulot (2013) destaca que, com o passar do tempo, as considerações acerca da definição e atribuições de um museu sofreram transformações. Mais do que nos atermos a elas, cabe salientar que as mesmas abarcam, não raro, traços que as aproximam. Nesse sentido, ao considerarmos Tomislav Sola, um dos museólogos europeus “clássicos”, nas palavras de Poulot (2013, p. 20), teremos que o espaço museal é significado como uma organização sem fins lucrativos e que se apresenta como um lugar que “coleciona, analisa, preserva e apresenta objetos pertencentes ao patrimônio natural e cultural de maneira a aumentar a quantidade e a qualidade dos conhecimentos”. Diante dessa compreensão do que vem a ser um museu, tem-se como finalidade destes lugares a diversão dos visitantes, mas, principalmente, a partir de argumentos científicos, dar possibilidade à compreensão das experiências do passado, pois, em decorrência delas, serão encontrados os caminhos necessários para o presente e o futuro.

Nesta busca pelos gestos de interpretação do significado e funcionamento dos museus, devemos nos atentar para suas funções. Para isso, Gob e Drouguet (2019) apresentam o modelo PRC proposto por Peter Van Mensch: conservação (*preservation*), pesquisa (*research*) e comunicação (*communication*). Ao tomarmos a comunicação como destaque, entendemos que é a partir dela que o museu

conversa com o público, com seus visitantes, uma vez que é a esses que correspondem as ações e exposições museológicas.

Gob e Drouguet (2019) apresentam quatro funções a serem cumpridas pelo museu. A primeira é a função de *exposição*, que corresponde, no entendimento dos autores, à premissa básica destes espaços, pois, conforme afirmam, “Sem exposição acessível ao público, não se pode falar em museu” (p. 83). Ao dar visibilidade ao acervo, por meio de exposições abertas ao público, sinalizamos para efeitos de sentido de nacionalização do patrimônio cultural.

Outra função do museu, a segunda, conforme os autores, é a *conservação*. Cabe aos espaços museais a tarefa de possibilitar a conservação adequada dos objetos que lhe foram confiados porque são responsáveis pela reunião e preservação do patrimônio, garantindo a segurança desses materiais contra roubo e degradações causadas por agentes de quaisquer naturezas.

A terceira função dos museus, de acordo com Gob e Drouguet (2019), é a *científica*, considerada via de mão dupla, uma vez que serve para a manutenção dos objetos já catalogados, como para a pesquisa de novos materiais que poderão ser expostos. A pesquisa é indispensável tanto para a missão museológica de preservação do patrimônio quanto para a credibilidade junto ao público, pois, conforme os autores, serve à catalogação das coleções, bem como aos estudos internos e externos.

Por fim, tem-se a quarta função do museu: a *animação*. A mais recente das funções, compreende que o museu é:

[...] um ator da vida cultural e social de sua cidade e de sua região. A animação funciona como um motor na instituição museal e pode assumir diversas formas: atividades pedagógicas, visitas guiadas, conferências, concertos, oficinas, eventos e manifestações de diversos gêneros. (Gob; Drouguet, 2019, p. 83).

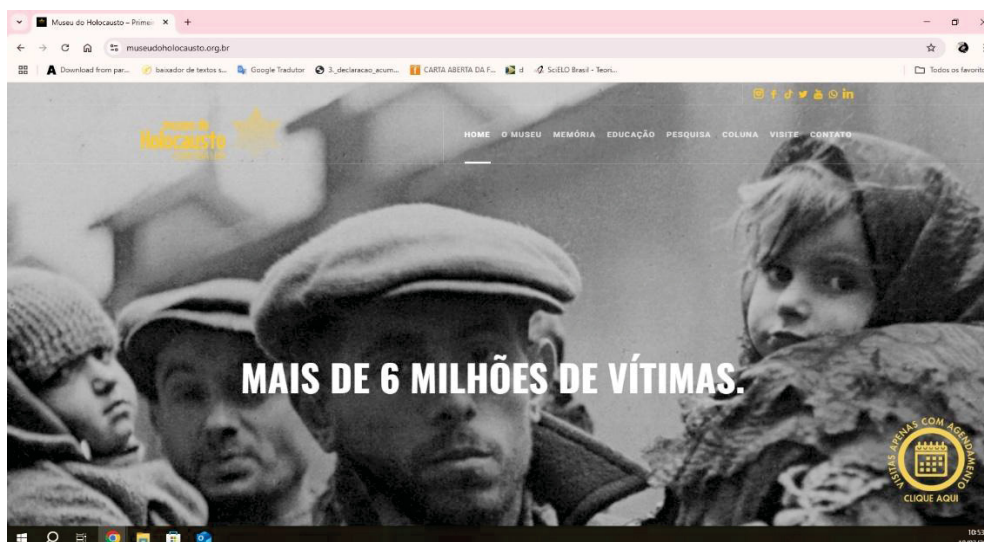
Os museus, como conhecemos na contemporaneidade, surgiram na segunda metade do século XVIII, dentro do espírito do Iluminismo. No entanto, colecionar peças e obras de arte remonta ao tempo da Grécia Antiga. Germain Bazin, historiador de arte, entende que o espaço museal liga-se aos gregos, pois, conforme destaca, foram eles que começaram a colecionar objetos artísticos. Daí

seu entendimento da intrínseca relação entre museu, arte e tudo que a envolve, como mercado, obras antigas, coleção.

O grande feito do museu durante o Iluminismo foi romper com o colecionismo, advindo da antiguidade clássica grega. Novas ideias e concepções perpassaram, no século XVIII, a noção de museu, uma vez que este espaço passou a ser difundido como revolucionário, não em relação ao contexto social e político da época, mas no que concerne ao rompimento com essa premissa inicial de colecionar, visto que passou a estabelecer como sua função a reinterpretação da “coleção humanista na perspectiva do iluminismo. O museu é destinado ao público e à sua educação; o museu é um instrumento de conhecimento e de patrimonialização.” (Gob; Drouguet, 2019, p. 34).

Os museus, conforme Sousa e Venturini (2020, p. 120), “têm existência pela visitação e pelo modo como fazem sentido para sujeitos, fazendo-se em (dis)curso dentro de uma formação social.” Dentro dessa delimitação realizada pelas autoras, recortamos, como já mencionado, o MHC.

Texto imagem 13: Apresentação do site



Fonte: MHC (2025).

A página do site do Museu do Holocausto de Curitiba (MHC) apresenta, no canto superior esquerdo, a logomarca do espaço, que consiste no nome do espaço

e a cidade/país em que está localizado acompanhado de uma Estrela elaborada a partir da técnica de pontilhamento.

Ainda no campo superior da tela, são dispostas abas as quais os internautas podem acessar. Na aba HOME, são apresentadas 4 imagens rotativas, em que se alternam os seguintes enunciados: 1) “Crise. Intolerância. Esperança. – Conheça os fatos que mudaram a humanidade”; 2) “Por toda a vida vamos lembrar”; 3) “Nós ficamos 495 dias naquele buraco. – Bunia Kulish Finkel”; e, 4) “Mais de 6 milhões de vítimas” (texto-imagem 13).

O site é construído a fim de dar visibilidade às ações desenvolvidas pelo espaço museal, mas não repete o que está museu e isso se pode dizer, apontando que se trata de outra linguagem, alcança públicos diferenciados e é acessível pelo espectador na hora em que ele desejar, podendo retornar, ver novamente, pausar, etc., trazendo novas informações, novos dizeres, novos discursos. É nesse espaço digital que encontramos o Material Educativo *Além do silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida*.

3.1 O discurso e o espaço museal: lugares de memória

Nossa tese toma como espaço analítico o MHC, que abriga uma exposição permanente acerca da vida de judeus sobreviventes ao Holocausto, que imigraram para o Brasil. Nosso enfoque, no entanto, é o sujeito homossexual perseguido durante o Holocausto, mas que, como premissa do espaço museal em análise, ainda sofre perseguição e discriminação na contemporaneidade.

Da designação “homossexual” e dos efeitos de sentido que podem/devem ser lidos/interpretados/analizados, cabe a nós, enquanto analistas de discurso, debruçarmo-nos sobre o arquivo constituído a partir de pesquisas, de visitas ao MHC e de interpretações e de sentidos que ressoam a partir dele. Assim, compreender o funcionamento do museu enquanto objeto discursivo, que se coloca à análise, aos gestos de interpretação, parece-nos importante e necessário.

A noção lugar de memória, como espaço de guarda, na AD, foi mobilizado e deslocado por Venturini (2024, p. 75) que o toma como arquivo, que se movimenta, se transforma, diferenciando-se de

[...] campo de documentos pertinentes sobre um nome ou objeto. É mais do que isso: é em si mesmo um documento, não como mobiliário material, mas como objeto cultural que representa em si os conteúdos imaginários constitutivos dos objetos que arquiva.

Cada museu possui um plano de gestão e é a partir dele que organiza as exposições e o modo como se apresenta como intérprete também de acontecimentos históricos, como o Holocausto e dos sujeitos que foram alcançados por esse acontecimento. Em relação ao MHC, chama a nossa atenção o nome do museu “Museu do Holocausto de Curitiba”. A partir dessa designação, questionamo-nos: como dar visibilidade ao Holocausto? Como sentidos são produzidos quando um museu objetiva ser o espaço de rememoração/comemoração de um dos fatos mais emblemáticos da crueldade humana?

Para discutir a memória, Venturini (2024) apresenta os conceitos de *rememoração* e *comemoração*, entendendo a rememoração como discurso *de* (memória). A autora salienta que a *rememoração*, quando tomada sob a perspectiva da história e da antropologia, aproxima-se da recordação do passado. Mas, na perspectiva discursiva, ela é um discurso *de*, funcionando como memória, por exigir a mobilização de argumentos de verdade para construir efeitos de fidelidade aos fatos narrados.

A *comemoração* (discurso *sobre*) funciona no eixo da formulação, espaço com furos que são preenchidos pela memória como interdiscurso. No eixo da formulação, o discurso *de* e o discurso *sobre* funcionam juntos, pois um discurso sempre retoma outros discursos, que ressoam como o já-dito e significado antes em outro lugar. Além de preencher os ‘furos’ e possíveis lacunas. Enfim, Venturini (2024, p. 55) diz que a *rememoração* funciona como memória do saber, como interdiscurso pelo pré-construído (discurso *de*) e a *comemoração*, como intradiscurso, espaço da linearidade e da sintagmatização da memória (discurso *sobre*). Percorrendo esse caminho, a autora entende que:

[...] na constituição da memória discursiva, entendida como um fio que puxa outros fios e tece o discurso, o qual, pelos efeitos de verdade e evidência, lineariza-se como saturado, constitutivo de memórias lacunares. A rememoração, nos domínios da história e da antropologia, é

apenas citada como recordação; não chega a ser pensada como constitutiva da comemoração nem como indispensável para que esta se efetive. (Venturini, 2024, p. 55).

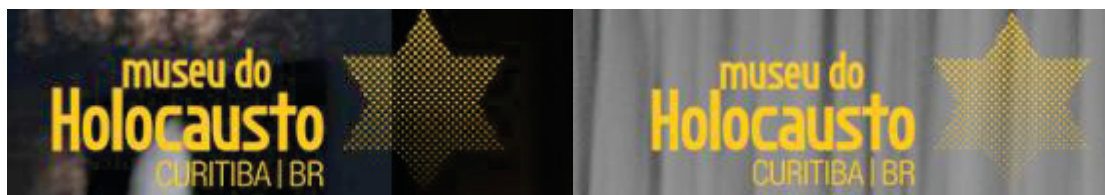
Em consonância com Venturini (2024), refletimos sobre dois conceitos determinantes no processo discursivo a saber: a *rememoração* e a *comemoração* como discurso *de* e discurso *sobre*.

É por meio desse processo que se constituem no fio do discurso pontos de estabilização que o legitimam e atualizam, sustentando-o, pela repetição, pela paráfrase, “pelos procedimentos de ‘fazer-crer’ e ‘fazer-ver’ e pelos procedimentos linguísticos que trazem para o fio do discurso efeitos de sentido” (Venturini, 2024, p. 82, grifos do autor).

Num processo marcado pelo retorno ao já-dito, suscitado pela repetição, a *rememoração*, o discurso *de*, se dá pela repetição ocorrida na dimensão não linear do dizer, ou seja, naquilo que já vem antes, estabilizando sentidos, sedimentando saberes, e instaurando o novo. Com isso, referendamos, a partir de Pêcheux ([1975] 2009), a não transparência do sujeito e do discurso.

Ao analisarmos o significante *museu*, o interpretamos, pelo imaginário popular, pelo senso comum, como lugar em que se guardam objetos históricos ou artísticos, como lugares em que a história narrativiza, em sua linearidade e sua cronologia. No entanto, o *museu* na perspectiva discursiva rompe com o senso comum e encaminha para a relação com o simbólico, devendo ser analisado pelo viés da ideologia e do atravessamento pelo inconsciente sem perder de vista as condições de produção e o projeto de gestão de cada instituição museal. O MHC objetiva presentificar o acontecimento trágico para que não se repita e faz isso pelo testemunho dos sobreviventes.

Texto-imagem 14: Logo do Museu do Holocausto de Curitiba



Fonte: MHC (2023).

O texto-imagem 14 apresenta dois recortes do site do MHC, dando visibilidade à sua logomarca. Neles, podemos ler o nome do espaço museal, a cidade onde ele se localiza, bem como a abreviação BR, referindo-se ao Brasil, acompanhado de uma Estrela de Davi pontilhada, na qual temos a parte superior mais preenchida. Esse preenchimento configura maior destaque ao que se vê na parte de cima. Vale salientar que, quando acessamos a página *online* do Museu do Holocausto, ela é rotativa, pois são diferentes enunciados.

Rees (2018, p. 277-278), auxiliando-nos na elucidação das condições de produção acerca da estrela amarela como marca distintiva do povo judeu, diz que, no final do verão e início do outono de 1941 houve discussões para alterar o cronograma da Solução Final⁴⁷. Parte dos fiéis seguidores de Hitler desejavam que os judeus fossem deportados para o Leste imediatamente e não somente ao final da guerra. Goebbels, que não aceitava que judeus ainda vivessem na cidade de Berlim enquanto alemães lutavam e morriam no *front* oriental, solicitou a Hitler que os inimigos fossem removidos da capital alemã. O líder nazista, no entanto, não aceitou a deportação dos judeus, mas acatou uma das proposições de Goebbels, ou seja, não manifestou contrariedade à ideia de que judeus alemães fossem marcados. Essa condição já havia sido consolidada na Polônia, isto é, os judeus foram obrigados a usar distintivos por algum tempo.

O texto-imagem 14 pode ser lido/interpretado/compreendido (Orlandi, 2012a) pelos funcionamentos da memória e pelos deslizamentos que ela produz. Compreendemos o interdiscurso como a memória, estruturada pelos pré-construídos de acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 142, grifos do autor), como efeito que “consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se estivesse sido pensado ‘antes em outro lugar, independentemente’”. A perseguição aos judeus é um acontecimento que perdura por muitos anos e como rememoração (discurso *de*) faz ressoar os textos sagrados, os quais dão visibilidade ao fato de os judeus não reconhecerem Jesus como salvador. No fio do discurso – discurso *sobre* - essas memórias retornam, como o

⁴⁷ A “Solução Final” foi o auge da perseguição nazista contra os judeus na Europa, e foi um componente importante do Holocausto (1933–1945). Para executar a “Solução Final”, os alemães coordenaram e perpetraram o assassinato em massa dos judeus europeus, nos campos e guetos. (USHMM).

que vem do exterior e contribuem para que os sentidos possam ser outros, dependendo da tomada de posição dos sujeitos.

A não aceitação de Jesus como salvador pelos judeus, frequentemente associada a uma suposta rejeição explícita, deve ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica, teológica e discursiva mais ampla. Para os judeus, a expectativa messiânica estava profundamente ligada à libertação política e à restauração de Israel, elementos que divergiam da proposta espiritual apresentada por Jesus. Além disso, a construção discursiva que associa os judeus à 'não aceitação' de Jesus é, em grande parte, um efeito do interdiscurso, marcado por pré-construídos cristãos que, ao longo dos séculos, consolidaram uma narratividade específica sobre o judaísmo. Essa narratividade, contraditoriamente, simplifica uma questão complexa, ignorando as múltiplas interpretações messiânicas dentro do judaísmo e as razões que levaram a essa divergência. Entendemos que mais do que uma 'não aceitação' trata-se do desencontro de expectativas e interpretações, enraizado em tradições religiosas e históricas distintas.

O museu é lugar de memória que está em consonância com as ideologias das instituições que o mantém, instaurando efeitos de sentido e, por isso, afastando-se do sentido dado por Nora (1984). As exposições, os objetos expográficos, que ali estão selecionados, atendem a vários critérios, a fim de determinar o que e como será exposto, dado a ver. Não se deve compreender, portanto, as exposições museográficas como um retrato fiel da realidade, mas, sim, como um recorte atrelado à ideologia do sujeito que a ordena. E, sendo assim, os efeitos de sentido constituídos mudam de acordo com “as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, são reproduzidas)”, quando colocadas em circulação (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146).

Os discursos significam de acordo com a posição assumida pelo sujeito e pelas inscrições em formações discursivas. O sujeito é interpelado pela ideologia e por uma teia de saberes e valores heterogêneos e conflitantes que os emoldura a partir de suas filiações, de modo que o indivíduo, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 149), “é interpelado em sujeito do seu discurso”. O sujeito vê o mundo de

modo particular, por meio do qual constrói sua realidade, a qual, segundo Orlandi (2012, p. 39), resulta da

[...] relação imaginária dos sujeitos com essas determinações, tal como elas se apresentam no discurso, ou seja, num processo de significação para o sujeito constituído (ideologicamente) pelos esquecimentos: a) esquecimento número 1, o que resulta na sensação do sujeito como origem e b) o esquecimento número 2, o que produz impressão da realidade do pensamento.

Essa ilusão tem relação com o interdiscurso, como Sujeito com S maiúsculo, em que se encontram todos os saberes, os quais são inacessíveis ao sujeito, que “esquece” que não é a origem do dizer (esquecimento nº 1, também chamado de esquecimento ideológico). O sujeito tem a ilusão de estabelecer uma relação direta com o dizer, mas esta relação com o mundo é indireta e mediada pela linguagem, pelas relações parafrásticas (esquecimento nº 2). A função do discurso não é construir a representação fiel de uma realidade, mas assegurar, por meio do funcionamento imaginário e ideológico, a (re)produção e transformação de determinadas representações. A noção de evidência – seja do sentido, do ‘objeto em si’ ou do sujeito – decorre desse processo.

3.2 A Segunda Guerra Mundial: condições de produção

Foi uma guerra de massas de conscritos combatentes, apoiada pela mobilização massiva de cidadãos de cada país. Foi uma guerra em que o espectro da destruição protagonizada ou sofrida rondou cada indivíduo, cada nacionalidade, cada cultura. Em suma, a Segunda Guerra Mundial foi, como nenhuma outra antes ou depois, *mundial, total e interdependente*. (Ferraz, 2022, p. 11 – grifos do autor).

A epígrafe com a qual abrimos esta seção do trabalho destaca a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, a qual assolou não somente espaços físicos, mas questões econômicas, políticas, sociais, psicológicas e em tantas outras áreas. Neste subtítulo, destacamos as condições de emergência deste capítulo da história mundial, bem como as implicações que trouxeram para a sociedade.

Ferraz (2022, p. 11) salienta que a Segunda Guerra foi *mundial, total e interdependente*. Explica o autor que o acontecimento é de caráter *mundial* porque,

“com exceção de uns poucos Estados nacionais neutros e/ou distantes demais de terrenos e mares onde os combates aconteceram”, outros forneceram materiais necessários para o desenvolvimento da guerra. Além disso, é *total* porque mobilizou energias e atividades das pessoas de diversas partes do globo, militares e civis. E, por fim, é *interdependente* porque, os países envolvidos diretamente dependiam dos aliados para a manutenção da guerra, seja por meio de produção de material bélico e materiais de consumo, quanto pelo “avanço da ciência e da tecnologia, manutenção do moral e da vontade de continuar lutando da população civil, além dos próprios soldados.” (Ferraz, 2022, p. 11).

A Segunda Guerra Mundial, que iniciou oficialmente em 1939 e terminou em 1945, é fruto, conforme Ferraz (2022), de uma confluência de fatores, não fáceis de serem identificados, mas que corroboram para o entendimento da questão do surgimento desta.

Muito mais do que a Primeira, a guerra de 1939-1945 merece sem dúvida alguma ser chamada de mundial. Propagou-se por toda a Europa desde o cabo Norte até a Sicília, de Brest ao Volga. Entrou pelo norte da África antes de estender-se ao Oriente Próximo e de atingir uma grande parte do Extremo Oriente e do Pacífico. As operações que ocorreram em tais teatros de guerra foram favorecidas por novos sistemas de armas que surgiram, revolucionando os recursos táticos e estratégicos. Tal como o havia idealizado Ludendorff em 1918, a guerra foi total. Mobilizou todas as forças morais e físicas dos beligerantes com a implementação de sistemas de propaganda e de economias de guerra. (Masson, 2017, p. 13).

A Segunda Guerra Mundial apresentou um fator inédito em relação às outras guerras existentes, uma vez que foi encerrada não por meio de um acordo de paz, mas pela capitulação/rendição total dos vencidos. Mas, afinal, o que motivou esse evento que marcou (e ainda marca) o mundo?

Primeiramente, vale destacar que a Alemanha, após a derrota na Primeira Guerra Mundial e a submissão ao Tratado de Versalhes⁴⁸, sentia-se humilhada e injustiçada, uma vez que não admitia a forma como fora vencida em 1918. Aliado a isso, soma-se o fato de que a Alemanha estava em plena expansão militar, o que

⁴⁸ O Tratado de Versalhes foi o acordo que colocou fim à Primeira Guerra Mundial, em 1918. Nele, estabelecia-se que a Alemanha não poderia mais ter navios e aviões de guerra, além de limitar a 100 mil o número de soldados de infantaria. Outrossim, à Alemanha ficou estabelecida uma multa vultosa e a obrigação de entregar suas colônias àqueles que a venceram.

refletia a ideologia nazista, que havia alcançado o poder no país em 1933 (Ferraz, 2022). A ideologia nazista se manifesta no discurso que preconizava a superioridade alemã, a raça pura, por uma parcela da população radical e insatisfeita, como já mencionado, com desfecho da Primeira Guerra Mundial. A ideologia nazista, desenvolvida por Adolf Hitler e pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), combinava nacionalismo extremo, racismo, antissemitismo, militarismo e autoritarismo. Central à ideologia estava a crença na superioridade do povo alemão (Volksgemeinschaft) e na necessidade de expandir o território alemão para obter *Lebensraum* (espaço vital) para a raça ariana, justificando a agressiva política de expansão territorial da Alemanha nazista. A hierarquia racial colocava os arianos (alemães nórdicos) no topo e os judeus e outras minorias étnicas e raciais no fundo, com os judeus sendo especialmente demonizados e responsabilizados por muitos dos problemas da Alemanha, culminando no Holocausto.

O nazismo promovia um Estado totalitário, com controle absoluto sobre todos os aspectos da vida pública e privada, e estabelecia um regime autoritário sob o comando de Hitler, que eliminou a oposição política e suprimiu as liberdades civis. Hitler era visto como o Führer, o líder supremo, e a propaganda nazista promovia o culto à sua personalidade.

A extensão do culto à personalidade criado em torno de Hitler tornava-se evidente através da saudação 'Heil Hitler!', uma invocação pessoal de cumprimento que elevava Hitler a níveis quase que sobrenaturais. Goebbels criou deliberadamente em torno do Führer uma aura messiânica projetada para colocá-lo acima da política monótona do cotidiano. Hitler era sempre retratado como um homem à parte. Essa técnica foi tão bem-sucedida que durante a década de 1930 a popularidade de Hitler atingiu um ponto maior do que a do Partido Nazista de um modo geral. (Pereira, 2012, p. 250).

O discurso, fortemente anticomunista e antiliberal, opõe-se ao comunismo e ao liberalismo democrático. O militarismo glorificado, com a preparação para a guerra sendo um objetivo central. Práticas eugênicas, como a esterilização forçada de pessoas consideradas “indesejáveis” e o extermínio de indivíduos com deficiências, visavam “purificar” a raça ariana. A propaganda e o controle da mídia eram extensivamente utilizados para manipular a opinião pública e promover as

ideias nazistas, com Goebbels disseminando a ideologia que os levou à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, com consequências para a humanidade.

Diante do cenário desenhado, nos anos 1920, durante a República de Weimar⁴⁹, a Alemanha enfrentou uma crise econômica severa que culminou na falência do país. Essa condição precária acentua-se pela Crise de 1929, que, por sua vez, exacerbou a crise da democracia liberal, dando impulso ao surgimento de movimentos autoritários e fascistas em toda a Europa. O fascismo italiano e o nazismo alemão destacam-se como significativos exemplos desse fenômeno.

Em 1933, o partido nazista, chefiado por Adolf Hitler, assume o poder na Alemanha. A estratégia nazista previa a recuperação do país e, para isso, lançava mão de doutrinação da população e perseguição às minorias. Recuperada a economia, o próximo passo dado pelos nazistas foi o rearmamento, fato que ia de encontro ao estabelecido no Tratado de Versalhes. No entanto, conforme Masson (2017), mesmo diante dos desafios impostos por Hitler, franceses e ingleses nada fizeram porque temiam que uma retaliação aos alemães pudesse suscitar uma nova guerra na Europa.

Hitler cria seu plano de expansão territorial uma vez que a Alemanha se fortaleceu militarmente. Almejava, diante disso, a construção do seu *Lebensraum*, ou seja, a formação de um império alemão. Considerar a noção de *Lebensraum* é compreender o território como espaço vital, ou seja, o Estado não conseguiria sobreviver sem espaço. Vale destacar que, durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu espaços territoriais, o que influenciou o discurso de Hitler de buscar a retomada de tais terrenos⁵⁰, que traziam certa proximidade cultural com o país, podendo, assim, estabelecer traços identitários entre os sujeitos pertencentes à 'raça pura'.

⁴⁹ A República de Weimar é o período compreendido entre os anos de 1919 e 1933, no qual a Alemanha viveu um sistema de governo bem diferente do Império Alemão pré-guerra e que pretendia resolver, dentro do possível, os graves problemas que o país enfrentava na fase do pós-guerra. O objetivo mais urgente era reorganizar as estruturas política e econômica da Alemanha, e a opção pelo modelo republicano pareceu, àqueles que se envolveram no processo, a melhor.

⁵⁰ Segundo Ferraz (2022), a Alemanha perdeu 13% do seu território e 10% de sua população ficou em território agora não alemão. O país também perdeu as colônias que possuía na África e na Ásia. Na Europa, a Alemanha perdeu: a Renânia, na fronteira com a França; a região do Saar, também na fronteira francesa; a região da Alsácia-Lorena, cedida à França; a faixa territorial de Memel, no extremo norte da Prússia Oriental, na fronteira com a Lituânia; e uma faixa territorial da Prússia.

Cabe ressaltar que a expansão do território germânico foi realizada em três fases distintas, a saber: em um primeiro momento, ocorreu a invasão e anexação da Áustria, evento conhecido como *Anschluss*, em 1938. No ano subsequente, em 1939, após negociações conduzidas por britânicos e franceses, os alemães receberam autorização para anexar os Sudetos, resultando na absorção praticamente total da Checoslováquia. Por fim, a Polônia foi alvo desse processo expansionista. Este país do Leste Europeu emergiu ao término da Primeira Guerra Mundial, em territórios anteriormente sob domínio alemão e russo.

O discurso de Hitler em relação aos poloneses tornou-se mais incisivo em meados de 1939. A invasão da Polônia, entretanto, não encontraria aprovação por parte dos ingleses e franceses. Durante a Conferência de Munique, ambos os países haviam instado Hitler a limitar suas ambições territoriais à Checoslováquia.

No entanto, Hitler não previa que os ingleses e franceses reagiriam às suas ações. Em 1º de setembro, deu ordens para a invasão da Polônia, justificando-a com um alegado ataque polonês na fronteira com a Alemanha (um ataque forjado pelos nazistas). Dois dias depois, britânicos e franceses responderam à agressão alemã contra a Polônia, emitindo uma declaração de guerra. Esse momento assinalou o início da Segunda Guerra Mundial (Ferraz, 2022).

Hitler, dentre tantos inimigos dos alemães, elegeu o judeu como o maior de todos eles. Isso fica claro na carta escrita ao amigo soldado Adolf Gemlich, em 1919, na qual assevera:

SD17

Existe, vivendo entre nós [...] uma **raça não alemã**, estrangeira, que não se dispõe e **não é capaz de abrir mão** de suas características [...] E que mesmo assim desfruta de todos os direitos políticos de que nós dispomos [...] Tudo o que leva os homens a se esforçarem para obter coisas mais elevadas, como a religião, o socialismo ou a democracia, é para ele apenas um meio para um fim, para satisfazer sua **cobiça por dinheiro e poder**. Suas atividades produzem uma **tuberculose racial entre as nações**. (Rees, 2018, p. 13-14, grifos nossos).

A SD17, extraída da obra de Laurence Rees (2018), dá visibilidade à discursivização do antissemitismo de Hitler. Tais ideias não surgiram com o ditador alemão, mas era uma corrente emergente na Europa e está presente no eixo da formulação há muito tempo. Rees (2018, p. 14) afirma que no “Evangelho de São

João, na versão da Bíblia do rei Jaime, [...] os judeus ‘tencionavam matar’ Jesus. A certa altura, chegaram a pegar pedras para atirar nele. Quanto a Jesus, dirige-se aos judeus dizendo que são filhos do ‘demônio’”. Nesse sentido, compreendemos que o discurso religioso desliza para o campo político constituindo efeitos de sentido que sinalizam para o preconceito, violência, extermínio.

Pelo discurso de Hitler constrói-se um efeito de dualidade entre ‘nós’ (os alemães) e ‘eles’ (os judeus). O emprego do enunciado “uma raça não alemã, estrangeira” sublinha os efeitos de que o sujeito judeu é essencialmente diferente dos alemães e, por isso, incompatível com a sociedade alemã. Esse processo de transformar o sujeito em inimigo é uma estratégia comum em discursos de ódio, em que o outro é construído como uma ameaça à identidade e à coesão do grupo dominante. Hitler alega que os judeus “não se dispõem e não são capazes de abrir mão de suas características” (Rees, 2018), sugerindo uma intransigência inerente que impede a assimilação. Isso reforça que os judeus são inassimiláveis e, portanto, sempre serão um corpo estranho dentro da nação alemã, aquele “cogumelo venenoso”⁵¹ (Bernardim, 2025) a ser destruído. O discurso saturado do sujeito-judeu estabiliza sentidos que dizem respeito às suas características, criando uma imagem estereotipada e monolítica, ignorando a diversidade dentro da comunidade judaica.

Hitler também apela, conforme SD17, ao ressentimento social e político ao afirmar que os judeus “desfrutam de todos os direitos políticos de que nós dispomos”. Esse argumento aponta para, apesar de serem estrangeiros e inassimiláveis, esses sujeitos têm os mesmos direitos que os alemães, fomentando discursos de ódio, de injustiça e de inveja entre a população alemã. Esta estratégia discursiva visa mobilizar as práticas sociais de vitimização e indignação, apresentando os judeus como aproveitadores das conquistas sociais e políticas dos alemães. A acusação de que os judeus usam “a religião, o socialismo ou a democracia” apenas como “meio para um fim, para satisfazer sua cobiça por dinheiro e poder” é uma tentativa de desacreditar qualquer participação judaica nas esferas religiosa, social e política. Hitler constrói uma narrativa em que todas as ações dos judeus são motivadas por uma suposta avareza e desejo de poder,

⁵¹ Referência à tese de Bernardim (2025).

deslegitimando suas contribuições e reduzindo suas motivações a interesses egoístas. Essa discursividade negativa visa reforçar o ódio e a desconfiança em relação aos judeus, apresentando-os como uma ameaça ao bem-estar da sociedade alemã.

Por fim, a metáfora da “tuberculose racial”, ao comparar as atividades dos judeus a uma doença contagiosa, retoma efeitos de sentidos de contaminação e de degeneração, possibilitados pelo discurso de Hitler. Ela instaura um senso de urgência e necessidade de cura para proteger a nação alemã.

Quando nos voltamos para além dos discursos hitleristas, recuperamos a contribuição da literatura, no fio do discurso, em torno do sujeito homossexual. A literatura apresenta-se como um produto da civilização ocidental e desde os primórdios, seus textos têm servido como marcas importantes da existência e do desenvolvimento das sociedades. Esta perspectiva sublinha a literatura não apenas como uma forma discursiva artística, mas como um testemunho histórico e cultural que documenta e constrói o conhecimento sobre as sociedades que a produzem. Pelo texto literário, os sujeitos não apenas relatam fatos, mas também criam e recriam narratividades sobre o mundo, sobre si mesmos e sobre os outros, fornecendo à literatura material para investigar sobre a experiência humana, oferecendo múltiplas perspectivas e interpretações da realidade.

A literatura pode legitimar uma língua, promovendo e consolidando a sua importância em uma determinada cultura. Além disso, engrandece um povo, celebrando suas tradições, valores e histórias. Possui, ainda, legitimidade para reivindicar, usando a ficção e a invenção para abordar e promover questões sociais e políticas. Essa é a função do discurso literário como um agente de mudança social e cultural. O texto reconhece a diversidade na produção literária, incluindo diferentes tipos, estilos e gêneros que repetem ou atualizam o fazer literário. Cada tipo e estilo tem suas próprias “regras” de produção e análise, o que demonstra a complexidade e a riqueza da literatura como campo de estudo e prática.

O discurso antissemita na carta endereçada à Adolf Gemlich, proferido por Hitler, nos idos de 1919, ancorado no discurso bíblico, como já mencionado, é, também, alicerçado no discurso artístico-literário, pois, Shakespeare, em *O mercador de Veneza*, traz o sujeito judeu como um odiado agiota. No entanto, vale

ressaltar que essa era uma das poucas ocupações permitidas aos judeus na época, pois aos cristãos era proibida a prática da usura. Ao longo do texto literário, o significante *judeu* aparece diversas vezes e, a partir das formações imaginárias, efeitos de sentidos são constituídos. Sobre as relações imaginárias, Orlandi (2010, p. 40) assevera que “não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções.” Tendo em vista essa articulação, recuperamos o texto shakespeariano para dar visibilidade a esse funcionamento:

SD18

ANTÔNIO - Então, Shylock, assumimos convosco esse contrato?
SHYLOCK - Signior Antônio, quantas, quantas vezes lá no Rialto fizestes pouco caso do meu dinheiro e de eu viver de juros! Suportei tudo sempre com um paciente encolher de ombros, pois o sofrimento é apanágio de toda a nossa tribo. De tudo me chamáveis: **cão, incrédulo, degolador, além de me escarrardes neste gabão judeu, e tudo apenas por eu usar o que me pertencia.** Ora bem; mas agora está patente que precisais de mim. Ótimo! Avante! Vindes buscar-me e me dizeis: "Shylock", dizeis-me "precisamos de dinheiro". Vós, que esvaziado havíeis toda a vossa saliva em minha barba e me expulsáveis a ponta-pés, tal qual como faríeis a um cão postado em frente a vossa porta, solicitais dinheiro. Que vos devo responder neste instante? Deveria perguntar-vos: "Cachorro tem dinheiro? Será possível que um cachorro empreste a alguém três mil ducados?" Inclinar-me devo até ao chão e, em tom de voz de escravo. Humilde a murmurar, quase sem fôlego, dizer assim: "Na última quarta-feira, caro amigo, cuspides-me no rosto; noutro dia, chamastes-me de cão; e em troca dessas cortesias, preciso ora emprestar-vos tanto dinheiro assim?" (Shakespeare, s.d, p. 10, grifos nossos).

Na SD18 acima, extraída da obra “Mercador de Veneza”, ocorre a discursivização do sujeito judeu. Nela, a mobilização de adjetivos que, embora sejam feitos pelo próprio personagem judeu, reverberam a descrição feita por Antonio a respeito de Shylock. Vale lembrar, no entanto, que no enredo de *O Mercador de Veneza*, é contada a história de Antonio, um comerciante que contrai uma dívida com Shylock, um agiota judeu. O objetivo da transação é obter os três mil ducados necessários para financiar a jornada de seu grande amigo Bassanio até Belmonte, onde ele pretende conquistar o coração de sua amada, Pórcia. Em caso de não pagamento da dívida, o contrato prevê que Shylock pode tirar uma

libra da carne de Antonio, ou seja, retirar um pedaço da pele do devedor (Shakespeare, s.d.).

No entanto, as embarcações de Antonio se perderam em alto-mar e, com isso, o devedor não poderia honrar com suas dívidas. Na tentativa de evitar o pior, Antonio vai até Shylock e propõe que, em vez de 3 mil, sejam pagos, posteriormente, 6 mil ducados. Não aceitando a proposta, Shylock resolve ir à corte do Tribunal do Duque de Veneza a fim de proclamar o direito de remover 1 libra da carne de Antonio. O Duque, querendo preservá-lo, estava diante de um grande dilema: salvar literalmente a pele do comerciante ou invalidar um contrato legal? Neste momento, surge na corte um novo personagem, um jovem advogado, chamado Baltasar, que, na verdade, é Pórcia disfarçada que tenta dissuadir Shylock de suas intenções, mas sem sucesso (Shakespeare, s.d.).

Pronto para remover parte da pele de Antonio, Shylock é surpreendido pelo apontamento de Baltasar acerca de uma falha no contrato: só seria possível retirar um pedaço da pele de Antonio desde que não houvesse o derramamento de uma gota de sangue. Shylock, derrotado, aceita os 6 mil ducados propostos inicialmente, mas, como é um sujeito judeu, portanto, estrangeiro, não poderia voltar atrás e, por ter atentado contra a vida de um sujeito de Veneza, teria que abrir mão de metade de suas posses para o ofendido (Antonio, no caso) e a outra metade para o Estado. Compadecido com o caso, o Duque abre mão da parte do Estado, mas, em contrapartida, o judeu Shylock deveria converter-se ao cristianismo (Shakespeare, s.d.).

Na SD 18, na qual reproduzimos os enunciados proferidos por Antonio e por Shylock, há a sinalização de como o sujeito judeu era discursivizado no período da Renascença, mais precisamente por meio do teatro elisabetano, pois, como afirmam Costa Junior e Gressana (2011, p. 56):

A literatura e o teatro renascentistas representaram importantes meios de elaboração de um imaginário antijudaico, sendo, desta forma, um espelho em cujos reflexos é possível vislumbrar certos aspectos do nascente fenômeno do antissemitismo. Nesta perspectiva, o teatro elisabetano representou importante papel na construção de uma imagem estereotipada dos judeus e os ofícios a eles associados. O dramaturgo inglês William Shakespeare escreveu, por volta de 1596-97, uma de suas mais conhecidas

peças, O Mercador de Veneza, cujo personagem judeu, Shylock, tornou-se verdadeiro símbolo de ganância e avareza. Sua representação ao longo dos séculos incitou o antissemitismo e a segregação, influenciando de forma decisiva na moderna ideia do judeu ganancioso.

Nesse sentido, ressoam, a partir do discurso artístico-literário, memórias que segregam e estigmatizam o sujeito judeu. Na obra, a economia e a religião colidem, uma vez que aos judeus restava o papel de usurário, prática condenada pela fé cristã, ou seja, o sujeito judeu é o pecaminoso, aquele que está no campo do maligno. Por sua vez, o sujeito cristão, ao lado da fé, personificaria a bondade e a santidade.

Pelo enunciado ressoa um discurso antijudaico na literatura do século XVI, interferindo na construção identitária dos judeus ao longo dos séculos. O imaginário estereotipado de Shakespeare contribui para a perpetuação do antissemitismo e para a segregação dos judeus, construindo pelo imaginário efeitos duradouros e negativos que continuam a constituir efeitos na era moderna. Do ponto de vista discursivo, o teatro elisabetano e a obra de Shakespeare funcionam como mecanismos de disseminação de ideologias antijudaicas. A construção do personagem Shylock como um sujeito ganancioso e avarento não apenas faz retornar discursos que presentificam e reforçam preconceitos que circularam ‘antes’ em outros lugares e discursos, mas também contribuem para o funcionamento de uma identidade coletiva e negativa dos judeus. O poder da narrativa teatral, com sua capacidade de emocionar e persuadir o público, amplifica esses efeitos de sentidos, tornando-os parte do imaginário popular.

A contradição, que ocorre a partir dos discursos antijudaicos, resulta da interpelação dos interlocutores por ideologias que se embatem entre aceitar o dito e rechaçá-lo. O dito acerca do judeu ganancioso e avarento se constitui por memórias e discursos que reforçam o estereótipo de judeu agiota, desde antes de Shakespeare, mas foi legitimado em sua obra e em práticas nazistas. O antissemitismo na Europa já era um fenômeno consolidado antes de Shakespeare e Hitler, os quais se apropriam das memórias já significadas e fazem-nas circular em discurso, instaurando efeitos de verdade.

Outro efeito de contradição está no fato de que, ao construírem estereótipos sobre os judeus, os discursos antijudaicos constituem identidades para os alemães, significando-os como moralmente superiores, defensores de uma pureza racial e cultural e vítimas da ganância judaica. Essa construção identitária legitima políticas de segregação e violência contra os judeus. Para o público original de Shakespeare, tais discursivizações reforçam uma identidade cristã e europeia que se via como oposta e superior ao 'outro' judaico.

Esses discursos se enraizaram na cultura europeia, formando um substrato ideológico explorado pelo nazismo. Hitler e o Partido Nazista mobilizaram esses discursos para justificar suas políticas antissemitas, significando os judeus como inimigos internos perigosos. Esse imaginário do judeu ganancioso, como Shylock, presentifica-se na narratividade que desconstrói os judeus como povo merecedor de respeito e constrói os judeus que controlam a economia e conspiram contra o povo alemão.

Nas condições de produção do regime nazista, o discurso antijudaico intensificou-se e institucionalizou-se. A propaganda nazista frequentemente discursivizava os judeus com as mesmas características negativas que haviam sido popularizadas por obras como *O Mercador de Veneza*. Essa regularidade discursiva legitima a discriminação e a violência contra esses sujeitos, apresentando-os como culpados de todos os males sociais e econômicos que a Alemanha enfrentava.

Pelas contradições apontadas, podemos afirmar que os sentidos são apenas relativamente estáveis, pois variam conforme as posições ideológicas adotadas pelo sujeito. Assim, não existe um sentido único e fixo, mas sim múltiplos sentidos possíveis, gerando diferentes efeitos discursivos. As posições ideológicas inscrevem-se em formações ideológicas, que se formam como um conjunto complexo formações ideológicas relacionadas de forma mais ou menos direta a posições de classes em conflito (Pêcheux; Fuchs, [1975] 2010). Uma Formação Ideológica (FI) inclui uma ou mais Formações Discursivas (FD), que definem o que pode ou deve ser dito e submetem o sujeito à lei da desigualdade-contradição-subordinação. A FD é descrita como o "lugar da constituição dos sentidos" (Pêcheux, [1975] 2009, p. 162), e esses sentidos podem variar ou mudar

dependendo da FD específica, podendo deslizar e transformar-se pelas tomadas de posição do sujeito. As FIs e FDs estão interligadas: a FI refere-se à ideologia, que constrói evidências e mascara “sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146, grifos do autor), enquanto a FD lida com as regras e as normas determinando o que pode ou não pode ser dito “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes”. Assim, a FD é o lugar da ideologia, alterando e transformando sentidos no fio do discurso.

A repetibilidade em uma longa tradição de discursos antijudaicos, sustentou o imaginário de judeus por obras literárias renascentistas e pela propaganda nazista que dissemina discursos de ódio, retomando e atualizando-o ao longo do tempo para servir a novos processos e agendas políticas. O estudo desse imaginário e suas implicações discursivas nos faz entender a evolução virulenta do antissemitismo no século XX.

De acordo com Almeida (2011, p. 113), é nos “deslizamentos e metáforas indefinidos da língua”, que o autor se define através da busca constante de compreensão do real. Esse real literário é sempre distinto, pois não ancora simplesmente na realidade, mas nos efeitos constitutivos dessa realidade. Na AD, o real é transformado pela história e pelo inconsciente; assim, o real na literatura é um efeito, uma interpretação, e nunca é totalmente completo. Embora pareça oferecer uma sensação de completude, é na falha e no erro que se manifesta a questão do sentido.

CAPÍTULO 4

O SUJEITO HOMOSSEXUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA

Nunca me esquecerei daquela noite,
a primeira noite no campo,
que transformou minha vida em uma
noite longa sete vezes selada.
Nunca me esquecerei daquela fumaça.
Jamais esquecerei os pequenos rostos das crianças
cujos corpos eu vi transformados
em fumaça sob um céu silencioso.
Nunca me esquecerei daquelas chamas
que consumiram minha fé para sempre.
Jamais esquecerei o silêncio noturno que
me privou por toda a eternidade do desejo de viver.
Nunca me esquecerei daqueles momentos em que
assassinaram meu Deus e minha alma e
transformaram meus sonhos em cinzas.
Nunca vou esquecer essas coisas,
mesmo que fosse condenado a viver
tanto tempo quanto o próprio Deus.
Trecho de *A Noite*, por Elie Wiesel

Ao longo do trabalho temos dado visibilidade ao sujeito homossexual, às condições de produção dos discursos que emergiram durante o Holocausto, bem como os discursos que ressoam das materialidades em exposição no Museu do Holocausto de Curitiba. Analisamos discursos de agressores (nazistas) e de perseguidos (judeus e homossexuais). A epígrafe com a qual iniciamos este capítulo pertence a uma obra que mais se destaca dentre os testemunhos de sobreviventes do Holocausto. Ela dá a dimensão das atrocidades infligidas aos judeus e outras pessoas perseguidas pelo regime nazista.

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar os testemunhos do sujeito homossexual que estão expostos no MHC ou que dele ressoam, a partir de publicações realizadas pela instituição em sua página na *internet*, bem como em redes sociais, as páginas oficiais do *Instagram* e *Facebook*.

4. Do silêncio à visibilidade: vozes⁵² e testemunhos do sujeito homossexual no MHC

Nesta seção, retomamos um dos objetos analíticos desta tese, o material educativo “Além do silêncio: existências LGBTQIA+ memórias e narrativas de vida”, disponibilizado na página e nas redes sociais do Museu do Holocausto de Curitiba em decorrência do mês do orgulho⁵³ LGBTQIA+. Nele, aborda-se tanto a perseguição quanto as resistências e memórias dos sujeitos homossexuais naquelas condições de produção. O texto inicial sugere uma proposta multidisciplinar que articula narratividades individuais, eventos, dicas culturais e debates contemporâneos sobre memória e identidade. Trazemos uma sequência discursiva em que se discursiviza o medo, sempre companheiro dos sujeitos homossexuais e a luta pela visibilidade e pelo respeito.

SD 19

Parece existir um medo que nunca cessa, um certo tipo de temor que tangencia todas as tentativas de romper com as lógicas do apagamento. O estado de terror ao qual existências LGBTQIA+ estão expostas – um sem-fim de imagens de morte, sequencialmente apresentadas e reapresentadas –, produzem fenômenos da ordem do assombro. E é exatamente aí que parece residir a urgência da criação de outras narrativas – histórias, conceitos, projeções que nos tirem do interior das ficções de aniquilamento e nos permitam integrar um sistema de visibilidade e dizibilidade que leve em consideração nossos desejos incapturados pela destruição. Desfazer o medo, abandoná-lo – ainda que só por algum tempo. Passar da denúncia ao anúncio. Tentar enganar a tradição do silêncio. (Mallmann, 2022, p. 5).

O movimento discursivo desse enunciado dá visibilidade à constituição do sujeito, filiado em formações discursivas que delimitam o que pode ou não ser dito

⁵² “Vozes” funciona como uma metáfora daquilo que perdura no tempo e dá a ver as experiências nos campos de concentração.

⁵³ Pensando em questões como “narrativas de vida”, “memória” e “formulações coletivas”, o Museu do Holocausto de Curitiba desenvolveu, em junho de 2022, uma programação especial para o mês do Orgulho. O evento online, “ALÉM DO SILÊNCIO: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida”, se deu em dois eixos: Encontros e Formação. As aulas se concentraram em temas sobre gênero e sexualidade, tendo o Holocausto como marco histórico e temporal. Conforme Francisco Mallmann, Coordenador do Departamento de Exposições Temporárias e Itinerantes do Museu do Holocausto de Curitiba, os encontros reuniram artistas, pesquisadores e ativistas LGBTQIA+ para discussões envolvendo formulações coletivas sobre LGBTQIAfobia e resistência, hoje. (MHC, 2021, p. 05).

por ele. O medo ali referido, não é individual, e sim, uma produção discursiva que mantém existências LGBTQIA+ silenciadas e apagadas.

Essa construção se dá pela repetição de enunciados em torno da morte, enquanto materialidades discursivas que circulam e são reiteradas, operando o que Pêcheux ([1975] 2009) chama de efeito de evidência, naturalizando a violência e a morte como único caminho para os sujeitos homossexuais. Esse processo de subjetivação não vem de forma isolada, mas instaura efeito discursivo que resulta do funcionamento ideológico cristalizado no tempo, pelos discursos de aniquilação daquilo que é diferente, “anormal”, conforme temos destacado ao longo desse texto.

A discursividade no enunciado desloca-se dessa posição de assombro para construção de outras narratividades, o que pode ser lido como um trabalho de ruptura com que está posto. Para Pêcheux ([1975] 2009), as FDs, dependem das filiações ideológicas dos sujeitos e das condições de produção de sua mobilização e, com isso, regulam a possibilidade de existência dos sujeitos. Em “enganar a tradição do silêncio”, há um tensionamento dessa determinação, apostando na possibilidade de deslocamento e ressignificação. Assim como, em “passar da denúncia ao anúncio” constitui efeitos de sentidos de resistência, pois, ao construir novas condições de produção, haverá novas condições de enunciação.

No entanto, a luta contém o próprio do campo discursivo, no qual as condições de produção são atravessadas por relações de poder e por resistência discursiva que não se dá apenas pela fala, mas pela inscrição em novas FDs que coloquem em conflito os sentidos estabilizados, permitindo outras formas-sujeito, posições-sujeito e funcionamento da memória.

O material educativo do museu também dá dicas de leitura sobre biografias de homossexuais vítimas do Holocausto, como Pierre Seel e Rudolf Brazda, sobreviventes dos campos de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial, condenados por sua homossexualidade, ou seja, pelo Parágrafo 175. Diante disso, mobilizamos a noção de testemunho em Primo Levi (1988), Giorgio Agamben (2012) e Bethania Mariani (2021).

Cientes de que os testemunhos⁵⁴ de sobreviventes do Holocausto são uma parte fundamental da compreensão desse período da história, voltamos a enfatizar sobre os milhões de judeus e outros grupos étnicos perseguidos e assassinados pelo regime de Adolf Hitler. Os testemunhos fornecem relatos pessoais e detalhados das atrocidades cometidas, mas, em contrapartida, destacam a resistência dos sobreviventes diante do terror, compartilhado por meio de livros, entrevistas, documentários, testemunhos gravados e outros.

Na obra *É isto um homem?*, publicada pela primeira vez em 1947, Primo Levi narra sua experiência em Auschwitz, dando voz às vítimas silenciadas do Holocausto. Foi detido em 13 de dezembro de 1943 e enviado para um campo em Fóssoli, próximo a Modena, na Itália. Em 22 de fevereiro de 1944, foi transferido para a estação de Cárpi, onde, junto com um grupo de 650 judeus, embarcou em um dos doze vagões com destino a Auschwitz.

Levi (1988) descreve a desconstrução física, moral e afetiva enfrentada pelos judeus sob o regime nazista, resultando em uma vida pós-Auschwitz marcada por sentimentos contraditórios, como alívio e culpa. Fala sobre a fragilidade humana e a capacidade de recordar as experiências traumáticas, destacando a desintegração física, moral e espiritual sofrida pelos sobreviventes, e a luta para reconstruir suas identidades após a guerra. Para o autor, os sobreviventes enfrentaram uma realidade permeada por sentimentos opostos, como alívio misturado com culpa e alegria combinada com arrependimento.

O autor engajou-se na produção discursiva sobre os judeus do complexo de Auschwitz, onde conviveu com as vítimas, e dá voz aos ausentes, aqueles silenciados pela inexistência física no pós-guerra, e que, paradoxalmente, são as verdadeiras testemunhas. A linguagem em Levi não apenas narrativiza os horrores do Holocausto, mas reconfigura as posições-sujeito dos sobreviventes e dos

⁵⁴ Os testemunhos dos homens cisgêneros homossexuais perseguidos pelo nazismo, conforme Silva (2018) começaram a ser publicados no início da década de 1970: o primeiro foi “Os homens do triângulo rosa”, de Josef Kohout, lançado em 1972, com o pseudônimo de Heinz Heger. Em 1985, o presidente da Alemanha Ocidental, Richard von Weizsäcker, apresentou um reconhecimento público dessa perseguição durante o 40º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, placas foram instaladas nos campos de concentração de Dachau e de Neuengamme reconhecendo o sofrimento dos prisioneiros homossexuais. Monumentos e placas versando sobre o mesmo tema foram instalados em cidades como: Amsterdã (1987 - monumento), Berlim (1989 – placa e 2008 - monumento) e Sidney (2001).

desaparecidos, indicando como o poder discursivo dos nazistas operava para anular e reduzir os sujeitos a números. A materialidade discursiva se manifesta nas descrições das câmaras de gás, nas condições sub-humanas e na divisão arbitrária dos sujeitos pela sua suposta utilidade. Essa divisão é um efeito da interpelação ideológica que transforma seres humanos em objetos descartáveis, produzindo uma “presença-ausência” daqueles que foram fisicamente exterminados.

Os que sobreviveram experimentaram uma vida marcada por uma oscilação contínua, resultado de um processo de desconstrução de identidade tão intenso que a sobrevivência se tornou um espaço de contradição, em que os sentimentos como alívio e arrependimento, culpa e alegria, lágrimas e revolta se entrelaçam. Essa dessubjetivação junto à realidade, descredenciava o prisioneiro de um campo como Auschwitz, de qualquer tentativa de reação no âmbito físico, psicológico ou moral, por isso a obra exige do leitor uma grande disposição para imaginar, como cita Levi:

Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar; Nada mais é nosso: tiraram de nós as roupas, os sapatos; se falamos não nos escutarão se escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós forças para tanto, para que, além do nome sobre alguma coisa de nós, do que éramos. (Levi, 1988, p. 32).

Esse testemunho se configura como uma forma de subjetivação, na qual a capacidade de rebelião diante da liberdade é constantemente transtornada pelo peso do trauma e da memória. Os testemunhos, a negação, o silêncio voluntário e o silêncio imposto pela ausência formam um conjunto heterogêneo de FDs. Nessa conjuntura, Levi narra os acontecimentos dando visibilidade às estruturas ideológicas que sustentaram o Holocausto. O testemunho enfrenta a impossibilidade física de falar com a voz e o pensamento do outro,

Pela primeira vez, então, nos damos conta de que **a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa**, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível (Levi, 1988, p. 32, grifos nossos).

No prefácio de *É isto um homem?*, Levi discorre sobre os motivos que o levaram a escrever:

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, **com a finalidade de liberação interior**. (Levi, 1988, p. 8, grifos nossos).

O testemunho constrói-se “com a finalidade de liberação interior” (Levi, 1988, p. 2) e esse liberar-se é uma condição do sobrevivente, ele não se permite liberar-se, pois, não se aceita como vítima. Em muitos discursos de testemunhos, o sujeito que testemunha se percebe como alguém que não merecia ter sobrevivido, deveria ter morrido junto aos seus. Ainda há aqueles que tiveram de ser desleais com seu povo, traíram quem amavam, mas, acima de tudo, sobreviveram.

De qualquer forma, há nos testemunhos de trauma, uma espécie de impossibilidade de reconstruir as memórias, fazendo ressoar uma prisão ao trauma, seja ele qual for. O próprio Primo Levi, apesar de tentar seguir em frente, viveu em conflito, colocando sempre em dúvida o motivo de sua sobrevivência.

As palavras são insuficientes para expressar a experiência extrema dos campos, a experiência do mundo à parte, cuja lógica desumana parece inverossímil para quem não a viveu, transformando o testemunho dos sobreviventes numa narrativa que constantemente esbarra nos limites do dizível. Essa impossibilidade de representação situa-se em uma formação discursiva marcada por rupturas, silêncios e hesitações que se tornam elementos constitutivos do testemunho. A AD, nesse sentido, nos permite compreender com o não-dito tenciona as estruturas convencionais do que se pretende ao falar de si.

A relação entre silêncio e linguagem na experiência dos homossexuais pode ser compreendida a partir da distinção que Orlandi (1998; 2012) faz entre “não-sentido e sem-sentido”, no que tange à constituição da memória e dos discursos sobre essa perseguição. O “não-sentido” é o lugar no qual os sentidos se produzem, configurando o novo. Contudo, no não-sentido irrompem os testemunhos tardios de sobreviventes, como Pierre Seel, indicando que se encontram lacunas para ressoar no intradiscurso, que atualiza efeitos de sentidos.

O não sentido, tal como o estamos considerando, é da instância do interdiscurso, da relação com o Outro, domínio da memória em que há movimento possível do sujeito e dos sentidos. Esse movimento se dá a partir do silêncio fundador, grave de possíveis, onde o não-sentido é disponibilidade e não vazio. O sem-sentido deriva do efeito imaginário, o que produz a evidência, a estabilização na relação com o outro. Sem o silêncio que é disponibilidade, aflora o silenciamento, o apagamento da margem, do possível. O vazio, aqui o sem-sentido é o imaginariamente saturado (conteúdo). (Orlandi, 1998, p. 63)

O sem-sentido funciona imaginariamente, silenciando as memórias, saturando o espaço discursivo com discursos estabilizados que não discursivizam a perseguição aos homossexuais. A narratividade predominante sobre o Holocausto, ao longo do século XX, consolidou-se a partir de uma FD que, embora reconhecesse o genocídio de judeus, relegou praticamente quase todas as outras minorias, como negros, ciganos, testemunhas de Jeová, crianças, mulheres e homossexuais, entre outros.

Orlandi (2012) analisa a palavra “igualdade” no contexto do capitalismo, para alguns sujeitos, ela é sem-sentido pois, não se inscreve em sua memória discursiva. No caso dos sujeitos homossexuais no Holocausto, a própria palavra ‘vítima’ foi historicamente sem-sentido, pois não havia espaço discursivo no qual ela pudesse ser legitimada. De um lado, aqueles que sofreram essa perseguição não encontravam reconhecimento para seu discurso, do outro, as relações de poder naturalizavam o apagamento dessas memórias.

No jogo entre não-sentido e sem-sentido, o silêncio não é apenas ausência de discurso, mas um funcionamento ideológico que regula o que pode ou não ser significado. A luta pela memória da homossexualidade no Holocausto se inscreve entre a emergência de um não-sentido que busca espaço para ser nomeado e o sem-sentido que tenta soterrá-lo sob discursos estabilizados que os excluem.

Na perspectiva de Giorgio Agamben (2008), a distinção etimológica entre *testis* e *superstes* ressoa na aporia do testemunho no Holocausto. O *testis*, aquele que se coloca como terceiro e que, por sua posição externa, vê e ouve “às claras”, corresponde à figura tradicional da testemunha jurídica, cuja função é relatar e presentificar um evento diante de um tribunal. Já o *superstes*, aquele que sobrevive ao acontecimento e o atravessa corporalmente, encontra seu equivalente no sobrevivente dos campos de concentração, cuja palavra se inscreve na tensão

entre a possibilidade e a impossibilidade de dizer. Para o autor, essa distinção se torna fundamental ao abordar o testemunho do Holocausto, pois, diferentemente do *testis*, o *superstes* não apenas presenciou, mas foi consumido pelo acontecimento e, paradoxalmente, carrega sua verdade na narrativa e no próprio corpo.

No entanto, o testemunho como *testis* pode ocorrer com os sobreviventes do Holocausto e isso acontece quando eles ‘contam’ a história de um judeu ou outro sujeito que esse acontecimento alcançou que não pôde testemunhar porque entrou na câmara de gás e nunca mais voltou. Esses testemunhos podem ser ao mesmo tempo *testis* (um terceiro) e *superstes* (o que viveu o acontecimento).

A experiência de Pierre Seel dá visibilidade, de forma brutal, à operação dos Aparelhos Repressivos de Estado (Althusser, 1985) - mecanismos como a polícia e o sistema penal que, sob o nazismo, atuavam para criminalizar sujeitos e aniquilar corpos indesejáveis, como o dos homossexuais. Seel, ao denunciar o roubo de seu relógio em uma delegacia, foi capturado pela lógica perversa desses aparelhos: o mesmo Estado que deveria protegê-lo como vítima transformou-o em culpado pelo Parágrafo 175, sob a acusação de homossexualidade. Essa inversão, que culminou em sua deportação para o campo de concentração, constitui efeitos de sentido de violência institucional e organizada, pois o regime nazista operacionalizava órgãos legais para fins de extermínio. O trecho abaixo, do MHC (2022), sintetiza esse processo:

Pierre Seel tinha 17 anos quando teve o curso de vida alterado por conta do roubo de seu relógio. Um objeto que, até aquele momento, representava apenas um presente de sua madrinha. Em uma delegacia, ao denunciar o crime que havia sofrido, ele mesmo tornou-se um criminoso. O motivo: “homossexual”. Após dias de tortura no local, em 13 de maio de 1941, foi enviado ao campo de concentração de Schirmeck-Vorbrück. Seel é considerado a única vítima francesa a relatar abertamente a sua experiência de deportação por homossexualidade durante a Segunda Guerra Mundial. (MHC, 2022, s. p.)

A experiência de Seel (2012) encontra ressonância no pensamento de Giorgio Agamben em *O que resta de Auschwitz* (2008), no que diz respeito à questão do testemunho, como espaço de tensão entre a fala e o indizível. Segundo o autor, o testemunho é habitado pela voz do inominável, ou seja, pela experiência

daqueles que se encontram no limite entre o humano e o desumano, o *Muselmann*⁵⁵, mas também qualquer sujeito reduzido à condição de “homem-concha”, “homem-casca”⁵⁶ de Primo Levi (1988).

No caso de Seel, o roubo do relógio, um objeto comum e aparentemente desprovido de grande significado, torna-se o marco de sua existência. Deslocado da posição-sujeito cidadão, ele é obrigado a assumir-se como criminoso por sua orientação sexual, reduzido a uma posição-sujeito de exclusão e que deve sofrer torturas e deportação.

Nas narratividades dos testemunhos, esse efeito de desumanização perpassa o campo narrativo e presentifica-se como ato político, pois dá a ver as experiências de um grupo invisibilizado nos discursos sobre o Holocausto, o discurso sobre os homossexuais. Esses discursos são fragmentados, pois dizem respeito ao que ultrapassa o dizível: o trauma e a negação de direitos básicos. Contraditoriamente, é nesse espaço lacunar que a memória ressoa e desafia a tentativa de silenciar os “indesejáveis”.

O testemunho de Seel, portanto, transcende sua experiência pessoal. Ao compartilhar sua história como a única vítima francesa a relatar abertamente a deportação motivada pela homossexualidade, ele denuncia a violência de um sistema que categorizava vidas segundo critérios de utilidade e normatividade.

Na leitura agambeniana, a voz de Seel é o resíduo de uma tentativa de aniquilação, e seu relato rompe com o silenciamento imposto não apenas pela máquina nazista, mas também pelos regimes de memória que historicamente marginalizaram narratividades não-normativas. Assim, o testemunho de Seel se inscreve nas formações discursivas da ética e da política propostas. Nesse sentido, Agamben (2008) sinaliza para uma memória que não apenas ressoa o passado, mas desafia as exclusões e hierarquias do presente.

Outra autora que desenvolve pesquisas e produz textos sobre o testemunho é Bethania Mariani (2021), tratando da complexidade dos testemunhos ao explorar como os relatos funcionam dentro de diferentes textualidades, Mariani aponta

⁵⁵ “Com essa palavra, “Muselmann”, os veteranos do Campo designavam os fracos, os ineptos, os destinados à ‘seleção’”. (Levi, 1988, p. 129).

⁵⁶ Primo Levi (1988) menciona a capacidade humana de “cavar-se uma toca, de criar uma casca, de erguer ao redor de si uma tênue barreira defensiva, ainda que em circunstâncias aparentemente desesperadas [...]”.

também para a fragilidade do imaginário quando confrontado com o real, sublinhando os discursos de testemunho que operam em ordens heterogêneas, não funcionando pela história datada, mas pela historicidade, pelo modo como os eventos são singulares para os sujeitos que narram, não importando a data, mas a dimensão memorial do vivido. A análise discursiva, nessas condições de produção, mostra os limites da língua ao discursivizar experiências extremas do real, como a aniquilação do sujeito, sinalizando para a destituição subjetiva vivida por Primo Levi.

Mariani (2021), ao abordar o inabordável, afirma que os testemunhos enfrentam o “impossível de ser dito” e dá visibilidade à impotência das palavras em face do trauma. Assim, os tropeços no “real da língua” instauram uma dificuldade em significar o que, por sua natureza, desafia a própria possibilidade de ser significado. Ela salienta:

Nos diferentes testemunhos, o que me interessa está no esquecimento, no que falha, no que não se consegue dizer. Mal-estar diante do Outro – Estado, família, instituições –, que produz o funcionamento de um testemunho de algo que não se fecha. No testemunho fala-se do mal estar e do desamparo em que se encontra o sujeito após o encontro com o real do acontecimento. (Mariani, 2021, p. 72).

Nesse sentido, o testemunho é como um furo na linguagem, como uma luta contra a (des)subjetivização do sujeito, ao tentar dar forma ao caos. A autora entende que testemunho é uma dimensão do indizível e as formulações de suas análises trazem “testemunhos de enfrentamento com o real da língua, da história, e do inconsciente” (Mariani, 2021, p. 18).

O testemunho de Pierre Seel, analisado à luz de Mariani, pode ser interpretado como um testemunho de *resistência* ou de *revolta*, pois o sobrevivente expressa a urgência de testemunhar, mesmo que de forma anônima, imbuídos pela necessidade de encontrar outros que compartilhem essa vivência para validar sua voz.

Esse foi o verdadeiro início de tudo o que veio depois. Percebi que havia um combate a vencer. Testemunhar, era necessário que me atrevesse a testemunhar, mesmo que anonimamente. Era eu o único, nesse caso? Também queria saber, encontrar outras testemunhas, pois quem grita

sozinho é rapidamente suspeito. E essa suspeita faz muito mal. (Seel, 2012, p. 135).

Esse impulso para testemunhar não é apenas uma prática, mas uma resposta à tentativa de apagamento e de silenciamento que o Estado e a sociedade impõem sobre certas identidades e experiências, como a homossexualidade no Holocausto. Mariani (2021) discute como os testemunhos atuam como resistência contra o esquecimento imposto, criando visibilidade para aqueles cujas vidas foram violentamente interrompidas. Da mesma forma, o testemunho de Seel pode ser interpretado como uma resistência ao apagamento histórico das experiências dos homossexuais perseguidos pelos nazistas.

Seu testemunho, ao ser inscrito na narrativa pública, desafia a invisibilidade e o silenciamento, produzindo materialidade de sua existência e de seu sofrimento. A “circulação cotidiana dos sentidos”, mencionada por Mariani e inspirada por Pêcheux (2006), também funciona no testemunho. O testemunho de Seel circula como uma marca, um vestígio de um passado que a sociedade preferiu esquecer. Ao testemunhar, Seel inscreve sua história no coletivo, resistindo ao apagamento e criando uma presença material e discursiva que desafia a normalização da violência e do silenciamento.

Mariani (2021, p. 21) aborda um segundo tipo de testemunho, o de *revolta*, que surge de forma inesperada, a partir de uma revolta diante de uma situação dada. A autora argumenta que: “É uma emergência do dizer, é da ordem de um acontecimento – atualidade e memória – que intervém no imaginariamente estruturado languageiro do sujeito”.

Após uma fala pública do bispo de Estrasburgo, Léon Arthur Elchinger, em 1982, Seel decidiu discursivizar a sua história nas mãos dos nazistas em uma carta aberta ao bispo e à imprensa. O discurso enunciado pelo bispo foi o seguinte: “Eu considero a homossexualidade uma doença. Eu respeito os homossexuais da mesma forma como respeito os doentes. Mas se eles querem transformar sua doença em saúde, eu não concordo” (Seel, 2012, p. 137).

Para Pierre Seel, o discurso de ódio, como esse, levou milhares de homossexuais às prisões, aos campos de concentração e ao extermínio. A designação ‘doença’ e ou ‘perversão social’ foram mobilizadas pelo nazismo para

matar, em nome do Estado e da ideologia de supremacia racial e superioridade alemã.

SD 20

Decidi dar o meu total apoio às numerosas vozes de todos aqueles e aquelas que se sentiram ofendidos pela sua declaração de 8 de abril de 1982. Vítima do nazismo, **denuncio publicamente**, com todas as minhas forças, que tais discursos favoreceram e justificaram o extermínio de milhões de **doentes** por razões políticas, religiosas, raciais ou de comportamento sexual. **Não sou um doente** e não padeço de nenhuma doença. Não desejo retornar às enfermarias onde curaram a minha homossexualidade, mais precisamente em um local que não fica longe da capital alsaciana. Foi em 1941. Eu só tinha dezoito anos. Detido, torturado, golpeado, preso, internado fora de toda jurisdição, sem nenhuma defesa, nem processo, nem julgamento. Estou muito cansado essa noite por me lembrar de todas as torturas morais e físicas e os **sofrimentos indescritíveis e inexprimíveis** que então suportei. Desde então, toda a minha vida foi vivida na terrível dor compartilhada com minha família por causa dessa detenção arbitrária. Sua declaração de 8 de abril de 1982 despertou em mim um amontoado de lembranças atroz e decidi também, aos cinquenta e nove anos, sair do anonimato. Por toda minha vida e até hoje, eu não conheci o ódio por ninguém. E, no entanto, sofrendo do desamparo profundo no qual nos deixa essa homofobia sempre presente, **estremeço** pensando em todos os homossexuais desaparecidos e em todos aqueles que, no mundo, infelizmente, ainda são torturados e exterminados como tantas outras minorias. (Seel, 2012, p. 173, grifos nossos).

A SD 20 configura-se como uma carta aberta, datada 18 de novembro de 1982, publicada pela revista *Gai Pied Hebdo*, na edição nº 47, em 11 de dezembro do mesmo ano. O discurso sinaliza para um grito de revolta e de busca por reconhecimento e, ao mesmo tempo, materializa-se a concretização da resistência do sujeito homossexual Pierre Seel por sua luta sócio-política contra a homofobia e a violência. Assim, o seu testemunho configura-se como uma causa moral, pois, ao publicizar sua dor, faz de suas palavras, uma arma para poder receber reparações jurídicas e históricas. Desse testemunho de revolta em diante, começou a militar pela causa homossexual e testemunhou por diversas vezes, em muitas ocasiões, denunciando as violências sofridas.

Seel deu visibilidade e legitimidade ao direito de ser homossexual, a ele mesmo e aos demais sujeitos que viviam essa mesma condição (Seel, 2012, p. 139). Ele passou da revolta à resistência, instaurando redes discursivas dentro das relações de poder, tomou o direito de ocupar a posição-sujeito homossexual e de deixar o seu legado de luta por seu testemunho. Mesmo assim, nunca foi

indenizado, nem reconhecido pelo Estado como vítima e, apesar disso, não desistiu de fazer emergir outros testemunhos de sujeitos que, assim como ele, foram violentados.

Pelo testemunho do sujeito homossexual, ressoam memórias traumáticas que confrontam e denunciam estruturas opressivas. Como já salientado ao longo desta pesquisa, é pela linguagem e a sua opacidade que os efeitos de sentidos sempre podem ser outros, considerando que é por gestos de interpretação que esses sujeitos são, muitas vezes, considerados como aqueles que se submeteram ao regime nazista sem resistir. Na SD 20, vemos que pelo discurso religioso há a condenação das práticas homossexuais ao castigo divino e, no discurso médico, são designadas de patologia. Ao confrontar a formação discursiva religiosa do bispo de Estrasburgo, Léon Arthur Elchinger, o sujeito homossexual coloca em suspenso o discurso de verdade que considera a homossexualidade uma doença, confrontando-o e visando estabelecer uma nova rede de sentidos, como a que sinaliza para a criminalidade, pois enuncia que discursos como o proferido pelo bispo justificam e autorizam a morte de inúmeros sujeitos homossexuais ao longo da história. Instaura-se, portanto, uma crítica contundente à homofobia.

A posição do sujeito neste discurso é particularmente significativa. Pierre Seel, ao romper o silêncio aos cinquenta e nove anos, assume uma posição-sujeito marcada pela experiência traumática do aprisionamento, da tortura, da violência. Sua declaração não se limita a um relato pessoal, mas constitui-se como uma prática de resistência política em que se constituem efeitos de contrariedade ao discurso homofóbico.

Neste sentido, o sujeito que emerge no discurso é descentrado, constituído pelo retorno de memórias e de práticas que indicam a necessidade de testemunhar, de lembrar para que não torne a acontecer e de contestar. Com isso, continua a funcionar o sujeito do discurso nunca plenamente identificado com a forma sujeito e dono de sua fala, mas sim o efeito de redes discursivas pré-existentes (Pêcheux, [1975] 2009). No caso em análise, vemos como o 'eu' que enuncia é simultaneamente assujeitado pelas marcas da violência nazista e testemunha que vai da revolta à resistência, sendo ativo na desestabilização e desconstrução de discursos opressivos do seu tempo.

As metáforas que perpassam o discurso corroboram para a construção de efeitos de sentido indiciadores de luta. Com o enunciado nas “enfermarias onde curaram minha homossexualidade”, funciona a metáfora que encaminha para um discurso medicalizante que expõe a violência dos discursos patologizantes. Esta construção imaginária não apenas evoca as práticas de conversão forçada, mas também estabelece uma relação metafórica entre os aparatos de controle nazistas e os discursos homofóbicos da década de 1980, que perduram e ressoam na contemporaneidade. Pêcheux (2012, p. 158, grifos do autor), ao afirmar que o interdiscurso é o princípio do funcionamento discursivo, justifica essa tomada de posição, asseverando que “os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva e que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente”.

O fundador da AD referenda o simbólico e os efeitos de sentido de conflitos/alianças entre discursos. Diferentemente da metáfora, que se alicerça na semelhança, a metonímia funciona como uma parte pelo todo que pode indicar discursos que se atravessam, ressoando no eixo da formulação. Na SD em análise, o discurso constitui relações de contiguidade ao enumerar as violências infligidas ao sujeito homossexual: ‘detido, torturado, golpeado, preso, internado’. Desse modo, instaura-se uma cadeia metonímica em que cada termo evoca não apenas uma experiência particular de dor e de sofrimento, mas todo um sistema de vigilância, aprisionamento e opressão. Da mesma forma, a referência à ‘capital alsaciana’ opera como uma metonímia geográfica em que se localiza o trauma sem precisar nomear explicitamente todo o aparato concentracionário nazista. Estas estratégias discursivas e metonímicas, em nosso gesto de leitura, possibilitam que o sujeito interlocutor preencha os ‘furos’ no discurso e interprete desde a sua posição-sujeito, criando, assim, um efeito de implicação mais intenso.

O discurso do sujeito homossexual, pelo testemunho de Pierre Seel, se insere em uma complexa rede de disputas por significação. Ao confrontar explicitamente a declaração homofóbica de 1982 com suas memórias do Holocausto, o sujeito estabelece rede de sentidos em que a política nazista se presentifica em diferentes temporalidades históricas. Por esta operação discursiva

ressoa a homofobia como um dispositivo de morte análogo ao racismo nazista, mostrando como ambos se sustentam em uma mesma lógica de exclusão. Neste caso, o testemunho de Seel funciona como uma contra narrativa que desafia os silenciamentos impostos às minorias, sinalizando para a desidentificação, pois o sujeito homossexual não compactua com o imaginário de sujeito que passam dele, atribuído a ele, significando-o como doente, anormal, patológico.

A análise das estratégias discursivas mobilizadas na SD permite compreender como, pela língua na história, se instaura a resistência política. As metáforas que condensam experiências traumáticas, as metonímias que articulam o particular com o estrutural, e a própria posição do sujeito que fala convergem para a construção de um discurso que é, simultaneamente, de denúncia e uma prática de resistência. Como bem nos ensina Pêcheux ([1975] 2009), a AD não pode se limitar à descrição formal dos textos, mas deve buscar compreender como eles se inserem em lutas materiais por significação. O depoimento de Pierre Seel constitui efeitos de evidência deste potencial transformador da linguagem, mostrando como a (re)significação do passado pode ser mobilizada como arma contra as opressões do presente.

4.1 O triângulo rosa: de cor da perseguição à marca de resistência

Pierre Nora (2009, p. 8) afirma que “[...] temos testemunhado a rápida emergência de todas as formas de memória no caso de minorias, para as quais a recuperação de seu passado é parte integral da afirmação de sua identidade”. O autor aborda essa questão ao discutir sobre memória, pois, como ele destaca, essa noção consiste num movimento de emancipação e liberdade à medida que possibilita aos povos, grupos étnicos e sujeitos reclamarem, por meio dos discursos e testemunhos, suas posições na contemporaneidade.

Diante disso, compreendemos que enfocar o sujeito homossexual no MHC é dar visibilidade a esses sujeitos, visando interpretar o que sobre eles é discursivizado. Portanto, é pertinente destacarmos o triângulo rosa, insígnia que serviu para os nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, marcar tais sujeitos, instaurando efeitos de identificação. A própria designação *insígnia* instaura efeitos de contradição, uma vez que é utilizada como forma de reconhecimento, ao marcar

a posição do soldado no grupo; mas, também, sinaliza a dor e um caráter persecutório à medida que serve para marcar/estigmatizar o sujeito homossexual.

O *site* do Museu do Holocausto de Washington⁵⁷, em uma de suas páginas, aborda a história dos distintivos usados pelos judeus ao longo dos séculos para identificá-los como minorias religiosas. Tal prática começou no século VIII, sob o domínio islâmico, no qual, judeus e cristãos, considerados “Povos do Livro”, eram obrigados a pagar um imposto especial (*jizya*) e, em muitos casos, a usar distintivos que os identificassem. Esses símbolos variavam conforme a região e o período: em Bagdá, no século IX, os judeus usavam cintos e orlas amarelas, enquanto no Egito, no século XI, eram obrigados a usar sininhos em suas roupas. Essas práticas reforçavam sua condição de *dhimis* (protegidos), marcando-os como socialmente inferiores aos muçulmanos.

Pêcheux ([1975] 2009) estabelece que, pela norma identificadora, o sujeito se reconhece e se identifica com os demais sujeitos ou se desidentifica, sabendo, enfim, quem ele é, nesse processo de identificação. Assim, os distintivos funcionam como mecanismo de controle social, que entendemos discursivamente como modos de estabelecer a divisão e de praticar o preconceito, como um dispositivo de poder que indicia a diferença e a inferioridade dos judeus, sustentando a ordem social cristã; sustentando a prática discursiva da exclusão social por meio dos desejos sexuais, atrelados às práticas sociais da religião (que condena pelo pecado) e da política (que condena pelo Parágrafo 175).

Nesse processo, os sujeitos são interpelados a assumir posições dentro de uma estrutura social. Essa norma não funciona somente como uma regra imposta de fora, mas como o que se naturaliza na formação social, funcionando como parte identitária dos sujeitos. A partir de Pêcheux ([1975] 2009) compreendemos que a norma identificadora liga-se à formação discursiva, como um conjunto de regras e de práticas que determinam o que pode e deve ser dito em determinadas condições de produção.

No caso dos distintivos usados pelos judeus ao longo da história, a norma identificadora opera como um dispositivo discursivo que define e fixa ilusoriamente

⁵⁷ Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/jewish-badge-origins> Acesso em: 18 mar. 2025.

a formação identitária judaica dentro de uma estrutura de poder. Os distintivos não eram apenas marcas visuais, mas parte de um sistema que estabelecia a posição dos judeus como “outros” em relação à maioria muçulmana ou cristã. Essa identificação circulava tanto na comunidade dos judeus quanto na formação social dominante, naturalizando a hierarquia e a segregação. Além disso, entendemos a partir de Pêcheux que a norma identificadora liga-se às relações de poder. Ele sentencia que “a identificação não é um ato neutro, mas um processo que se inscreve em relações de força e dominação, onde a norma é imposta como evidência, como algo que não precisa ser questionado.” (Pêcheux, [1975], 2009, p. 152).

Pelo funcionamento da ideologia ocorre a naturalização da hierarquia religiosa que justifica a subordinação dos não-cristãos, em troca da suposta proteção do Estado. Essa relação de forças e de poder, em que a aceitação de práticas dominadoras era exigida em troca de direitos limitados, ressoa a dinâmica de segregação e de submissão presente nas estruturas sociais da época.

Na Europa medieval, a prática foi mantida por papas e reis cristãos, demonstrando como a interpelação ideológica, compreendida a partir de Althusser (1985) constrói as identidades sociais. Em 1215, o Quarto Concílio de Latrão, convocado pelo Papa Inocêncio III, decretou que judeus e muçulmanos deveriam usar roupas ou sinais que os distinguissem dos cristãos. O objetivo era evitar relações sociais ou sexuais entre cristãos e não cristãos. Tal decreto não especificava exatamente qual símbolo deveria ser usado, mas muitas regiões adotaram formas variadas, como círculos amarelos ou outras marcas.⁵⁸

Na Inglaterra, os judeus foram obrigados a usar um distintivo amarelo em forma das Tábuas da Lei. Na França, usavam círculos vermelhos ou amarelos, enquanto em regiões de língua alemã, o *Judenhut*, chapéu cônico pontudo, era comum. Essas insígnias segregavam e limitavam o contato entre judeus e cristãos, intensificando a alteridade e a exclusão.

O uso dessas marcas diminuiu no oeste da Europa a partir do século XVI, mas o distintivo amarelo permaneceu comum até o século XVIII, quando a

⁵⁸ *The Church and the Jews in the XIIIth Century* (1966), Solomon Grayzel discute as decisões do Quarto Concílio de Latrão e seu impacto sobre as comunidades judaicas, incluindo a imposição de distintivos.

Revolução Francesa e a emancipação dos judeus no século XIX levaram ao fim dessa prática.

É importante destacar que, antes do nazismo, a Estrela de Davi raramente era usada como distintivo judaico, sendo mais associada ao período do Holocausto. Nesse sentido, a AD nos permite compreender como os dispositivos de identificação e de segregação são historicamente construídos e ressignificados.

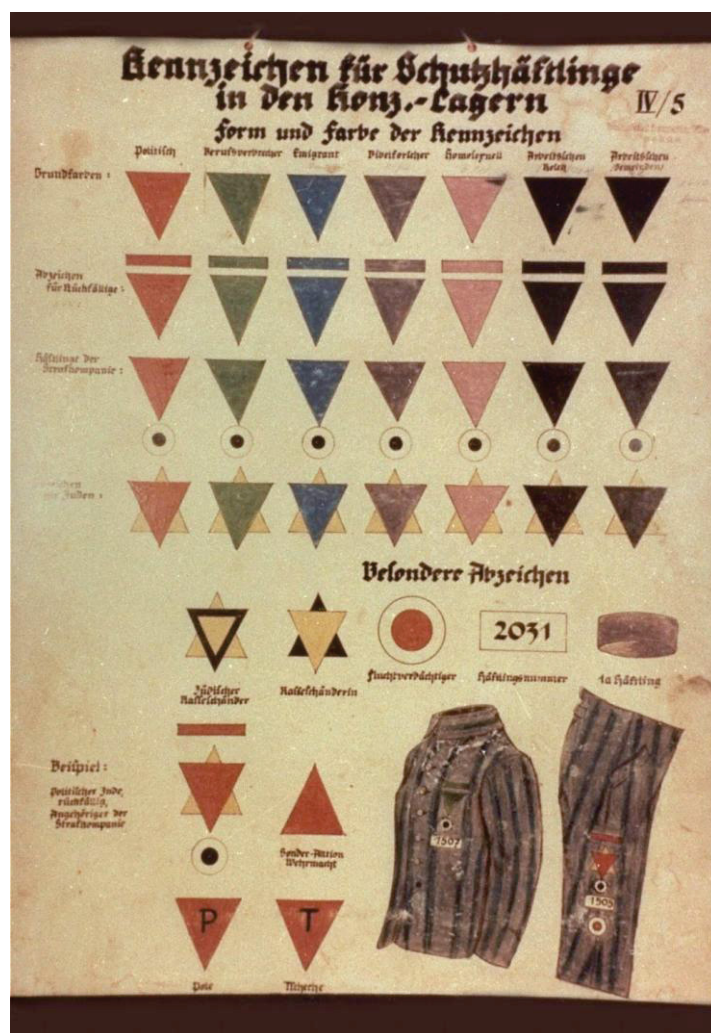
No entanto, os oficiais nazistas impuseram novamente o uso do distintivo entre 1939 e 1945, e o fizeram de maneira intensa, violenta e sistemática, preparando o caminho para a deportação dos judeus para guetos e centros de extermínio na Europa Oriental ocupada pelos alemães.

Em setembro de 1939, após a invasão da Polônia, as autoridades alemãs impuseram o uso do distintivo judeu, começando por Wloclawek, em outubro. Em novembro, no Governo-Geral, judeus acima de dez anos foram obrigados a usar uma braçadeira branca com a Estrela de Davi azul. Após a invasão da União Soviética em 1941, distintivos variados foram introduzidos nas regiões ocupadas. Em setembro de 1941, Reinhard Heydrich decretou que todos os judeus do *Reich*, a partir de seis anos, usassem uma Estrela de Davi amarela com o significante “Judeu” no peito. No leste europeu, a imposição enfrentou resistência de populações locais, autoridades e até militares alemães, instaurando efeitos de evidência acerca da complexidade da aplicação dessa política de identificação forçada.⁵⁹

Além dos judeus e dos homossexuais, outros vulneráveis foram marcados por triângulos de outras cores ou outras insígnias. Os decretos nazistas que exigiam a identificação dos judeus por meio de algum tipo de marcador raramente eram ações isoladas, pois, faziam parte de um conjunto de medidas antissemitas, cujo objetivo era segregar os judeus do restante da população e reforçar sua posição de inferioridade.

⁵⁹ Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/jewish-badge-during-the-nazi-era> Acesso em: 18 mar. 2025.

Texto-imagem 15: Gráfico de marcações de Prisioneiros



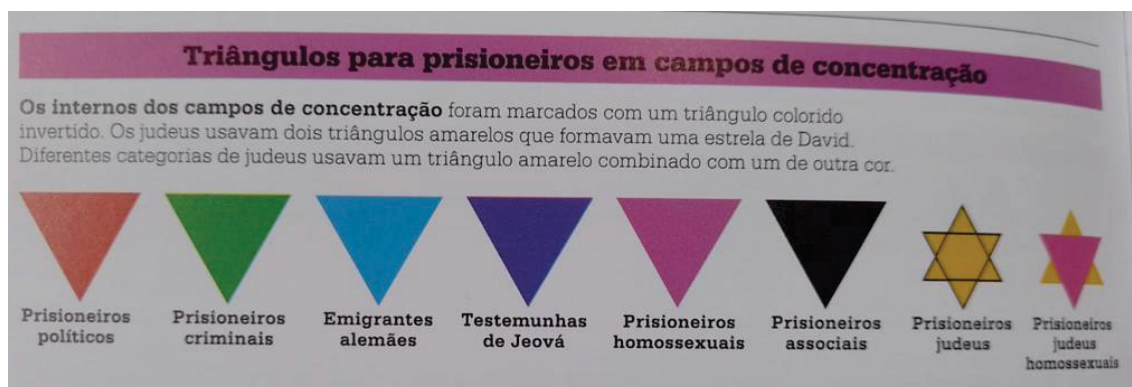
Fonte: Enciclopédia USHMM.⁶⁰

O texto-imagem 15 dá visibilidade às insígnias adotadas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, as quais deveriam ser utilizadas pelos inimigos do Terceiro *Reich*. Intercalaremos esse e outros textos-imagem com testemunhos de sobreviventes que foram marcados com o triângulo rosa durante a prisão nos

⁶⁰ Cartaz, utilizado nos campos de concentração alemães, com ilustrações indicando os diferentes tipos de prisioneiros. [Dachau](https://dachau.ushmm.org/), Alemanha, entre 1938 e 1942. Entre 1937 e 1938, as SS criaram um sistema de identificação dos diferentes tipos de prisioneiros em [campos de concentração](https://dachau.ushmm.org/). Costurados nos uniformes prisionais, os crachás codificados por cores identificavam o motivo do encarceramento de cada um, com alguma variação entre os campos. Os nazistas usaram esse cartaz que ilustrava as classificações de prisioneiros no campo de concentração de Dachau. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/classification-system-in-nazi-concentration-camps>. Acesso em: 10 jul. de 2024.

campos de concentração a fim de dar visibilidade às consequências que essas marcações trouxeram para os sujeitos homossexuais.

Texto-imagem 16: As cores do triângulo e sua marcação



Fonte: Andrews et. al. (2024)

Para uma análise discursiva que vá além do psicologismo cultural das cores, é necessário examinar o funcionamento delas, como dispositivos de poder, marcando e categorizando os sujeitos dentro de formações discursivas. Nesse sentido, o uso do triângulo rosa é significativo, instaurando efeitos de evidência de como a cor pode ser instrumentalizada para fins de controle, exclusão e violência.

No imaginário social, a cor rosa está associada a qualidades “tipicamente femininas”, constituindo efeitos de sentido que sinalizam para o encanto, a amabilidade, a inocência e a frivolidade. Essas associações, construídas discursivamente, funcionam como pré-construído de gênero e sexualidade. No contexto nazista, o triângulo rosa reforça a leitura discursiva que associa a homossexualidade à feminilidade e, portanto, à “degeneração” e à “fraqueza”, uma vez que os nazistas também discursivizavam as mulheres como frágeis, submissas e muitos outros estereótipos. Essa associação não é neutra, ela serve para instaurar discursos de humilhação, estigmatização e que justificam a perseguição.

O uso do triângulo rosa era uma forma de identificação e um mecanismo de controle e hierarquização dentro dos campos de concentração. A cor funcionava como discurso que significa, demarcando os sujeitos como “outros”, ou seja, os excluídos da norma heterossexual defendida pelo regime nazista. Ao atribuir o triângulo rosa aos homossexuais, o regime nazista adensava a narratividade que

patologizava e criminalizava a homossexualidade, enquadrando-a como uma ameaça à “pureza” da nação.

Nossos gestos de leitura encaminham para a afirmação de que a cor rosa, para os nazistas, se insere em efeitos de sentidos de fragilidade, de efeminação e de desordem moral. Ela não é somente um marcador visual, mas um instrumento de opressão dentro do sistema. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o triângulo rosa foi ressignificado pelos movimentos LGBTQIA+ como uma prática de resistência e de orgulho. Essa ressignificação traz todas as cores do arco-íris, rediscursivizadas em novas formações discursivas, deslocando-se da opressão para a luta e afirmação do orgulho e da busca por direitos dos sujeitos homossexuais.

Esse deslocamento do discurso político das cores não possui sentidos homogêneos, ou seja, podem ser renegociados dentro de condições de produção específicas. Outro ponto importante é que, ao rememorar o triângulo rosa como símbolo de resistência, os movimentos LGBTQIA+ reafirmam a importância da luta contra a discriminação e a violência. A cor funciona, portanto, como discurso e, nesse sentido, tornou-se um dispositivo de empoderamento e mobilização política.

Diversos relatos, segundo Andrews et al. (2024), destacam que os homens marcados com o triângulo rosa eram submetidos a um tratamento cruel, tanto por parte dos guardas quanto de outros presos, em comparação com a maioria dos grupos de prisioneiros. Conhecidos como “175s” ou “bichas sujas”, eles eram obrigados a dormir com as mãos fora das cobertas para que não fossem flagrados se masturbando e, em certos campos de concentração, eram mantidos em isolamento dos demais detentos. Em locais como *Auschwitz*, *Buchenwald*, *Sachsenhausen* e *Mauthausen*, eram designados para as tarefas mais perigosas e extenuantes.

Os nazistas queriam “reeducar” os homossexuais e acreditavam que o trabalho intensivo em fábricas de cimento, olarias e pedreiras os transformaria em “homens de verdade”. Cientistas e médicos conduziram experimentos médicos para encontrar a cura. Uma dessas medidas incluíam o uso de drogas psicotrópicas ou injeções de hormônios ou de vacinas. A partir de 1942, os comandantes dos campos de concentração passaram a poder ordenar a castração dos prisioneiros com o triângulo rosa. O triângulo rosa está associado a uma das maiores taxas de mortalidade nos campos de concentração nazistas. Estima-se que 55% a 65% desses homens morreram. A taxa de mortalidade de presos políticos

que também foram presos para “fins de reeducação” foi de 40%. (Andrews et al, 2024, p. 160, grifos do autor).

A citação ilustra estatisticamente, instaurando, portanto, efeitos de verdade, a diferença nos dados de morte e de violência direcionados aos sujeitos homossexuais. A alta mortalidade também sinaliza para a opressão sexual e para a violência de Estado, onde os corpos dos sujeitos homossexuais eram descartáveis e sujeitos a experimentos cruéis em nome da “ciência”.

Michel Foucault (2001), em seu texto *Os Anormais*, discute de que forma a sociedade define e marginaliza aqueles que fogem às normas estabelecidas. No regime nazista, os homossexuais também foram enquadrados como “anormais” por não se adequarem aos discursos normativos de masculinidade e heterossexualidade propagados pelo Estado. A perseguição aos homossexuais foi uma questão moral, religiosa e científica.

Os nazistas acreditavam que o trabalho forçado em condições extremas como, fábricas de cimento, olarias e pedreiras, transformaria os sujeitos homossexuais em “homens de verdade”, o que ressoa na lógica foucaultiana de que o poder disciplinar busca controlar os corpos e as mentalidades para que se conformem às normas sociais. A tortura e o trabalho forçado foram usados como punição e tentativa de “reeducação”, ou seja, de normalizar os sujeitos considerados desviantes.

Cientistas e médicos nazistas, ao conduzirem experimentos com drogas psicotrópicas, hormônios e vacinas, na tentativa de encontrar uma “cura” para a homossexualidade, complementavam um projeto mais amplo de eugenia, que visava eliminar “defeitos” genéticos e comportamentais da população.

Como uma dessas medidas, a castração foi autorizada a partir de 1942, outra forma de controle e de violência, baseada na crença de que a homossexualidade estava ligada a desequilíbrios hormonais ou biológicos, trazendo os discursos da medicalização da sexualidade, o que ajudou a colaborar para que os sujeitos fossem condenados, presos, torturados e exterminados.

Assim como os nazistas usaram a ciência para justificar a perseguição aos homossexuais, práticas contemporâneas tanto nos domínios do religioso quanto científicos, tais como a “cura espiritual” ou terapias de “conversão ou inversão” da

sexualidade, perpetuam os já-ditos de que a homossexualidade é uma doença a ser tratada. Tais ações desejam reeducar os sujeitos muitas vezes através de práticas abusivas e traumáticas, embora menos violentas do que os experimentos nazistas, ainda se baseando em uma lógica patologizante que nega a legitimidade dos sujeitos LGBTQIA+.

SD 21

[...] Os prisioneiros estavam amontoados em um campo que em 1942 ainda não tinha nenhuma mulher. Essa promiscuidade imposta, à qual se somava a impossibilidade dos presos de levar uma vida sexual normal, pode explicar as práticas homossexuais entre alguns para os quais elas seriam inconcebíveis em circunstâncias normais de vida. Para os detentos cuja libido não havia sido tolhida pelas rudes condições, o desejo sexual podia ser satisfeito com colegas do mesmo sexo. Para Rudolf, o fato de ser portador do triângulo rosa e ligeiramente afeminado torna-o uma escolha “natural”. Mas isso não se aplica somente ao homossexual que ele é e identificado como tal. Nos dormitórios, não raro um preso desliza de um leito para o outro, homossexual ou não. [...] Os telhados, as dependências, as escadas podem tornar-se um local propício para os contatos sexuais. Desde que essas relações sejam consentidas, poucos prisioneiros se ofendem de verdade. Mas deve-se não chamar a atenção nem ser surpreendido pelos SS. Estes suspeitam de atos homossexuais entre os prisioneiros, mas não os toleram. Eles constituem uma violação do regulamento do campo. (Schwab; Brazda, 2011, p. 134).

A SD 21 de Schwab e Brazda (2011) apresenta uma complexa rede de relações de poder, subjetividade e resistência nos campos de concentração nazistas. A promiscuidade forçada e a impossibilidade de uma vida sexual no campo criaram um ambiente em que práticas homossexuais, mesmo entre aqueles que as rejeitariam em outras circunstâncias, emergiram.

Foucault (2009) nos ajuda a entender como os corpos e as subjetividades dos prisioneiros eram transformados pelas condições extremas de confinamento e controle. O poder nazista produzia corpos e identidades, pois, ao marcar Rudolf com o triângulo rosa e por ser ligeiramente afeminado, o tornava uma escolha “natural” para práticas homossexuais. Essa reconfiguração das normas de gênero e sexualidade no campo instaura efeitos de sentidos do poder operando nas subjetividades que internalizam e reinterpretem as normas impostas.

A partir de Pêcheux (2009), compreendemos o triângulo rosa, como um dispositivo de identificação que posicionava Rudolf dentro de uma hierarquia de poder, desumanizando-o a ponto de ser usado sexualmente. No entanto, as

formações discursivas não são monolíticas, elas são atravessadas por contradições que abrem espaços para resistência. Assim, as relações homossexuais, embora proibidas pela SS, eram toleradas entre os prisioneiros, desde que discretas. Essa tolerância relativa ressignifica o espaço em microespaços de resistência.

As práticas homossexuais eram tanto um produto das condições quanto uma forma de luta pela sobrevivência e dignidade. A necessidade de discrição e o medo da punição sinalizavam para uma resistência limitada, mas, ainda assim, presente. Essa resistência era coletiva, uma vez que a tolerância dos outros prisioneiros em relação a essas práticas criava uma rede de segurança.

Os discursos podem ser reinterpretados e resistidos, a materialidade das relações sexuais nos dormitórios, telhados e certas dependências do campo desafiava a norma imposta, construindo um espaço de subversão e reafirmação da vida em meio à morte.

4.2 E o se silêncio se fez voz e resistência: do Parágrafo 175 ao discurso do *testemunho duplo*

Um dos instrumentos que possibilitaram essa repressão aos sujeitos homossexuais foi o Parágrafo 175, que se configura como um dispositivo hitlerista para criminalizar os homossexuais. A perseguição a esses sujeitos, portanto, funciona como uma estratégia ideológica para fortalecer a raça pura que, segundo eles, sinalizaria para a superioridade dos alemães. Essa superioridade, inclusive, foi corroborada por cientistas, médicos, que se baseavam em critérios como tamanho do cérebro, traços físicos (nariz, cor dos olhos e cabelos) para determinar quem era superior ou inferior.

Na aparência, alguns homens gays alemães, com seu porte alto, louro e bonito, poderiam ter sido exemplos perfeitos da superioridade ariana, mas, se esses homens preferiam fazer sexo com outros homens, era claro que não estariam reproduzindo. Novos bebês alemães eram a prioridade, e homens que não reproduziam representavam um problema para o regime. Os nazistas temiam que os homens gays recrutassem outros homens para um estilo de vida homossexual, reduzindo assim o número de homens aceitáveis para reprodução. Eles também tinham a preocupação de que a homossexualidade pudesse ser hereditária; assim, se algum homossexual

reproduzisse, poderia haver uma população gay ainda maior. Para os líderes nazistas, a única forma de resolver esse problema era se livrar dos homossexuais. Isso foi conseguido por meio de revisões no Parágrafo 175. (Settingington, 2017, p. 47).

Assim, o discurso nazista alicerçado no parágrafo 175, sinaliza para efeitos de sentido que constituem a identidade do sujeito homossexual, bem como efeitos de exclusão/segregação. A aparência física é constitutiva do imaginário do que é ser um sujeito alemão, pois apresenta características físicas como a cor do cabelo, força, beleza, ideais pretendidos pelo regime nazista. Além disso, o discurso hitlerista evidencia um sujeito homossexual que ameaça a ordem nacionalista de reprodução, ou seja, ancora-se numa rede de saberes que funcionam na ordem do biológico e da religiosidade, retomando discursos que já circularam em outros lugares e em outras temporalidades, pois o sexo é entendido para fins reprodutivos.

O discurso que se instaura descreve o sujeito homossexual como fisicamente identificado aos ideais de beleza ariana, mas ao mesmo tempo desidentifica-se com o projeto nazista, porque sinaliza para uma contradição interna na formação discursiva em que se instauram os sentidos dos discursos de Adolf Hitler e seus seguidores, visto que, ao mesmo tempo que são reconhecidas as características físicas desejáveis, há a rejeição da orientação sexual desses sujeitos, instaurando efeitos de sentido de exclusão baseados na reprodução biológica como critério fundamental de pertencimento à nação.

A memória discursiva, nesse caso, é mobilizada para perpetuar uma concepção de sexualidade estritamente vinculada à reprodução e à continuidade da raça ariana. Settingington (2017) faz referência ao medo dos nazistas de que a homossexualidade pudesse se espalhar, seja por influência social ou por herança biológica. Isso dá visibilidade de como o regime nazista recorria a discursos pseudocientíficos para dar efeitos de verdade à perseguição e à eliminação de grupos designados como desviantes.

O Parágrafo 175 é mencionado como um instrumento legal que foi revisado para intensificar a perseguição aos homossexuais. Nesse sentido, o dispositivo jurídico operava não apenas como uma ferramenta de controle social, mas também como um modo de silenciamento e erradicação de identidades que desafiavam a norma estabelecida. Assim, a citação expõe como o poder se articula para moldar

corpos e subjetividades, utilizando a sexualidade como um campo de regulação e exclusão. Na sequência, damos visibilidade ao referido Parágrafo 175:

SD 22

PARÁGRAFO 175

175. Um homem que cometa atos indecentes e lascivos com outro homem, ou se permita ser abusado por atos indecentes e lascivos, deve ser punido com prisão. No caso de um participante com idade inferior a 21 anos na época do cometimento do ato, a corte pode, em casos ligeiramente especiais, abster-se da punição.

175^a. Confinamento numa penitenciária não deve exceder dez anos e, em circunstâncias atenuantes, encarceramento não inferior a três meses deve ser imposto:

1. A um homem que, com força ou ameaça de perigo iminente à vida e aos membros, compele outro homem a cometer atos indecentes e lascivos com ele ou compele a outra parte a submeter-se ao abuso por atos indecentes e lascivos.
2. A um homem que, por abuso de um relacionamento de dependência, em consequência de serviço, emprego ou subordinação, induz outro homem a cometer atos indecentes e lascivos com ele ou submeter-se a ser abusado por tais atos.
3. A um homem que, tendo mais de 21 anos de idade, induz outro homem com idade inferior a 21 anos a cometer atos indecentes e lascivos com ele ou submete-se a ser abusado por tais atos.
4. A um homem que, profissionalmente, se comprometer em atos indecentes e lascivos com outros homens, se submeter a tais abusos com outros homens ou se oferecer para atos indecentes e lascivos com outros homens.

175b. Atos indecentes e lascivos contrários à natureza entre seres humanos e animais devem ser punidos com prisão; perda de direitos civis também pode ser imposta. (Settington, 2017, p. 44).

A SD 22 acima instaura efeitos de sentido de caráter normativo e disciplinador, que se constitui na regulação dos sujeitos homossexuais, especialmente em relação às práticas consideradas “indecentes e lascivas” entre os homossexuais masculinos. Sob a perspectiva da AD, de Michel Pêcheux, esse dispositivo legal não só designa e define comportamentos específicos como criminosos, mas também participa da produção de subjetividades ao delimitar o que é permitido e o que é censurado.

Ao designar as práticas sexuais entre homens como “indecentes e lascivas”, o discurso normativo reforça uma memória discursiva que associa determinadas práticas sexuais à transgressão e à criminalidade. Essa designação não é neutra, pois o discurso não é neutro (Pêcheux, [1969] 2019), é alicerçado em formações ideológicas que marginalizam e estigmatizam essas práticas, posicionando os sujeitos envolvidos como desviantes dentro de uma ordem social e moral mais

ampla. Ressoa, no fio do discurso, a memória ancorada na formação ideológica cristã que, no século XII, com o Concílio de Latrão, condenava as práticas homossexuais, fato que se estendeu ao longo dos tempos. “Com essa conduta excludente, se estabeleceu que qualquer pessoa que praticasse atos de sodomia, teria que ser penalizada, de acordo com a posição hierárquica que ocupava em sociedade.” (Verbicaro Soares, 2016, p. 52).

Ao considerar o sujeito na perspectiva pecheuxtiana, interpretamos que ele é sempre interpelado pela ideologia por meio do discurso. Nessas condições de produção, a da Segunda Guerra Mundial, Hitler e seus seguidores visavam ao extermínio de diversos grupos de vulneráveis, dentre os quais o sujeito homossexual, que é constituído e posicionado pelo discurso jurídico como um desvio da norma, um elemento a ser vigiado, perseguido, controlado, aprisionado e punido. As designações utilizadas no trecho, como “atos indecentes e lascivos”, são formulações discursivas carregadas de julgamento moral, que não apenas descrevem ações, mas atribuem a elas um efeito de sentido negativo, posicionando os sujeitos envolvidos como criminosos. Esse sujeito é, portanto, produzido pelo discurso como um “outro” a ser marginalizado e controlado. Himmler, em 1937, afirmou que o sujeito homossexual deveria ser eliminado e, metaforicamente, o designou como “urtigas”, que são destruídas por meio do fogo (Rees, 2018).

O uso de designações como “indecente” e “lascivo” não é algo novo ou original; ao contrário, essas designações carregam consigo uma longa história de estigmatização da homossexualidade, que remonta a discursos religiosos, médicos e legais ao longo dos séculos. Esses discursos históricos foram constituindo efeitos de sentido negativos associados à homossexualidade, e essa memória é ativada e atualizada pelo dispositivo jurídico presente no trecho. O discurso jurídico, ao mobilizar essa memória, não apenas reprime práticas específicas, mas também reforça uma ideologia que naturaliza a heteronormatividade e patologiza a diversidade sexual.

O discurso de ódio, nesse contexto, emerge como um discurso institucionalizado que se manifesta através da lei. A criminalização sistemática das relações sexuais entre homens, especialmente através de categorias morais e punitivas, configura um discurso de ódio institucional. Esse ódio é expresso na

maneira como o sujeito homossexual é construído como uma ameaça à ordem social, seja pela sua “indecência” ou pela sua suposta influência corruptora, como sugerido na criminalização da indução de jovens ou na profissionalização dos atos homossexuais.

Vale destacar que, neste trabalho, ancorados em Potiguar (2015), o discurso de ódio é entendido não apenas como uma manifestação locucionária, mas como a ofensa e a perseguição dirigida ao sujeito homossexual, bem como a outras minorias, eliminando as igualdades e instaurando desumanização do sujeito. Butler (2021), por sua vez, compreende o discurso de ódio como um ato linguístico, que instaura e operacionaliza uma performance da violência, pela repetibilidade de normas sociais que visam a exclusão. Para ela, o discurso de ódio é uma prática social que estabiliza a ordem dominante e institui que certos corpos são invalidados.

[...] ser chamado de forma injuriosa não é apenas abrir-se a um futuro desconhecido mas desconhecer o tempo e o lugar da injúria, desorientar-se em relação à própria situação como efeito desse discurso. O que se revela no momento de tamanha ruptura é exatamente a instabilidade do nosso ‘lugar’ na comunidade de falantes. (Butler, 2021, p. 15-16).

Assim, a injúria linguística⁶¹, ainda que distinta do ataque físico, não deixa de constituir uma forma de violência com efeitos materiais concretos. A “dor linguística”, a que a autora se refere, possui uma dimensão somática inegável, pois o discurso de ódio, ao atingir o sujeito, também o vulnerabiliza corporalmente. Como Butler (2021, p. 18) discute, “os nomes pelos quais o sujeito é chamado parecem incutir o medo da morte e a incerteza acerca de sua possibilidade de sobreviver”. Dessa maneira, a injúria não é mero fenômeno da violência, mas um mecanismo produtivo que instaura desumanização.

O discurso jurídico instaurado pelo Parágrafo 175 não atua isoladamente; ele é parte de um aparato ideológico maior que visa a manutenção de uma ordem social específica, onde a heterossexualidade é normatizada e qualquer desvio é tratado como patológico ou criminoso. O texto produz e reproduz sujeitos dentro de

⁶¹ Injúria linguística, para Butler (2021), envolve a forma e os modos como as palavras são utilizadas para se dirigir ao sujeito.

uma matriz de poder que marginaliza e exclui. Ao definir práticas homossexuais como “indecentes e lascivos”, o dispositivo jurídico contribui para a produção de uma subjetividade marcada pela criminalidade e pela vergonha, reforçando um sistema de opressão que é histórico e que ressoa pela memória discursiva.

Em suma, o trecho analisado dá visibilidade ao modo como o discurso jurídico, longe de ser neutro, é uma ferramenta de poder que constrói sujeitos, atualiza memórias discursivas carregadas de estigmatização e opera como um discurso de ódio institucionalizado. Através dessas práticas discursivas, o sujeito homossexual é sistematicamente marginalizado e controlado, evidenciando o papel crucial do discurso na manutenção de estruturas de poder e exclusão na sociedade.

O MHC, por meio de suas práticas museológicas, dá visibilidade ao sujeito homossexual na/da contemporaneidade em sua exposição. Fazemos essa ressalva para, a partir dela, destacarmos que, mesmo não enfocando o discurso *sobre* o sujeito homossexual no Holocausto, a memória discursiva ressoa práticas de violência que se repetem no tempo presente. Na introdução deste trabalho, afirmamos que retomariamos os textos-imagem 1, 2 e 3 para efeitos de análise. Iniciamos pelo texto-imagem 1, o qual está estruturado em torno do enunciado “A que ponto chegamos”.

O texto-imagem 1⁶², é constituído por um espaço visual saturado com uma multiplicidade de placas que discursivizam violências históricas, como o Holocausto, e contemporâneas, dentre as quais destacamos a ocorrida na Avenida Paulista (texto-imagem 3). Essa saturação não é apenas quantitativa, mas estrutural: as placas, ao se acumularem, criam um efeito de sobreposição discursiva que ecoa a noção pecheuxtiana de já-dito. Os enunciados presentes nas placas não são autônomos; antes, inscrevem-se em uma formação discursiva que naturaliza certas práticas de exclusão. O excesso de significantes produz um efeito de opacidade, em que o sujeito leitor é confrontado com a impossibilidade de apreender todos os sentidos de forma imediata. Essa estratégia visual materializa o caráter histórico e interdiscursivo da violência, dando visibilidade aos mesmos mecanismos de poder que se repetem, ainda que sob novos enunciados e

⁶² O texto-imagem 1 encontra-se na introdução desta tese. É designada de Painel “A que ponto chegamos no Século XX” e está localizada na página 27.

acontecimentos. A designação “A que ponto chegamos” opera como um interdiscurso que nos convoca a refletir sobre a continuidade dessas violências.

Os textos-imagem 1 e 2⁶³ constituem-se pela saturação visual que dá visibilidade ao processo de assujeitamento analisado por Pêcheux ([1975] 2009), pois as placas, enquanto inscrições de poder, narrativizando violências e reiterando normas que demarcam quem pode ser/é violentado. A disposição das placas remete ao esquecimento nº 2, em que sentidos são silenciados ou ressignificados conforme as lutas discursivas hegemônicas. Os textos-imagem em análise dão visibilidade a enunciados discursivos que não se configuram na neutralidade, mas, sim, num lugar de disputa de memória, pois, ao instaurar a saturação de discursos *sobre* a violência, em um museu dedicado ao Holocausto, instauram-se efeitos de sentido de contradição, uma vez que o discurso do “nunca mais” e a persistência de práticas de exclusão/violência no tempo presente, convoca o sujeito leitor a ler/interpretar os discursos que ali ressoam e, nesse sentido, resistir aos efeitos de sentido que são naturalizados. A saturação, aqui, não é apenas estética, mas política: é a denúncia de que a violência não é exceção, mas regra nas tramas discursivas que organizam o social.

O texto-imagem 3, como mencionado acima, coloca em funcionamento discursos *sobre* a violência no tempo presente ao trazer a narratividade aos “Ataques homofóbicos na Avenida Paulista (2010)”. Vale destacar as condições de produção em que ocorreram esses ataques que, à época, foram amplamente noticiados na mídia brasileira, pois chamou atenção o objeto utilizado para agredir os sujeitos homossexuais: uma lâmpada fluorescente. Na placa recortada do texto-imagem 1 e nomeada, neste trabalho, de texto-imagem 3, lemos o enunciado: “Cinco jovens agrediram três homens na Avenida Paulista, SP, por acharem que eram homossexuais. No Brasil, no ano de 2010, mais de 250 homossexuais foram mortos por causa de sua identidade sexual – um dos maiores índices do mundo” (MHC).

A análise do enunciado permite compreender como o discurso *sobre* a violência contra homossexuais no Brasil opera ideologicamente, articulando sentidos que ao mesmo tempo naturalizam e denunciam essa violência. O texto-

⁶³ O texto-imagem 2 “Recorte do Painel ‘A que ponto chegamos...’” encontra-se na página 30.

imagem menciona um episódio específico de agressão e o relaciona a um dado estatístico de 2010, posicionando o Brasil como um dos países com maior índice de assassinatos de homossexuais. Esse discurso não apenas informa, mas produz efeitos de sentido que vinculam a violência à identidade sexual, reforçando uma representação do Brasil como espaço de intolerância. Ao apresentar dados estatísticos, o sujeito enunciador instaura efeitos de verdade, pois dá concretude ao que enuncia.

A menção aos ‘jovens’ como agressores e às vítimas como ‘homens-homossexuais’ estabelece uma relação de antagonismo que reforça estereótipos sociais, ao mesmo tempo em que a referência ao dado estatístico busca um efeito de autoridade e denúncia. A AD assinala, assim, que o discurso não é neutro: ele silencia certas vozes (como as motivações sociais mais amplas dos agressores) e privilegia outras (a vitimização como identidade fixa), operando dentro de uma formação discursiva que tanto condena a violência quanto a reinscreve como um problema estrutural, mas individualizado. O não-dito – as condições históricas e políticas que perpetuam a LGBTfobia – é tão significativo quanto o explícito, evidenciando os limites e as possibilidades de significação em uma dada formação ideológica marcada pela contradição entre a criminalização da homofobia e sua persistência social.

Vale destacar, ainda, a escolha pela forma verbal ‘acharem’ no enunciado. Entendemos que essa construção suscita efeitos de sentido de dúvida, mas dá visibilidade aos pré-construídos do que é ser um sujeito homossexual, uma vez que ressoam ali sentidos do imaginário social que estereotipiza o sujeito homossexual por certos trejeitos e vestimentas que o denunciam, que o condenam à violência por parte daqueles que entendem que tais sujeitos merecem apanhar.

Texto-imagem 17: Testemunho “Contar para viver”.



Fonte: Captura de Tela. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0bT6MRNlaMc_
Acesso em: 20 maio 2024.

O texto-imagem 17 é uma captura de tela do vídeo em que o sujeito-judeu-sobrevivente do Holocausto discursiviza como se fosse o sujeito-homossexual-sobrevivente de uma agressão na Avenida Paulista. No vídeo, há os seguintes enunciados que damos visibilidade abaixo:

Joshua: Meu nome é Joshua Strul, tenho 89 anos, fui vítima do terror nazista e sobrevivente do Holocausto.

Estava voltando da farmácia para casa, fui cercado por pessoas bem mais fortes que eu e começaram a me xingar e bater, me quebraram o nariz e eu, como era miúdo, desvinculei-me dele e corri. Multidão de gente em volta de mim, não levantou um dedo para me defender. Por alguma razão a minha existência incomodava muito eles. Essa história não é minha, aconteceu com André. Ele apanhou, foi xingado, foi maltratado. Ele está aí, em pessoa, vou abraçar ele. Vou dar o abraço que eu estou me identificando muito com ele.

André: Meu nome é André Baliera. Tenho 38 anos, trabalho no Tribunal de Justiça de São Paulo, sou gay e eu que sobrevivi a essa história contada pelo seu Joshua de espancamento em razão da minha sexualidade. A gente não escolhe a nossa orientação sexual, a gente escolhe viver ela, a gente escolhe viver de forma genuína. A memória precisa ser contada e recontada, disseminada para que não aconteça o que aconteceu com seu Joshua e que não aconteça o que acontece hoje em dia com as pessoas que são minorizadas por alguma questão. A minha história, cada vez que eu conto, me dói demais.

Joshua: Lembrar, recordar sempre, esquecer jamais.

Narrador: Mantenha a história viva, é lutar contra o ódio. Ontem, hoje, amanhã. Viver pra contar. Contar para viver.
(Unesco; MHC, 2023).

Este enunciado, extraído do texto-imagem, traz uma regularidade discursiva à medida que o fato de ser homossexual na contemporaneidade ainda é motivo para, assim como durante o período da Segunda Guerra Mundial, fazer com que sujeitos-intolerantes se achem no direito de ameaçar, atacar, violentar sujeitos-homossexuais.

O diálogo entre Joshua Strul e André Baliera instaura um movimento discursivo em que a enunciação de um sujeito ata-se à experiência do outro sujeito, ressignificando-a. Sob a perspectiva da AD, ambos os sujeitos são atravessados por formações discursivas que os posicionam como vítimas de violência sistêmica - Joshua, como sobrevivente do Holocausto, e André, como vítima de homofobia. No entanto, o que chama atenção é o processo de identificação discursiva em que Joshua não apenas relata a agressão sofrida por André, mas afirma: “me identifico muito com ele”. Esse gesto vai além da solidariedade; é um ato de assujeitamento compartilhado, em que a dor do outro se reinscreve na própria subjetividade, instaurando efeitos de sentido que, em nosso gesto de interpretação, extrapola a violência de um, pois há um espelhamento de dores distintas e que significam juntas.

A noção de testemunho, aqui, não se limita ao relato individual, mas se expande para um *testemunho duplo*, em que a fala de um sujeito carrega e reelabora a experiência do outro. Esse conceito pode ser fundamentado nas reflexões de Jacqueline Authier-Revuz sobre heterogeneidade discursiva. Para ela, todo discurso é marcado por vozes alheias, seja de forma explícita (como citações) ou implícita (como pressupostos). Para a autora, o discurso é heterogêneo, pois “sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia (discursiva), se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso” (Authier-Revuz, 1990, p. 28, grifos da autora). No caso analisado, Joshua mostra a heterogeneidade ao dar narratividade à história de André, mas também a constrói a partir de sua própria posição sujeito. Isso não é um simples caso de repetibilidade, mas uma ressignificação política, em que a violência homofóbica contemporânea é vinculada à memória do Holocausto, criando uma cadeia de sentidos contra o esquecimento.

Os efeitos de sentido desse *testemunho duplo* são múltiplos. Primeiro, há um apagamento controlado das fronteiras entre eu/outro: Joshua não fala por André, mas com André, estabelecendo uma cumplicidade que desafia a noção de sujeito fechado. Segundo, surge uma comunidade discursiva de resistência, em que diferentes formas de opressão são unidas sob o eixo comum da exclusão. Por fim, há um jogo de dizeres presente no diálogo que revela que nenhum discurso é isolado - ele sempre instaura efeitos de sentidos de lutas passadas e presentes, como quando Joshua encerra com o enunciado: 'Lembrar, recordar sempre, esquecer jamais', lema que transcende as temporalidades específicas e se torna universal.

A proposta do *testemunho duplo* ganha força justamente por instaurar esse movimento em que a enunciação de um sujeito não apenas inclui, mas se constitui por meio da experiência do outro. Authier-Revuz (1990) oferece ferramentas para pensar esse processo, já que a heterogeneidade não é apenas um recurso linguístico, mas um mecanismo de subjetivação. Quando Joshua abraça André simbolicamente no discurso, ele não está apenas relatando uma violência, mas reivindicando-a como parte de uma memória coletiva. Essa operação desafia hierarquias entre testemunhas e amplia o potencial político do discurso, sugerindo que a luta contra a opressão depende justamente da capacidade de falar *com* e *a partir* do outro.

O *testemunho duplo*, em nosso entendimento, é uma prática discursiva em que o sujeito, ao instaurar a narratividade de sua própria experiência, incorpora e ressignifica o testemunho de outro, fundindo ambos os dizeres num único gesto de enunciação. Esse mecanismo não se limita à citação ou à representação do outro, mas constitui-se como um processo de identificação, em que a dor alheia passa a habitar o próprio sujeito que testemunha. Trata-se de uma forma de heterogeneidade mostrada e constitutiva (Authier-Revuz, 1990), em que o discurso do 'eu' é atravessado pelo discurso do 'outro' de modo a desafiar a noção de sujeito autônomo.

Essa análise abre caminho para investigar como outros movimentos sociais (como os de negros, indígenas ou mulheres) utilizam estratégias semelhantes de testemunho compartilhado, fortalecendo suas demandas por meio de um discurso

que é, ao mesmo tempo, individual e plural. O conceito, portanto, não só é viável como revela mecanismos discursivos cruciais para a resistência política na contemporaneidade.

5. DO ARQUIVO AO GESTO POLÍTICO: O TRIÂNGULO ROSA ENTRE A VIOLÊNCIA E A RESISTÊNCIA

Esta pesquisa, ao investigar a construção discursiva do sujeito homossexual no Holocausto e suas representações no Museu do Holocausto de Curitiba (MHC), apresentou discursos que perpassam desde os mecanismos de perseguição nazista até as estratégias contemporâneas de memória discursiva. Nossa análise mobiliza o distintivo do triângulo rosa como marca identificadora de humilhação e exclusão dos sujeitos homossexuais, nos campos de concentração. Mais tarde, esse mesmo identificador transforma-se em significante político de resistência, pois, a partir da Revolta de Stonewall, os grupos que lutavam pelos direitos dos sujeitos homossexuais tomam o triângulo rosa para si e o ressignificam, significando-o como um símbolo de resistência e luta desses direitos. Também vimos de que modo o MHC, enquanto lugar de memória, discursiviza, ainda que de forma não linear, o processo de ressignificação desses sujeitos, no jogo temporal entre passado e presente.

A máquina discursiva nazista e a fabricação do inimigo homossexual nos dão as condições de produção do discurso que construiu um aparato sistemático de exclusão, que operava por meio de dispositivos jurídicos, como a reformulação do Parágrafo 175, em 1935, e de práticas discursivas que desumanizavam o referido sujeito. A análise de arquivos históricos, de biografias de sobreviventes, como Rudolf Brazda e Pierre Seel, e de documentos oficiais trazem efeitos de sentidos de que os perpetradores não se limitavam à repressão da orientação sexual, mas também tinham como propósito instituir uma identidade patológica aos sujeitos, associando-os à degeneração racial.

A análise de depoimentos e materialidades mostrou que o MHC tende a representar o homossexual, sobretudo, como *vítima* – seja do nazismo, seja da LGBTfobia atual. Essa abordagem, ainda que necessária para denunciar violências, corre o risco de reduzir a complexidade histórica desses sujeitos. Rudolf Brazda foi um sobrevivente que manteve relações afetivas dentro do campo de Buchenwald e, após a guerra, reconstruiu sua vida de forma aberta.

Designações como *Schweinhund* (cão imundo), “vermes” e “elementos antissociais”, recorrentes nos depoimentos, eram discursivizados como mecanismos de poder que materializavam a política de extermínio. Nosso estudo dá visibilidade a essa violência simbólica que se articulava em práticas sociais concretas, desde a prisão nos campos de concentração como Buchenwald até experiências médicas, como as “terapias” hormonais do Dr. Vaernet. Curiosamente, essa mesma lógica discursiva, que ligava a homossexualidade com doença e perversão, ressoa como pré-construído em outras condições de produção, como na patologização da AIDS, nos idos de 1980, demonstrando como a permanência das estruturas de exclusão social continuam a se repetir.

A investigação do MHC, como espaço de memória, apresenta muitas tensões constitutivas, pois a expografia permanente do museu praticamente não menciona a perseguição aos sujeitos homossexuais, reproduzindo uma invisibilidade histórica. Visitas repetidas ao acervo físico mostraram que o tema aparece apenas marginalmente no painel “A que ponto chegamos no século XX”, o tema é inserido em uma narratividade sobre violações de direitos humanos. Esse painel, localizado estrategicamente no final do percurso expositivo, opera uma conexão entre o Holocausto e crimes contemporâneos, como os ataques homofóbicos na Avenida Paulista em 2010. A disposição espacial não é aleatória; ela sugere uma leitura em que o passado se prolonga no presente, convidando o sujeito-visitante a estabelecer paralelos. Mas, ainda assim, essa quase ausência contrasta radicalmente com museus como o de Buenos Aires, que possui uma seção inteira dedicada aos uniformes com o triângulo rosa.

Por outro lado, a análise do arquivo digital e das ações educativas do MHC significam estratégias de resistência. A cartilha *Além do Silêncio* lista livros e filmes sobre o tema dos homossexuais no Holocausto, propondo uma leitura crítica de conexão entre o passado e o presente, como ao destacar os 250 homossexuais assassinados no Brasil em 2010. Aqui, o museu mostra sua face mais dinâmica, pois, se na exposição física o sujeito homossexual é secundário, nas ações educativas ele ganha protagonismo.

Já a campanha *Contar para Viver* dá visibilidade aos vídeos em que os sobreviventes judeus narram histórias de vítimas na contemporaneidade, como

indígenas, mulheres e negros, bem como os homossexuais. Forma-se, diante disso, uma espécie de transferência de memória, sugerindo que a luta contra o ódio é um *continuum* histórico. Essa estratégia, ainda que não isenta de críticas, afinal, homossexuais seguem sem contar suas próprias histórias na voz direta, demonstra uma tentativa de inclusão discursiva. Como analisamos, pela presença de um *testemunho duplo*, o sujeito incorpora e ressignifica o sofrimento do outro, amplificando sua dor na dor outro, mas, também, no deslizamento dos sentidos, sinaliza para um novo apagamento deste sujeito homossexual, pois sua história é narrativizada por outro.

Analisamos outras instituições memoriais (como o Yad Vashem e o Museu do Holocausto de Buenos Aires) como uma comparação profícua, pois vemos que o MHC, embora menos explícito em sua abordagem, não ignora o sujeito homossexual, pois o assunto é tratado de forma transversal, seja através de dados estatísticos sobre violência contemporânea, seja por meio de atividades paralelas. Essa opção da curadoria pode ser lida como uma limitação, pela própria fragmentação das narratividades desses sujeitos, e até como uma estratégia política ao evitar a “guetização” do tema.

O estudo sobre as materialidades discursivas do/no MHC nos permitiu identificar como objetos carregam significados densos. O triângulo rosa, quando aparece em exposições temporárias ou no material educativo, não é apenas um artefato histórico, mas um significante político que conecta o passado, a experiência nos campos, o presente, o uso do triângulo rosa como símbolo de luta nos movimentos LGBTQIA+, o futuro, em sua função pedagógica contra a intolerância.

Essa ressignificação aparece na análise comparativa entre dois textos-imagem, a foto de arquivo de um uniforme do campo de concentração, onde o triângulo rosa é estigma e o material da Parada do Orgulho LGBT de Curitiba em que o mesmo discursiviza o “orgulho gay”. Ao abrigar ambas as narratividades, o triângulo rosa reverbera uma disputa de efeitos de sentidos.

Pela AD e suas implicações linguísticas, abordamos as designações pejorativas e de silenciamento que se articulam com a violência material, propondo um processo analítico-metodológico que cruza o arquivo histórico e análise discursiva. Trouxemos o museu como lugar discursivo de memória que reproduz

apagamentos e mobilizam contra-narratividades, dependendo de quais materialidades discursivas são privilegiadas. Preenchemos uma lacuna, pois ao investigarmos o museu como reinterpretação do trauma universal, o Holocausto, apresentou-se para além dos episódios históricos, a luta pelos direitos humanos no mundo e no contexto brasileiro.

Em nossas leituras, o MHC emerge como um espaço paradoxal: seu acervo físico silencia tanto quanto seu arquivo digital fala. Se a exposição permanente parece reiterar a marginalização do tema, as ações educativas abrem brechas para novos discursos. A análise demonstrou que o museu não é somente reproduzidor de discursos hegemônicos, mas um *lugar de disputa*, onde memórias subterrâneas insistem em emergir.

O MHC, como instituição, ainda está em processo de negociar seu lugar nessa memória. Se por um lado sua estrutura física silencia parcialmente o tema, suas ações educativas sinalizam para uma mudança paradigmática. Esta tese, ao mapear essas contradições, contribui para os estudos discursivos e se insere no debate urgente dos espaços memoriais e a não-cristalização do passado para ativar leituras mais críticas no presente. Afinal, o sentido que ressoa da/na pesquisa é: “para que rememorar?”, uma das respostas seria – para interpretar a capacidade dos discursos de transformar a memória em práticas sociais de justiça.

A experiência de visitar o MHC, bem como tomá-lo como lugar de memória e, por isso, parte do campo de pesquisa, ao longo desta tese foi profundamente transformadora. Cada visita, seja individual ou guiada, deixou marcas indeléveis em minha percepção sobre memória, resistência e a responsabilidade acadêmica diante de discursos que precisam ser ressignificados. A impossibilidade de sair do MHC da mesma forma que se entra não se refere apenas ao impacto emocional – que é inevitável –, mas à maneira como o museu desarruma certezas e nos coloca diante de perguntas incômodas sobre a violência estrutural e posições enquanto sujeito. A materialidade das exposições, especialmente a obra de Andrew Rogers, tornou palpável o que a historiografia já me havia mostrado em teoria: a brutalidade não é um evento distante, mas um risco sempre presente quando naturalizamos discursos de exclusão.

Para mim, como pesquisador, o MHC se revelou um espaço de contradições produtivas. Se, por um lado, sua curadoria rompe com o silenciamento histórico ao dar visibilidade a vozes marginalizadas (como na exposição *Feitos e Efeitos*), por outro, deu visibilidade às tensões ainda não resolvidas na representação de certos grupos, como a comunidade LGBTQIA+, cuja narrativa oscila entre efeitos de resistência e a vitimização. Essa ambiguidade lança luz ao fato de que a pesquisa acadêmica deve ir além da descrição dos discursos: é preciso intervir neles, desestabilizar sentidos cristalizados e, como propõe a Análise do Discurso, criar condições para novos efeitos de sentido. A frase de Anne Frank – ‘Apesar de tudo, ainda acredito na bondade humana’ –, encontrada na visita, ressoou em mim não como um consolo, mas como um imperativo ético: acreditar na bondade exige ação, e a universidade e a escola são lugares privilegiados para essa atuação.

Por fim, a experiência no museu transcendeu o âmbito teórico da tese. As visitas guiadas, especialmente aquela realizada com meus alunos, me lembraram que a pesquisa não se encerra na escrita, mas se prolonga na formação de sujeitos críticos. Ver jovens confrontados com as materialidades do ódio e, ainda assim, capazes de extrair delas reflexões sobre justiça e empatia, reafirmou o papel social do trabalho que desenvolvemos. O MHC, com suas portas que nunca se abrem simultaneamente – metáfora involuntária da vigilância constante contra a repetição da história –, me ensinou que a memória não é um arquivo, mas um verbo ativo: lembrar, para não repetir; repetir, para ressignificar. Essa lição, mais do que qualquer outra, será levada comigo além da defesa desta tese.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

ALMEIDA, Eliana de. Língua, poesia e arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p.108-117.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMBROSE, Tom. **Heróis e exílios**: ícones gays através dos tempos. Belo Horizonte: Gutenberg, 2011.

ANDREWS, John et al. (Editores). **O livro da história LGBTQIAPN+**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.

ARRUDA, Robson Lima de. **Homossexualidades**: práticas e discursos. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas: UNICAMP, n. 19: 25-42, jul.; dez.1990.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. A normalização do olhar: a História e o engendramento do passado. **Revista Historiae**, Rio Grande, Rio Grande, 3 (2): p. 60-78, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2989>. Acesso em: 24 maio de 2024.

BATISTA, Adilson Carlos. **A trajetória histórico-social e discursiva da existência e resistência dos sujeitos LGBTQIA+**: legitimação, silenciamento, apagamento ou desconstrução? Orientadora: Maria Cleci Venturini. 2022. 234 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Letras, Curitiba, 2022.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, [1966] 2005.

BERNARDIM, Adriana Cristina; TAFURI, Leandro. “Feitos e Efeitos”: a pluralidade do sujeito judeu no Museu do Holocausto de Curitiba. In: VENTURINI, Maria Cleci;

LACHOVSKI, Marilda. (orgs.) **Museus, memoriais e arquivos: a língua na história**. Campinas-SP: Pontes, 2023, p. 111-125.

BORILLO, Daniel. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres – Ed. UnB, 2009, p. 15-46.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CAMPO, Amanda de Andrade; ORMANEZE, Fabiano. A “cura gay” em revista: o estereótipo sobre homossexual nos discursos de Veja e Junior. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 32, p. 11-37, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/issue/view/774>. Acesso em: 02 ago. 2024.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

COSTA JUNIOR, C. L. J.; GRESSANA, L. SHILOK E O MERCADOR DE VENEZA: OS JUDEUS E O ANTISSEMITISMO NA EUROPA RENASCENTISTA. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 35, n. 132, p.55-64, dezembro/2011. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_233.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFScar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN, Bernard et al. (orgs.) **Materialidades discursivas**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2016, p. 33-54.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Tradução de M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 maio 2024.

FERRARI SOARES, Alexandre Sebastião. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. São Carlos: Pedro & João editores, 2019.

FERRAZ, Francisco Cesar. **A segunda guerra mundial**. São Paulo: Contexto, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: A vontade de saber (V. 1). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GIACHINI, Liana Cristina; SILVA, Kelly Fernanda Guasso. Sujeito, enunciação e discurso: algumas reflexões. **Revista Interfaces**, Guarapuava, v. 8, n. 1, p. 18-29, mar. 2017. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/4640. Acesso em: 27 jul. 2024.

GOB, André; DROUGUET, Noémie. **A museologia**: história, evolução, questões atuais. Trad. Dara Rocha e Carlos Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GOMES DE OLIVEIRA, M. R. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 161–191, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i9.25762. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25762>. Acesso em: 12 out. 2023.

GUILHAUMOU, Jacquer; MALDIDIÈRE, Denise; ROBIN, Régine Orgs.). **Discurso e arquivo**: experimentações em Análise do Discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. São Paulo: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. A batida da cachorra. **Escritos**, Campinas, v. 9, dez. 2005. Disponível em: https://labeurb.unicamp.br/site/web/upload/files/escritos/escritos_9-compactado.pdf. Acesso em 15 mar. 2025.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João, 2007. p. 13-32.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2. ed. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2011, p. 77-91

INDURSKY, Freda. Que Sujeito É Este?. In: Grigoletto, Evandra; de Nardi, F. S.; Silva Sobrinho, H. F. Da. (Org.). **Silêncio, Memória, Resistência**: A Política E O Político No Discurso. Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 79-102.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOVATTO, Nathaniel. Uma análise ricceuriana da construção narrativa de identidades a partir do estudo biopolítico de Esposito sobre o nazismo. **Revista PERI**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 61-75, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/6095>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MALLMANN, Francisco. Além do silêncio: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida. In: MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. **Além do silêncio**: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida. Curitiba: MHC, 2022. Disponível em: https://www.museudoholocausto.org.br/arquivos/materiais_educativos/Al%C3%A9m_do_silencio.pdf. Acesso em 10 abr. 2023.

MARACIN, Paul R. **A noite das Facas Longas**: 48 horas que mudaram a face do mundo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

MARIANI, Bethânia. **Testemunhos de resistência e revolta**: um estudo em Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 2021.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43-70.

MASSON, Philippe. **A segunda Guerra Mundial**: história e estratégias. Trad. Ângela Correa. São Paulo: Contexto, 2017.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. **Além do silêncio**: existências LGBTQIA+, memórias e narrativas de vida. Curitiba: MHC, 2022. Disponível em:

https://www.museudoholocausto.org.br/arquivos/materiais_educativos/AI%C3%A9m_do_silencio.pdf. Acesso em 10 abr. 2023.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. **Das sombras às cores**: a verbetização de palavras do movimento LGBT. Campinas: Pontes, 2024.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Revista Musas**, n. 4, p. 6-10, 2009. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4504475/mod_resource/content/1/NORA.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/letras/article/download/11920/7341>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NUCCI, M. F.; RUSSO, J. A.. O terceiro sexo revisitado: a homossexualidade no Archives of Sexual Behavior. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, v. 19, n. 1, p. 127–147, 2009.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD)**: UFRGS [Internet], 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf> . Acesso em: 11 mar. 2025.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

ORLANDI, Eni P.. Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. In: **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas-SP, no 34-jul-dez, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sobre metáfora, memória e significância: lendo Michel Pêcheux. In: VINHAS, Luciana Iost; CAMPOS, Luciene Jung de; LARA, Renata

Marcelle (org.). **Trajeto Equívocos**: discurso, deslimite e resistência – Uma homenagem à Maria Cristina Leandro Ferreira. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022, p. 25-46.

ORLANDI, Eni. Do não-sentido e do sem-sentido. In: JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchôa. **Silêncio e luzes**: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p. 57-66.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise Automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de: Bethânia Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (org.). **Legados de Michel Pêcheux**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-76.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. [1977] **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Trad. Maria do Rosário V. Gregolin, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1969] **Análise Automática do discurso**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi; Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Trad. Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-249.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **O Poder das Imagens**: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). São Paulo: Alameda, 2012.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013, p. 37-48.

PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. **Línguas e instrumentos Linguísticos**, n. 13/14. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004, p. 65-74.

POTIGUAR, Alex Lobato. **Discurso do ódio no Estado Democrático de Direito**: o uso da liberdade de expressão como forma de violência. 2015. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20702/1/2015_AlexLobatoPotiguar.pdf>.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REISS, Carlos. **Luz sobre o caos**: educação e memória do holocausto. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2018.

REES, Laurence. **O Holocausto**: uma nova história. São Paulo: Vestígio, 2018.

SANTOS, Nicoli Rocha; TEIXEIRA, Ricardo Roberto Plaza. Atividades de divulgação científica sobre o matemático Alan Turing e o tema da homofobia. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 14, n. 32, p.74-94, 2022. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/9118. Acesso em: 10 jul. 2024.

SCHMIDT, Benito. Pode o triângulo rosa falar?: O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 63–78, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41507. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41507>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SCHWAB, Jean-Luc; BRAZDA, Rudolf. **Triângulo rosa**: um homossexual no campo de concentração nazista. Trad. Angela Cristina Salgueiro Marques. São Paulo: Mescla, 2011.

SEEL, Pierre. **Eu, Pierre Seel, deportado homossexual**. Trad. Tiago Elídio. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2012.

SETTINGINGTON, Ken. **Marcados pelo triângulo rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

SHAKESPEARE, Willian. **O Mercador de Veneza**. Livro on-line. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000094.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVA, Márcia Barbosa. **Representação de homossexuais nos livros didáticos de história** [recurso eletrônico]. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020.

SILVA, Karen Pereira da. **Triângulos Rosa**: A diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais no Holocausto. Porto Alegre: UFRGS, 2018 (TCC em História).

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. Trad. Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUSA, Tatiana Barbosa de; VENTURINI, Maria Cleci. Memória social e discursiva de um espaço-museu a céu aberto. In: VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos (Orgs.). **Museus, arquivos e discursos**: funcionamentos e efeitos da língua da memória e da história. Campinas: Pontes, 2020, p. 119-132.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade**: uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TFOUNI, Leda Verdiani; CARREIRA, Alessandra Fernandes. O sujeito submetido à linguagem. **Revista do Gelne**, v. 9, N. 1/2, p. 35-52, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11392/8528>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Tríbadés Galantes, Fanchonos Militantes**: homossexuais que fizeram história. São Paulo: Summus, 2000.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade**. Da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivo. São Paulo: Método, 2008.

VENTURINI, Maria Cleci. Espaços de Memória e a Resistência no discurso *sobre* a língua. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 151-172, janeiro-junho, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/3125-Texto%20do%20Artigo-9592-1-10-20151105%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/3125-Texto%20do%20Artigo-9592-1-10-20151105%20(1).pdf). Acesso em: 01 jul. 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. 2. ed. Campinas: Pontes, 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus em (dis)curso na/por uma história de ‘nunca acabar’. In: VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos (Orgs.). **Museus, arquivos e discursos**: funcionamentos e efeitos da língua da memória e da história. Campinas: Pontes, 2020, p. 21-36.

VENTURINI, Maria Cleci. A produção do conhecimento em museus: um estudo preliminar. In: VENTURINI, Maria Cleci; LACHOVSKI, Marilda (orgs.). **Museus, memoriais e arquivos**: a língua na história. São Paulo: Pontes, 2023. p. 245-268.

VERBICARO SOARES, Douglas. A condenação histórica da orientação sexual homossexual – as origens da discriminação à diversidade sexual humana: violações aos direitos sexuais – reflexos do Brasil Colônia ao Século XXI. **Hendu**, v. 1, n. 1, p. 50-64, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/issue/view/308>. Acesso em 10 jul. 2024.

VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. *In*: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. (Orgs.) **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e a para a sociologia da sexualidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 39-49.